



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Manoela Bernardino da Silva

**“Professora, e se eu fosse branco?” Usos do biográfico por uma
educação antirracista**

São Gonçalo
2022

Manoela Bernardino da Silva

**“Professora, e se eu fosse branco?” Usos do biográfico por uma educação
antirracista**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Verena Alberti

São Gonçalo

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

C587	<p>Silva, Manoela Bernardino da. “Professora, e se eu fosse branco?” Usos do biográfico por uma educação antirracista / Manoela Bernardino da Silva. – 2022. 142 f.: il.</p> <p>Orientadora: Prof^a. Dra. Verena Alberti. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.</p> <p>1. História – Estudo e ensino – Teses. 2. Ciata, Tia, 1854-1924 – Teses. 3. Santos, Hemeterio José dos, 1859-1969 – Teses. 4. Antirracismo – Teses. I. Alberti, Verena. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.</p>
CRB7 - 4994	CDU 93(07)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Manoela Bernardino da Silva

“Professora, e se eu fosse branco?” Usos do biográfico por uma educação antirracista

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em 14 de junho de 2022.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Verena Alberti (Orientadora)
Faculdade de Educação – UERJ

Prof. Dr. Amilcar Araujo Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Marcia de Almeida Gonçalves
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2022

DEDICATÓRIA

Ao meu aluno "J." e a todos os meus alunos.

Aos meus colegas professores.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À minha mãe Maria e ao meu pai Otávio (*in memoriam*), por todo amor e por não medirem esforços para me proporcionarem uma educação de qualidade. A vocês devo os alicerces da minha vida. À minha irmã Jane, e à minha sobrinha e afilhada tão querida, Sofia. Obrigada por preencherem minha vida de carinho e ainda mais sentido.

Ao meu companheiro e marido, Claudio, pelo apoio e pela compreensão ao longo desse processo de escrita. Com você a caminhada é mais leve e bonita.

Aos meus colegas no ProfHistória (RJ). O compartilhamento de experiências, as observações sobre leituras dos nossos cursos e mesmo as conversas mais despretensiosas foram, para mim, importantes momentos de reflexão. Obrigada especialmente à Bárbara Pessanha, à Sylvania Brito, à Cristiana Romão e à Ana Caroline Lassarot Breves por, além de reflexões, me proporcionarem momentos de boas risadas e descontração.

Agradeço à minha orientadora, Verena Alberti, por estar sempre disponível para me auxiliar, pelas correções criteriosas, pelas conversas em que trocamos experiências sobre a sala de aula do ensino básico, pela compreensão com o meu ritmo de produção e, principalmente, por me transmitir confiança em meu trabalho. Antes de conhecê-la pessoalmente, tomei contato com alguns de seus textos e, ao me tornar sua orientanda, confirmei a admiração pelo modo como reflete sobre o ensino de história.

Ao professor Amilcar Pereira e à professora Warley da Costa pelas reflexões suscitadas durante o curso sobre Educação para as Relações Étnico Raciais, que me motivaram a moldar essa pesquisa. Sou grata ao professor Amílcar, também pela disposição em compor a banca de qualificação, quando, mais uma vez, suas análises e sugestões foram centrais para o meu trabalho. Obrigada, principalmente pela sugestão para que eu conhecesse melhor o professor Hemetério.

À professora Márcia Gonçalves, a quem já admirava desde os tempos da graduação, por me inspirar a pensar sobre as contribuições do uso do biográfico no

ensino de história e pelas valiosas observações durante a qualificação.

À professora Iamara Viana, também por aceitar participar da qualificação e pelas sugestões e apontamentos que muito contribuíram para elaboração desse trabalho.

Às direções das escolas em que trabalho, E.M República do Líbano e C. E Jardim Ipê, pela parceria e compreensão quando necessitei.

Aos colegas professores, que compartilham da esperança no potencial transformador da educação. Ao movimento negro educador. Aos meus alunos. Obrigada!

RESUMO

SILVA, Manoela Bernardino. *“Professora, e se eu fosse branco?” Usos do biográfico por uma educação antirracista*. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

Neste estudo, refletimos sobre os usos do biográfico como uma ferramenta interessante para visibilizar a agência da população negra na história. As reflexões feitas aqui tiveram como mote a fala do meu aluno negro "J", em que manifesta o desejo de experimentar ser branco. A partir das inquietações suscitadas por esse episódio, refletimos sobre a demanda do movimento negro por uma reavaliação do papel do negro na história e sobre qual abordagem das histórias de vida pode ser mais adequada para promover um ensino de história antirracista. Os sujeitos tematizados são Tia Ciata, importante tia baiana que contribuiu para a formação do samba carioca no início do século XX, e professor Hemetério dos Santos, intelectual negro que travou embates públicos contra o racismo científico. Suas vidas se inserem no contexto histórico do pós-abolição e da Primeira República. Ambos, sujeitos negros que agiram mediante as estruturas racistas do seu tempo, enfrentando-as cada um à sua maneira e inventando uma vida com dignidade para si e seus semelhantes. Faz parte ainda desse trabalho uma análise do caminho percorrido para a construção da proposição didática. Como resultado dessas reflexões, produzimos um conjunto de oficinas didáticas sobre esses personagens históricos para que sejam utilizadas por docentes do ensino básico.

Palavras-chave: Usos do biográfico. Ensino de história. Pós-abolição. Tia Ciata.

Hemetério dos Santos.

ABSTRACT

SILVA, Manoela Bernardino. *“Teacher, what if I were white? Uses of the biographical for an anti-racist education.* 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

In this study, we reflect on the uses of the biographical as an interesting tool to make visible the agency of the black population in history. The reflections made here had as their motto the speech of my black student "J", in which he expresses the desire to experience being white. From the concerns raised by this episode, we reflect on the demand of the black movement for a re-evaluation of the role of black people in history and on which life stories approach may be more appropriate to promote an anti-racist history teaching. The subjects are Tia Ciata, an important Bahian who contributed to the formation of the samba in Rio de Janeiro in the early 20th century, and Professor Hemetério dos Santos, a black intellectual who fought public debates against scientific racism. Their lives are part of the historical context of the post-abolition period and the First Republic. Both were black subjects who acted against the racist structures of their times, facing them in their own way and inventing a life with dignity for themselves and their fellows. This work also includes an analysis of the path taken to build the didactic proposition. As a result of these reflections, we produced a set of didactic workshops on these historical figures to be used by elementary school teachers.

Keywords: Uses of the biographical. History teaching. Post-abolition. Tia Ciata.

Hemetério dos Santos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E USOS DO BIOGRÁFICO	16
1.1 A reavaliação do papel do negro na história e a luta por uma educação antirracista ou “movimento negro educador”	16
1.2 O conceito de raça	19
1.3 Identidade e identidade negra	21
1.4 Não há quem goste de ser número, gente merece existir em prosa ..	24
1.5 Os usos do biográfico e o ensino de história	26
1.6 Sujeitos outros	29
2 AGÊNCIA NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO E PRIMEIRA REPÚBLICA: HISTÓRIAS DE VIDA DE TIA CIATA E PROFESSOR HEMETÉRIO DOS SANTOS	32
3 SABERES DOCENTES PARA ENSINAR E APRENDER COM TIA CIATA E O PROFESSOR HEMETÉRIO	55
3.1 Sobre o caminho	55
3.2 Tia Ciata	58
3.3 Hemetério dos Santos	64
3.4 O que guia nossas propostas	66
3.5 Descrevendo a proposição	71
3.6 As oficinas	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86
ANEXO – Oficinas didáticas sobre a biografia de Tia Ciata e do professor Hemetério	90

INTRODUÇÃO

Desde o início da minha atividade docente, há dez anos, a questão do papel da escola no enfrentamento ao racismo me parece central. Atuo em duas redes públicas de ensino (municipal e estadual do Rio de Janeiro); sempre lecionei em locais de carência socioeconômica, com maioria de alunos negros, e me acompanha uma inquietude ao perceber interações no ambiente escolar permeadas por racismo, seja entre os próprios alunos, através de “brincadeiras” e ofensas mais diretas, seja entre alunos, funcionários e professores. Não há como ficar inerte diante da observação da reprodução do racismo, em um dos locais que, em tese, deveria desconstruí-lo.

Também me preocupa mais diretamente o risco de as aulas de história não se tornarem oportunidades de enfrentamento a essa questão, quando se privilegiam narrativas herdeiras de uma genealogia eurocêntrica da formação da sociedade brasileira, em que tradicionalmente os personagens negros são ocultados, ou têm espaços não centrais reservados.

Muitas foram as experiências em que percebi, de alguma forma, a interferência do racismo nas aulas, mas vou relatar aqui um caso¹ que, em especial, me chamou a atenção e que ilustra os efeitos perversos das hierarquizações raciais na autoestima dos alunos negros.

Numa escola da rede municipal do Rio, localizada em Vigário Geral, numa turma de nono ano, o tema da aula era o nazismo na Alemanha e eu estava realizando uma abordagem comparativa entre o Brasil pós-abolição e o racismo nazista. Apresentava o conceito pseudocientífico de eugenia. Discutia como ele fora usado e ainda é mobilizado hoje, para tratar alguns segmentos da população. Minha intenção era ajudar os alunos a perceberem que o genocídio realizado no contexto do holocausto, certamente considerado terrível por todos nós (eu pensava), também guarda semelhanças com discursos e práticas atuais no nosso país.

Turma com aproximadamente 30 alunos, todos estavam atentos, pareciam envolvidos, até que começaram um burburinho, e um aponta: “Ô, professora o J

¹ Esse relato foi produzido por mim em 2019 atendendo a uma tarefa solicitada pela professora Marcia Gonçalves, durante o curso de Usos do Biográfico no Ensino e na Aprendizagem de História (UERJ), que solicitou que escrevêssemos notas autobiográficas a partir de nossas vivências em sala de aula.

desenhou uma suástica na cadeira outro dia!” Procuo o olhar de J na sala, sem ainda saber o que eu ia dizer, mas certa de que precisava interferir de alguma forma.

J é um aluno negro e socialmente lido como negro em qualquer espaço no Brasil; um aluno que, no começo do ano, parecia indiferente aos estudos e que tinha um histórico de desentendimentos frequentes com os colegas e funcionários, mas que, ao longo do ano, foi se envolvendo nas aulas de história e até me procurava para conversar fora de sala, às vezes sobre a matéria, às vezes sobre os conteúdos mais aleatórios possíveis, como seu gosto musical e suas dificuldades de relacionamento com a sua avó, por ele praticar uma religião de matriz africana, enquanto sua avó era “da Universal”.

Achei J, que não parecia querer se esconder; na verdade, queria falar, mas antes eu perguntei: “É verdade isso? Por que você fez isso? Não sabe que é crime a apologia ao nazismo? Para começarmos, se estivéssemos na Alemanha nazista, eu e você certamente seríamos vítimas, aliás, qualquer um de nós no Brasil. Lembra do arianismo?” O enchi de perguntas seguidas, sem tempo de ele responder, querendo, na verdade, encontrar alguma que o mobilizasse a demonstrar arrependimento. Finalmente, o deixei falar: “Tá, mas e se eu tivesse nascido na Alemanha? E se eu pelo menos uma vez soubesse o que é ser branco?”

Aquela resposta-pergunta me deixou completamente desconcertada, foi um “soco no meu estômago”. Tive que tentar me conter, visivelmente afetada que fiquei. Pensei sobre a dor das vivências de adolescente negro daquele aluno, morador de Vigário, pensei na chacina de 20 anos atrás da qual certamente sua avó deve lembrar e que deve estar presente nas memórias de sua comunidade. Lembrei do que disse Paulo Freire sobre “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”...

Respirei, turma atenta esperando minha resposta e eu digo: “Vamos lá, vamos pensar aqui... Está tudo bem se apenas um grupo usufruir do mundo e exterminar os outros, desde que nós estejamos no grupo que tem o poder?” Uma aluna, que chamarei de M, participa: “Isso parece coisa do Thanos”, fazendo referência ao vilão da saga dos Vingadores da Marvel. A turma ri, aliviando o clima de tensão. E eu aproveito a comparação e digo: “Sim, esse personagem é inspirado por ideais de exclusão. Boa observação, M.” E continuo: “Não seria melhor um mundo onde todos tenham acesso às coisas desse mundo, onde ninguém seja

excluído por motivo de cor, gênero, religião, não crença (lembrando que tenho alunos declaradamente ateus), orientação sexual etc.?” J continua a me ouvir atentamente, parece concordar, mas não dá tempo de saber mais, chega a hora do almoço e, na escola de turno integral, essa hora é a mais esperada, ninguém consegue deter a correnteza de alunos para o refeitório.

Esse caso me pareceu emblemático e, como disse, foi marcante por convidar as seguintes reflexões: o que significa ser negro para esse aluno? O que significa ser um adolescente negro morador de Vigário Geral? Como as aulas de história ajudaram ou deixaram de contribuir para que ele forjasse sua própria identidade? E, ainda: que senso de coletividade estamos ajudando a desenvolver nos alunos?

Compreendemos que essas questões subjetivas estão atravessadas pelo racismo estrutural no Brasil, que causa medo e dor. A desigualdade nos índices de violência, por exemplo, é alarmante.

Nos indicadores de violência a taxa de homicídios foi 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pretas ou pardas a cada 100 mil habitantes em 2017. Em outras palavras, uma pessoa preta ou parda tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca. A série histórica revela ainda que, enquanto a taxa manteve-se estável na população branca entre 2012 e 2017, ela aumentou na população preta ou parda nesse mesmo período, passando de 37,2 para 43,4 homicídios por 100 mil habitantes desse grupo populacional, o que representa cerca de 255 mil mortes por homicídio registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde, em seis anos.(IBGE, 2019, p.7)

Há décadas, o mito da democracia racial está em descrédito nos meios acadêmicos, porém persiste, em uma parcela da sociedade, o discurso de que a desigualdade é apenas econômica. A ideia de que o Brasil é uma democracia racial é inclusive mobilizada politicamente por autoridades que ocupam cargos eletivos, o que indica que tal ideia encontra eco em uma parcela da sociedade. Mas basta observar os dados estatísticos que comparam as populações negra e branca de mesma renda, para observar as desigualdades persistentes, que só podem ser, portanto, decorrência de exclusões que operam com o critério racial.

No que diz respeito aos indicadores educacionais a desvantagem da população preta ou parda em relação à população branca continuou evidente. Quando o critério de análise é o rendimento mensal domiciliar per capita, os jovens pretos ou pardos no quinto da população com menores rendimentos encontravam-se na pior situação, com 42,6% fora da escola. Em todas as faixas de rendimentos, observa-se que a diferença entre os

dois grupos populacionais definidos por cor ou raça superou 3 pontos percentuais. (IBGE, 2018, p.9)

Ao pesquisar esses dados também me deparei com a seguinte informação:

Segundo a PeNSE² 2015, 13,1% dos estudantes brancos e 15,4% dos pretos ou pardos do 9º ano do ensino fundamental não compareceram à escola por falta de segurança no trajeto casa-escola ou na escola, nos 30 dias anteriores à data da pesquisa. Mais da metade dos alunos pretos ou pardos estudavam em estabelecimentos localizados em área de risco, em termos de violência, isto é, em escolas que informaram estar situadas em região com risco de furto, roubo, consumo de drogas ou homicídios. (IBGE, 2018)

Essa é uma realidade que já presenciei algumas vezes como professora, percebendo a ausência de metade da turma em dias com operações policiais ou em situações semelhantes, quando precisei autorizar a saída de alguns alunos mais cedo, por morarem em chamadas “áreas de confronto”.

Tais situações compõem um quadro perverso em que não é difícil perceber que as questões estruturais do racismo, como a desigualdade de oportunidades, a evasão escolar e a violência policial, tão presentes no cotidiano dos meus alunos e alunas, produzem marcas nas subjetividades de um e de uma adolescente negro. A estrutura interfere nas subjetividades. Interfere na forma como uma pessoa negra é vista socialmente e esse olhar da sociedade também interfere na forma como cada indivíduo se vê. E, ainda, na forma como ele gostaria de ser visto e de se ver.

Compreendemos que a disciplina história também desempenha um importante papel na construção identitária de nossos alunos. A forma como as experiências dos sujeitos³ negros no Brasil são, muitas vezes, tematizadas em sala de aula (fixos no passado de escravidão, marcados apenas por situações degradantes, desprovidos de agência, apagados da história após a Lei Áurea),

² “Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE Conduzida pelo IBGE desde 2009, com periodicidade eventual, investiga informações que permitem conhecer e dimensionar os fatores de risco e proteção à saúde dos adolescentes. A pesquisa é realizada por amostragem, utilizando como referência para seleção o cadastro das escolas públicas e privadas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.” No informativo de 2019 “utilizaram-se os resultados do ano de 2015, considerada a Amostra 1, constituída por escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental” (IBGE, 2019).

³ Grada Kilomba, na carta à edição brasileira de *Memórias da plantação* (KILOMBA, 2019), faz uma discussão sobre a dimensão política da língua com sua capacidade de fixar relações de poder e violência e definir quais identidades são “normais”. Kilomba chama a atenção para o fato de, em português, “sujeito” ser palavra masculina não permitindo variação de gênero, diferentemente de em inglês. Assinalamos, então o quanto já é problemático usar sujeito sempre no masculino.

contribuem, por exemplo, para reforçar um lugar de subalternidade desses sujeitos no imaginário dos estudantes.

Na mesma medida, entendemos que o ensino de história que visibilize a diversidade das experiências e as ações de homens e mulheres negros, mostrando suas lutas e conquistas, e os contextos sociais que produziram tanta exclusão, é uma ferramenta potente para elaboração de imagens mais justas sobre essa população e a sua participação na história do Brasil.

Quando pensamos numa educação antirracista, evidentemente estamos preocupadas com a construção das identidades daqueles que foram subalternizados, mas também com os alunos brancos, pois a educação antirracista permite a eles desenvolver uma compreensão histórica das diferenças raciais e sociais e coloca em questão, para eles, a ideia de superioridade. Essa educação deve interessar a todos e é benéfica não apenas para os alunos negros, como nos aponta Verena Alberti.

A criança e o adolescente que se identificam e são identificados como brancos têm muito a ganhar com um ensino qualificado das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas. Se um menino que se identifica como branco se acha no direito de xingar um colega identificado como negro por causa de sua raça ou cor, esse menino necessita de tanta ajuda quanto seu colega que sofre preconceito. O racismo é um problema de todos e envolve toda a sociedade. Por isso mesmo deve preocupar imensamente os educadores. (ALBERTI, 2013, p.28)

Por tudo isso é que, nesse trabalho, nos debruçamos sobre as reflexões em torno dos significados e formas de se tematizar a participação dos sujeitos negros na história e, como consequência, escolhemos utilizar biografias de sujeitos negros para construir uma proposição didática, que contribua com nosso objetivo de realização de um ensino de história antirracista.

A abordagem biográfica nos parece muito oportuna, pois envolve tanto aspectos caros a uma educação antirracista, como a contribuição para um tratamento não essencialista daquilo que é ser negro, uma vez que possibilita a apresentação de diferentes histórias de vida. Esses são aspectos importantes da própria disciplina história, já que possibilitam evidenciar a dimensão de atores históricos e as relações desses com as circunstâncias do seu tempo, bem como permitem analisar as estratégias, enfrentamentos e negociações que desenvolveram para continuarem a existir.

Alguns motivos se entrelaçaram para a escolha dos personagens cujas biografias serão tematizadas nesse trabalho: o fato de eu estar há algum tempo dando aula para turmas do 9º ano, como mencionei anteriormente, e um grande interesse em analisar a situação da população negra no imediato pós-abolição, uma vez que percebemos uma fixação dos negros na história da escravização e pouca ênfase nas condições e lutas dessa população após a extinção formal desse regime. Assim, de partida, decidimos que nossos biografados deveriam estar inseridos nesse contexto e, portanto, a nossa proposição didática deveria ser feita para turmas do 9º ano de escolaridade. Após um caminho, que será explicado na última parte desse trabalho, elegemos Tia Ciata (1854-1924) e o professor Hemetério dos Santos (1858-1939) para terem suas histórias de vida como objeto de reflexão e para servirem de fio condutor da nossa proposição didática.

Esse trabalho é constituído por três capítulos mais uma proposição didática. O primeiro capítulo se divide em duas partes. Na primeira abordaremos a luta educadora empreendida pelo movimento negro ao reivindicar a visibilidade das realizações de sujeitos negros na história, bem como o conceito de raça e seus usos, e faremos uma breve discussão sobre o conceito de identidade e identidade negra. Na segunda parte levantaremos um breve panorama das discussões sobre os usos do biográfico na interface com a história e demarcaremos qual uso pretendemos fazer.

No segundo capítulo pensamos sobre a história do pós-abolição e da Primeira República do Brasil a partir das histórias de vida de dois sujeitos negros. O primeiro deles é Tia Ciata, a mais famosa tia baiana, cuja vida nos possibilita refletir sobre o contexto de preterimento dos negros no mercado de trabalho; as formas de sustento encontrada pelas tias baianas no Rio de Janeiro; a matriz africana na formação do samba e as disputas em torno dessa expressão cultural; como as religiões de matriz africana eram tratadas pelo poder público e sobre as estratégias dessa população para praticarem sua fé.

O outro personagem que nos ajuda a adentrar nesse período é o professor Hemetério, um proeminente intelectual negro, que travou vários embates públicos buscando sempre afirmar uma imagem positiva a respeito dos negros, confrontando, através dos seus conhecimentos de história, o racismo científico da época.

No terceiro capítulo discorreremos sobre a tessitura da proposição didática, os percalços encontrados, as escolhas e os conceitos envolvidos na eleição dos

personagens e das fontes. Refletimos sobre a importância de o professor ter tempo de planejamento e sobre as dificuldades de lidar com temas sensíveis. E, por fim, fazemos a apresentação explicada das atividades construídas.

No apêndice, como resultado de nossas reflexões, disponibilizamos a proposição didática para abordar os conteúdos curriculares de história do 9º ano do Ensino Fundamental do primeiro bimestre, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o pós-abolição e a Primeira República do Brasil, através das histórias de vida de Tia Ciata e do professor Hemetério.

Asseveramos que houve agência negra e esse trabalho se baseia na aposta de que evidenciá-la pode ajudar a tornar cada vez menos possível que um aluno negro, como o J, deseje ser um aluno branco para se ver e se reconhecer de forma positiva.

1 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E USOS DO BIOGRÁFICO

Nesse capítulo começamos reconhecendo a importância da ação educadora empreendida pelo movimento negro e assinalamos o quanto nosso trabalho é tributário dessa luta; apontamos em que bases teóricas e conceituais apoiamos nosso trabalho e refletimos a respeito de qual abordagem biográfica queremos nos valer nesse trabalho.

1.1 A reavaliação do papel do negro na história e a luta por uma educação antirracista ou “movimento negro educador”⁴

Um aspecto importante da luta empreendida contra o racismo é a sua relação com disputas no campo da educação. Visando desmascarar o discurso de democracia racial, e como estratégia de luta antirracista, parte dos esforços do movimento negro contemporâneo⁵ foi pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”.⁶

Um importante exemplo dessa luta específica foi a construção, realizada a partir de 1971, em torno do 20 de novembro (data da morte de Zumbi, principal liderança do quilombo dos Palmares, em 1695) como data a ser comemorada pela população negra no Brasil, em substituição ao 13 de maio (data da abolição da escravatura, em 1888). Essa mudança engloba uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, política e identidade negras, pode provocar objetivamente uma reavaliação sobre o papel das populações negras na formação da sociedade brasileira, na medida em que propõe deslocar propositalmente o protagonismo em relação ao processo de abolição para a esfera dos negros (tendo Zumbi como referência), recusando a tradicional imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos. (PEREIRA, 2012, p.113)

Amilcar Pereira observa que as organizações do movimento negro criadas a partir de 1970, ou seja, o movimento negro contemporâneo, tiveram uma importante atuação nas décadas de 1980 e 1990 e investiram esforços na participação em

⁴ Em referência ao livro homônimo de Nilma Lino Gomes.

⁵ Nomenclatura para se referir às diversas organizações do movimento negro desde a década de 1970. Sobre a história do movimento negro contemporâneo, ver PEREIRA, 2010.

⁶ Expressão presente na “Carta de Princípios” do Movimento Negro Unificado (MNU), 1978.

âmbito institucional especialmente a partir de 1988, ano do centenário da abolição, ano de muita mobilização e, também sabemos, da promulgação da Constituição cidadã. Assim, uma evidência da proeminência alcançada pelo movimento negro foi lograr modificações nas propostas curriculares, como a inclusão das noções de cultura e diversidade cultural, identidade e relações étnico raciais. (ABREU e MATTOS, apud PEREIRA, 2012, p. 115).

O objetivo desses esforços do movimento negro era romper com a hierarquização das diferenças raciais e étnicas, que privilegiava os elementos europeus, como, por exemplo, se apresentava nas propostas curriculares da Lei de Diretrizes e Bases de 1971⁷,

No final do século XIX, um de nossos personagens, o professor Hemetério, também enxergou a importância de abordar o papel da raça negra na história do Brasil (e também do mundo) como forma de combater o racismo. O historiador Aderaldo dos Santos nos aponta uma evidência de que, além de ter empreendido debates em periódicos e discursos em favor dos negros, o professor Hemetério também se valeu da história do Quilombo dos Palmares em sua própria prática docente, como forma de contribuir para uma imagem mais correta a respeito da participação do povo negro no Brasil.

Não imaginei que, ao pesquisar fontes sobre a trajetória de vida do professor Hemetério, fosse me deparar com a informação de que ele organizara uma atividade em seu colégio que proporcionara aos seus alunos o contato com a experiência do Quilombo dos Palmares, e isto no ano de 1885. Não sei o que pensarão os possíveis leitores desta minha tese, mas fiquei surpreso com a evidência encontrada. Penso que a atividade escolar que envolvia a leitura de um texto do historiador e cientista social português Oliveira Martins sobre o Quilombo dos Palmares, no evento do Colégio Froebel, evidencia a preocupação do professor Hemetério com o assunto. Ao valorizar a memória do Quilombo dos Palmares na escola, Hemetério contribuiu para a “reconstrução do passado” ao qual se referiu Flávio Gomes. (SANTOS, 2019, p.200)

As lutas empreendidas pelo movimento negro em suas várias organizações por essa valorização resultaram finalmente na Lei 10639/2003⁸, que inclui no currículo oficial da educação básica a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira”, importante conquista que se impõe como desafio a gerações de

⁷ Para saber mais, ver a LDB de 1971 (<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>)

⁸ A Lei 10639/2003 foi modificada pela 11645/2008, que tornou obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

professores que não tiveram acesso a essa formação e que devem ter o compromisso ético e profissional de cumpri-las.

Percebemos a conquista dessa lei como um exemplo daquilo que a educadora Catherine Walsh chama de “brechas decoloniais”, ou seja, fissuras que são abertas no todo hegemônico, no caso, na ordem moderna/colonial, que inventou certa experiência europeia como modelo. Como Walsh assinala:

O decolonial não vem de cima, mas de baixo, das margens e das fronteiras, das pessoas, das comunidades, **dos movimentos**, dos coletivos que desafiam, interrompem e transgridem as matrizes do poder colonial em suas práticas de ser, atuação, existência, criação e pensamento. (WALSH, 2016, p. 72. Grifo nosso)

A autora faz uma reflexão a respeito dessas brechas que nos soa como um alerta, quando diz que as brechas são pouco mais que aberturas ou inícios que, dependendo das ações realizadas em seu interior, podem gerar aberturas maiores e até fraturas nas estruturas, mas que, por outro lado, como fendas, também podem ser cobertas ou remendadas (WALSH, 2016, p.70). Entendemos que, por questões que extrapolam o escopo das reflexões que nos propomos aqui, a simples existência da lei não garante automaticamente que ela seja aplicada e também que, mesmo quando utilizada, pode não atender a seu propósito corretamente, como quando são realizadas ações que reforçam estereótipos e significados essencialistas de ser negro. Demarcamos que, nesse trabalho, nos empenhamos para aproveitar a abertura resultante dos esforços do movimento negro e colaborar para alargar essa “brecha”.

Estamos de acordo com a compreensão do movimento negro a respeito da importância de conhecermos as ações dos sujeitos históricos negros a fim de promover uma percepção mais justa da participação desses sujeitos na construção da sociedade brasileira. E apostamos que o caminho para a desconstrução de práticas e subjetividades racistas se beneficia muito da visibilização dessas ações, por confrontarem estereótipos, como o da passividade diante da escravidão. Sobre essa temática, nos é cara a seguinte reflexão:

se o sistema escravista teve alguma importância para estruturação do que conhecemos como o Brasil no século XIX, e se onde houve escravidão também houve a luta contra a escravidão, então a luta contra a escravidão também foi um elemento estruturante, que contribuiu, portanto, para a formação de nossa sociedade. (PEREIRA, 2012, p.119)

Podemos desmembrar duas observações a partir dessa reflexão de Pereira. A primeira é constatar a importância do estudo das atuações de resistência como aspecto central para uma correta metodologia histórica do período em sala de aula, uma vez que essas resistências à escravidão estiveram presentes desde o início do estabelecimento do regime escravocrata. A segunda é uma extensão desse argumento para o período pós-abolição, pois podemos perceber que, ao mesmo tempo que existiram projetos eugenistas para resolver o “problema do negro” e políticas de negação de direitos a essas populações, também se estabeleceram diversas estratégias de luta contra a discriminação racial e por melhores condições de vida para a população negra.

Assim, fica evidente que a história das lutas dos negros precisa estar presente nas nossas aulas de história do Brasil, por, além de tudo que já defendemos, ser uma questão de acuidade histórica.

1.2 O conceito de raça

O conceito de raça é central para nosso trabalho, e apontaremos aqui com que compreensão dessa categoria operamos. Utilizamos as reflexões de Nilma Lino Gomes, que opta por pensar o termo de forma a articular reflexão teórica, prática social e campo educacional, o que nos parece oportuno, pois compreendemos que esses três aspectos estão na base do trabalho que almejamos empreender na dissertação e também norteiam o programa de mestrado ProfHistória.

Gomes desnaturaliza a ideia de raça, de uma forma que contempla muito bem aspectos de nossa compreensão do conceito:

podemos compreender que as *raças* são, na realidade construções sociais políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam de forma alguma um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. (GOMES, 2005, p. 49)

Esses aspectos deixam evidente o protagonismo do campo da educação na construção do olhar racista. O problema não é, evidentemente, que haja a percepção das diferenças, mas que essas diferenças sirvam para hierarquizar as pessoas. E se a educação tem papel central nessa construção, sua desconstrução também demanda ações nesse campo.

É preciso ensinar para os(as) nossos(as) filhos(as), nossos alunos(as) e para as novas gerações que algumas diferenças construídas na cultura e nas relações de poder foram, aos poucos, recebendo uma interpretação social e política que as enxerga como inferioridade. A consequência disso é a hierarquização e a naturalização das diferenças, bem como a transformação destas em desigualdades supostamente naturais. Dessa forma, se queremos lutar contra o racismo, precisamos re-educar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às(aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo. (GOMES, 2005, p. 49)

Então, além de visibilizar as ações dos sujeitos históricos negros no enfrentamento ao racismo, é ao mesmo tempo importante mostrar a construção histórica do racismo, desvelar os engendramentos de fatores econômicos, sociais e culturais de sua elaboração e, principalmente, dessa forma, marcar a sua existência no tempo, ou seja, assinalar sua temporalidade, sua historicidade.

Por isso é importante destacar as relações entre modernidade, racismo e colonialidade. Levar os alunos a compreender que a categoria raça foi usada historicamente pelos países imperialistas como incentivo e legitimação de suas conquistas.

A moderna ideia de raça – que associa diferenças culturais e morais a características biológicas, genotípicas e fenotípicas, hierarquizando os diversos grupos humanos – é uma construção do pensamento científico europeu e norte-americano, que surge apenas em meados do século XVIII e se consolida a partir da segunda metade do século XIX, justamente durante o período em que o imperialismo europeu se fortalecia. (PEREIRA, 2013, p.33)

E, no âmbito da história do Brasil republicano (conteúdo curricular do 9º ano do Ensino Fundamental, de acordo com BNCC), a categoria foi utilizada na construção do Estado-Nação, em políticas eugenistas de embranquecimento, das quais decorrem algumas peculiaridades do racismo brasileiro, como as diversas nomenclaturas usadas (“moreninho”, “jambo”, “escuro”, entre outros) para se evitar chamar alguém de negro.

Não perdemos de vista também que, por outro lado, a ideia de raça foi ressignificada pelo movimento negro no Brasil como instrumento de identidade na luta por direitos. (GOMES, 2012)

Esse é um aspecto do uso da ideia de raça sobre o qual o historiador Amílcar Pereira também reflete em sua tese "O Mundo Negro": A constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). O historiador nos fala que o racismo esteve muito presente nos discursos do movimento negro que o tornou um instrumento de mobilização e luta. (PEREIRA, 2010, p. 61) E recupera a afirmação do sociólogo Antônio Sérgio Guimarães de que, "para os afro-brasileiros, para aqueles que se chamam a si mesmos de 'negros', o anti-racismo tem que significar, entretanto, antes de tudo, a admissão de sua 'raça', isto é, a percepção racializada de si mesmo e dos outros"(GUIMARÃES, 1995: 43, Apud PEREIRA, 2010, p.62). Assim, o movimento negro adotou a ideia de assumir a negritude como um fator de aglutinação de um grupo que se via sofrendo exclusões semelhantes, em razão da hierarquização racial a que estava submetido.

Então, dessa forma, a raça pode ser vista como um fator de produção de identidade, como analisa Gomes, citando a antropóloga Silvia Novaes:

a identidade só pode ser usada no plano do discurso e aparece como um recurso para a criação de um nós coletivo — nós índios, nós mulheres, nós homossexuais, nós homens, nós negros, nós professores. De acordo com essa autora, esse nós se refere a uma identidade, no sentido de uma igualdade, que, na realidade, não pode ser verificada de maneira muito efetiva, mas torna-se um recurso indispensável ao sistema de representações que um grupo social qualquer terá condições de reivindicar para si um espaço social e político de atuação em uma situação de confronto. É importante perceber que o conceito de identidade deve ser investigado e analisado (...) porque ele é um conceito vital para os grupos sociais contemporâneos que o reivindicam (NOVAES, 1993, p. 24, Apud Gomes, 2005, p.41)

1.3 Identidade e identidade negra

Como falamos em subjetividades e produção de identidades cabe aqui explicitarmos o sentido de identidade que utilizamos para pensar as questões étnico-raciais.

Um primeiro ponto é que nos apropriamos da ideia de Stuart Hall, de que esse é um “conceito em rasura”, ou seja, não é possível falar de identidade com o sentido de uma identidade integral, originária e unificada, mas, ao mesmo tempo, como não se cunhou um conceito mais adequado e não é possível prescindir do termo, continuamos a pensar com ele, mas sob rasura. (HALL, 2014, p.104) Ou seja, com um sentido diferente do que é utilizado corriqueiramente como significando conjunto de caracteres exclusivos e imutáveis de uma pessoa.

Como o conceito é politicamente relevante, é feito um esforço para se obterem algumas definições.

O conceito de identidade desenvolvido aqui não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Isto é (...) essa concepção não assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, “o mesmo”, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. (HALL, 2014, p. 108)

E Hall segue desenvolvendo sua ideia pensando sobre como as identidades são construídas de maneira relacional, ou seja, por meio da diferença e na relação com o outro, “com aquilo que tem sido chamado seu exterior constitutivo” (DERRIDA, 1981; LACLAU, 1990; BUTLER, 1993, Apud HALL, 2014, p.110)⁹.

Essa concepção, que orienta nossas abordagens, também está em diálogo com o entendimento de Nilma Lino Gomes a respeito da identidade negra.

A identidade negra é entendida, aqui, como, uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. (GOMES, 2005, p.43)

Assim, nos parece importante evidenciar essa relação com o outro em nossa proposição, através de análises de como os sujeitos cujas biografias vamos abordar se relacionaram com as normas, os costumes... os outros. Como já dissemos antes, o objetivo é, através das biografias, contribuir para que os alunos e as alunas também se percebam nas relações com os outros e as problematizem, construindo suas identidades/identificações de maneira mais consciente e positiva.

⁹ DERRIDA, Jacques Positions Chicago: University of Chicago Press, 1981. LACLAU, Ernesto. New Reflections on the Revolution of Our Time. Londres: Verso, 1990. BUTLER, Judith. Gender Trouble. Londres: Routledge, 1981.

A análise de Gomes também considera importante levar em conta não só as dimensões subjetiva e simbólica para a compreensão da identidade negra, mas principalmente, como sugere Kabengele Munanga, e como já falamos anteriormente, seu sentido político, como uma

tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído de participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil (MUNANGA¹⁰, 1994, p. 187, Apud GOMES)

Uma análise emblemática das questões de identidade negra, subjetividade e sentido político é a análise de Frantz Fanon em *Pele negra, máscaras brancas*, que é marcada por um estilo autobiográfico sensível e nos fala das dores de se perceber não como um homem, integrante da humanidade, mas como um homem preto. Nascido em 1925, na Martinica, Caribe, ele percebe-se negro ao se deparar, na França, com uma criança que lhe aponta e diz: “Mamãe, um preto! Tenho medo!” Suas considerações a partir dessa experiência evidenciam a questão do olhar do outro no processo de identidade.

Nessa obra, Fanon realiza uma análise psicológica, mas logo de partida ressalta que a libertação do negro não se dá apenas no plano subjetivo, requer uma tomada de consciência das relações econômicas e sociais, pois: “Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: — inicialmente econômico; — em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade.”(FANON, 2008, p.28). Esse processo econômico, ao qual o autor se refere é a expropriação promovida pelo colonialismo europeu, aos povos por ele racializados, como é o caso dos negros. A condição econômica e social resultante desse processo precisa ser desvelada e resolvida como parte da solução da situação de inferiorização do negro.

O negro deve conduzir sua luta em dois planos: uma vez que, historicamente, ele se condicionou, toda liberação unilateral seria imperfeita (...) de uma vez por todas, a realidade exige uma compreensão total. No plano objetivo como no plano subjetivo, uma solução deve ser encontrada. E é inútil vir com ares de mea culpa, proclamando que o que importa é salvar a alma. Só haverá uma autêntica desalienação na medida em que as coisas, no sentido o mais materialista, tenham tomado os seus devidos lugares.(FANON, 2008, p.29)

¹⁰ MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org)A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994. 177-187.

Retornando a análise do plano subjetivo, que é o foco do trabalho de Fanon nessa obra, consideramos interessante a formulação que ele faz ao dizer que o olhar do outro, do branco colonizador, estabeleceu uma separação em duas partes: uma zona de não-ser, onde estão os negros, e que é “uma região extraordinariamente estéril e árida” (FANON, 2008, p.26), e uma zona do ser, pertencente aos brancos. Assim é produzida toda uma negação da existência dos negros (e não brancos), toda uma invalidação das suas expressões culturais, das suas histórias e, no limite, e conseqüentemente, do próprio direito à vida.

Se o colonialismo, para dominar, produziu (e continua a produzir) uma negação da existência de homens e mulheres negros, invisibilizando suas histórias e forjando imagens estereotipadas desses sujeitos, concluímos, assim como Fanon, que “uma vez que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer” (Fanon, 2008, p. 108). Assim, parte do processo de combate ao racismo colonial consiste em tornar visíveis as ações e produções de homens e mulheres negros, como Tia Ciata e o professor Hemetério, afirmando sua dignidade, restituindo dessa forma suas existências. Buscamos assim contribuir para romper com uma síntese que novamente me remete à fala do meu aluno J: “o negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de humano (...) O branco está fechado na sua brancura. O negro na sua negrura.” (FANON, 2008, p. 27)

1.4 Não há quem goste de ser número, gente merece existir em prosa

A forma que escolhemos para visibilizar as ações dos sujeitos negros foi a utilização da abordagem biográfica. Antes de adentrarmos aqui na reflexão sobre os tipos de narração biográfica em história e de indicarmos com qual vamos trabalhar, queremos pensar um pouco sobre os significados envolvidos em decidir narrar histórias de vida.

Quando começávamos a delinear esse projeto, em 2020, teve início a pandemia da covid-19, um momento de muita apreensão, marcado pelo acompanhamento através dos jornais, do informe diário do número de vítimas.

Nesse contexto surgiu o projeto Inumeráveis, que é um memorial dedicado a contar a história de vida de cada uma das vítimas do novo coronavírus no Brasil. O site do projeto tem uma pequena justificativa de seu propósito, que diz assim:

Desde 2020, o mundo vem sendo duramente atingido pelo coronavírus. Como em todas as pandemias, pessoas tornaram-se números. **Estatísticas são necessárias. Mas palavras também.** Se nem todas as vítimas tiveram a chance de ter um velório ou de se despedir de seus entes queridos, queremos que tenham ao menos a chance de terem a sua história contada. De ganharem identidade e alma para seguir vivendo para sempre na nossa memória¹¹ (grifos nossos)

Com o objetivo de entender melhor as motivações do idealizador do memorial, o artista plástico Edson Pavoni, buscamos depoimentos dele em jornais falando sobre o assunto. Em entrevista ao jornal El País Brasil, em 18 de agosto de 2020¹², Pavoni explica que, como artista, sempre se preocupou em pensar sobre o que conecta as pessoas e que começou a se incomodar com o que, nas suas palavras era o “estranho ritual que o Brasil começou a passar conjuntamente de saber o número do dia”¹³.

então naquele dia foram 86 pessoas que morreram, aí passa 24 horas, daí naquele dia são 98 pessoas que morreram, passam 24 horas, 108 pessoas que morreram, e daí eu percebia assim que esse estranho ritual estava começando a tirar o significado do que realmente estava acontecendo lá fora, (...) de fora do meu lugar de quarentena tinha várias pessoas morrendo todos os dias e esse número ia aumentando, aumentando, aumentando e pra mim, depois de um tempo, eu mesmo me senti desconectado do significado desse número. Como assim, hoje é 128, será que a gente tá nesse pedaço da curva? Será que a gente achatou a curva? Mas não estava mais pensando que eram 128 pessoas que morreram, que deixaram assim um vazio enorme, não estava mais assim pensando: será que era evitável? (...) Eu não queria esse jeito de olhar para o que estava acontecendo então eu quis me reconectar com o que estava acontecendo.¹⁴

Assim a forma que encontrou de promover esse retorno das pessoas para a dimensão de desastre que aquelas mortes significavam foi escrever as histórias de vida das vítimas e divulgá-las no site, nos telejornais e onde mais fosse possível, e se surpreendeu com a adesão de centenas de pessoas dispostas a colaborar voluntariamente com isso. Em outra entrevista, de 6 de maio de 2020, ao portal

¹¹ Site: <https://inumeraveis.com.br/sobre/>, acessado em 23 de abril de 2022.

¹² Site: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-18/el-pais-entrevista-nesta-quarta-o-artista-edson-pavoni-criador-do-projeto-inumeraveis.html>, acessado em 23 de abril de 2022.

¹³ Idem nota 7

¹⁴ Idem nota 7

globo.com¹⁵, ele afirmou que as histórias penetram o coração num lugar em que os números não conseguem.

A historiadora Verena Alberti, também preocupada com a questão de como expressar a gravidade de acontecimentos horríveis, como, por exemplo, o holocausto, e, ao mesmo tempo, respeitar as vítimas e não traumatizar os alunos, aponta que

Muitas vezes pode ser interessante partir de casos particulares para a visão geral: uma biografia pode oferecer mais concretude do que números que diluem o ocorrido (seis milhões de mortos, por exemplo, é um número que, se não for corretamente trabalhado, pode não significar muita coisa.

Analisando os impactos da plataforma Inumeráveis na cobertura jornalística, Edson Pavoni conclui que ela ajudou a imprensa a equilibrar as pautas entre estatísticas, ciência e humanidades. De forma semelhante, ao tematizarmos as histórias de vida de Tia Ciata e do professor Hemetério, queremos construir um caminho que facilite aos alunos experimentarem de forma combinada algumas dimensões possíveis do estudo de história: a análise do contexto em que a população negra estava inserida, ou seja, o enquadramento macro, com seus dados e estatísticas; a possibilidade de se afetar com as dificuldades enfrentadas por aqueles indivíduos históricos, e também de perceber a capacidade daqueles sujeitos de agir para modificar o que lhes atrapalhava ter uma existência plena.

Por fim, merecem menção os versos que abrem a página dos Inumeráveis e que deu título a essa pequena reflexão: “não há quem goste de ser número, gente merece existir em prosa”¹⁶.

1.5 Os usos do biográfico e o ensino de história

Muitas discussões e embates foram realizados por historiadores e intelectuais das ciências sociais sobre a própria possibilidade de produção de conhecimento histórico a partir do gênero biográfico. Aqui iremos pontuar alguns momentos dessas

¹⁵ <https://gq.globo.com/Noticias/noticia/2020/05/conheca-historia-do-memorial-online-que-relembra-vitimas-da-pandemia.html>, acessado em 22 de abril de 2020.

¹⁶ Ver nota 6.

discussões, passando por algumas questões que envolvem o trabalho com as histórias de vida para apontar qual abordagem biográfica nos parece um bom instrumento de pesquisa e ensino de história numa perspectiva antirracista.

No século XIX o gênero biográfico esteve em alta e serviu a uma escrita da história dos heróis nacionais e dos grandes homens. Porém, no início do século XX, com o desenvolvimento da história analítica e estrutural, o uso das histórias de vida por historiadores profissionais se reconfigurou. De acordo com Marcia Gonçalves

Nessa perspectiva de análise, o papel dos indivíduos na história, lideranças e/ ou anônimos na multidão, adquiria lugar em tramas e enredos apenas por intermédio de sua imersão no social. O sujeito individual era predominantemente focado como sujeito social. (GONÇALVES, 2020, p. 79)

Na década de 1980, após passar por momentos de maior e menor prestígio acadêmico, o gênero biográfico foi alvo de um intenso debate que novamente resultou em outros usos da biografia por parte dos historiadores. Esse debate ocorreu em meio a um contexto de mudanças que levaram a uma reflexão sobre os modelos explicativos de interpretação baseados em grandes estruturas. Nesse sentido, houve uma nova valorização do aspecto narrativo dos acontecimentos, e uma guinada de aberturas às subjetividades. Nesse momento proliferaram usos de textos biográficos, testemunhais e memorialistas na escrita da história.

Entre as críticas desse momento, cabe destacar algumas empreendidas por Pierre Bourdieu, em “A ilusão biográfica”. Bourdieu levantou a preocupação com o retorno a um modelo da chamada história tradicional, que privilegiava as narrativas dos feitos de grandes personagens, e assinalou o risco de a escrita biográfica estar necessariamente na lógica de uma filosofia da história, com sentido teleológico, que, assim como no senso comum, concebe

a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas (Hércules entre o vício e a virtude), seus ardis, até mesmo suas emboscadas (Jules Romains fala das “sucessivas emboscadas dos cursos e dos exames”), ou como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um cursus, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (“a mobilidade”), que tem um começo (“uma estreia na vida”), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade (“ele fará o caminho” significa ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história no sentido de sucessão de acontecimentos históricos. (BOURDIEU, 1996, p. 183)

Além disso, preocupou-se com um centramento tal nos sujeitos, que os aspectos sociais fossem ignorados, como “explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede” (BOURDIEU, 1996).

Permeando esses momentos de discussões sobre usos do biográfico mencionados, parece estar o que Kalina Vanderlei Silva afirma que é uma questão fundamental para os historiadores: qual o papel do indivíduo na história? O indivíduo é a soma dos elementos de sua cultura e sociedade, ou ele é capaz de modificar seu contexto?” (SILVA, 2009, p. 16). Concordamos com Silva quando afirma que

Perante essa questão, fica-nos o meio-termo como resposta mais crível: os condicionamentos sociais, sofridos por todo ser humano, são fatores importantes na definição das histórias de vida. E, pertencendo a um mesmo grupo social em um mesmo momento histórico, diferentes indivíduos podem partilhar “lances de vida semelhantes”. Porém, como defende a historiadora Vavy Pacheco Borges, sempre parece existir algo de indeterminação na vida dos indivíduos, fazendo com que não haja um comportamento padrão para todos os sujeitos de um mesmo grupo social. (SILVA, 2009, p.16)

Nas nossas propostas de atividades didáticas a seguir, certamente há uma preocupação em evitar os riscos sobre os quais Bourdieu escreveu e, ao mesmo tempo, o desejo de trabalhar com uma abordagem biográfica que se lança sobre a questão de qual é o grau de escolha do indivíduo diante das conformações sociais do seu tempo, a fim de possibilitar observar as negociações e brechas entre indivíduo e sociedade, ou, como Paulo Freire chamou, os “atos-limite”, ou seja, os atos que os humanos tomam diante das dimensões concretas e desafiadoras da história para superá-las. (FREIRE, 2021, p.204)

Ou, assim como Leonor Arfuch, consideramos que é fundamental que o uso das histórias de vida para produzir conhecimento possa problematizar a vida social. Ao levantar esse ponto, Arfuch apontou para uma preocupação, que também não perderemos de vista, que é a proliferação, na contemporaneidade, de narrativas vivenciais que operam com uma retórica individualista, ou seja, numa lógica de glorificação da “própria peripécia” (ARFUCH, 2010). Assim como para a autora, nos interessa nos perguntarmos:

Sobre o trânsito que leva do “eu” ao “nós”, o que permite revelar o nós no eu, um nós não como simples somatória de individualidades ou como galeria de meros acidentes biográficos, mas em articulações capazes de hegemonizar algum valor compartilhado a respeito do (eterno) imaginário da vida como plenitude e realização. (ARFUCH, 2010, p.82)

1.6 Sujeitos outros

As novas formas de abordar as biografias em história nos inspiraram a escolher esse caminho por tematizarem novos personagens, não mais os grandes heróis, ou aqueles cuja individualidade era tratada como algo que se sobrepunha ao seu tempo.

De acordo com Beatriz Sarlo, a chamada guinada subjetiva propiciou um olhar mais interessado para o cotidiano e a vida de sujeitos comuns, “quando se reconheceu que eles não seguiam apenas itinerários sociais traçados, pois protagonizavam negociações, transgressões e variantes” (SARLO, 2007, p.16). Nesse sentido, os personagens passam a ser pensados como sujeitos de suas trajetórias, e não mais na chave interpretativa da passividade e aceitação.

Em *Memórias da plantação*, Grada Kilomba reflete sobre os mecanismos de silenciamento da voz do sujeito negro como forma de mantê-lo na condição de objeto, e cita bell hooks, que diz que sujeitos são aqueles que têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias. Tendo como metodologia o relato autobiográfico (seu e de outras mulheres negras) Kilomba afirma que usa a sua escrita como

Um ato de tornar-se, e, enquanto escrevo eu me torno a narradora e a escritora da minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predetermined. (KILOMBA, 2019, p.28)

Assim, em seu livro, Kilomba propõe realizar a escuta das vozes das mulheres negras, como forma de superar a construção do eu negro pelo outro branco. Esses aspectos são relevantes não só para a temática das relações étnico raciais, mas também por possibilitar outros atores sociais em cena nas aulas de história, como as mulheres, os operários, os sem-terra e tantos grupos sub-representados no currículo. Muito se fala em “dar voz” a esses sujeitos historicamente subalternizados. No entanto, tomando emprestada a reflexão de Kilomba, queremos assinalar que esses homens e mulheres não estão (e nunca estiveram) calados; suas vozes, na verdade, não têm sido ouvidas, quando não aparecem, por exemplo, nas aulas de história. É o caso, então, de buscar ouvi-las e compreendê-las.

Portanto, nos interessa investigar com os alunos o que “disseram” esses sujeitos outros, perceber as diversas formas de ação nas “margens de liberdade”, negociações e brechas ... as diversas vozes.

Para além do enfoque nas estruturas sociais e econômicas, a abordagem biográfica pode ter a vantagem de trazer à baila a ação individual, que, além de dar concretude à história e de humanizar e sensibilizar, como já dissemos, mostra como não só as relações socioeconômicas interferem nos sujeitos, mas como os próprios sujeitos se relacionam de formas diversas com os aspectos sociais, interpretando-os, atribuindo-lhes significado e agindo sobre eles, mas nunca apenas sofrendo as circunstâncias passivamente.

A abordagem biográfica escolhida então é aquela em que o enfoque nos personagens não está marcado pela ótica da construção de um panteão de heróis a serem cultuados – seres idealizados, cujas vidas obedecem a uma linearidade e à ideia de uma trajetória desenhada *a priori* –, mas sim uma que possibilite ao aluno perceber as características individuais dos personagens e as marcas das diversas temporalidades deles, de forma que possa analisar também a si mesmo e sua relação com as marcas do seu próprio tempo.

Os trabalhos biográficos em que nos apoiamos estão inseridos nessa concepção que analisa os sujeitos relacionando-os aos seus contextos. A obra de Moura, *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*, mesmo com algumas inconsistências, que discutiremos no terceiro capítulo, preocupa-se em analisar os locais, as circunstâncias políticas e os meios sociais em que a nossa personagem esteve inserida, como expressam alguns dos títulos dos capítulos desse livro: “Abolição e a República: a Situação Política Nacional”; “De Salvador para o Rio de Janeiro”; “O Rio de Janeiro nos Bairros Populares”; “Vida de Sambista e Trabalhador”; “Geografia Musical da Cidade”; “A Pequena África, o Reduto de Tia Ciata”; “As Baianas na Festa da Penha” e “As Transformações na Comunidade Negra e a Vida no Rio de Janeiro no Início do Século”.

A dissertação de Luara Silva e a tese de Aderaldo dos Santos sobre o professor Hemetério dos Santos, como dissemos, também buscaram compreender em que meio o professor Hemetério estava. E isso não significou perceber a vida do professor como presa a um determinismo das estruturas, mas perpassada por algumas condições, como o racismo. Ao mesmo passo, os autores analisaram a agência de Hemetério em explorar e construir oportunidades.

Tia Ciata e o professor Hemetério, com suas histórias de vida, nos mostram outras experiências de homens e mulheres negros no final do século XIX, diferentes daquelas atreladas à condição jurídica do cativo. Uma das consequências de tematizá-las em sala de aula é ampliar o leque de possibilidades do que pode significar afirmar-se negro, mostrando uma variedade de experiências além da escravidão e das várias formas de subalternização promovidas contra negros, possibilitando identificações mais justas e positivas.

2 AGÊNCIA NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO E PRIMEIRA REPÚBLICA: HISTÓRIAS DE VIDA DE TIA CIATA E PROFESSOR HEMETÉRIO DOS SANTOS

A maior parte da vida adulta de nossos protagonistas, Tia Ciata (1854-1924) e o professor Hemetério (1858-1939), está inserida no pós-abolição e na Primeira República e é a partir de suas histórias de vida que queremos tentar nos aproximar desse período. Pretendemos, com isso, entender a realidade daqueles sujeitos de uma forma mais complexificada do que aquela que congela os homens e mulheres negros apenas nas imagens de marginalização e pobreza, alheadas dos processos políticos.

De acordo com as historiadoras Ana Maria Rios e Hebe Mattos, o interesse pelo estudo das realizações da população negra no pós-abolição vem crescendo e se modificando desde a última década do século XX.

Até a década de 1990, aproximadamente, apenas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação era enfatizada nas análises historiográficas. Os últimos cativos e seu destino após a abolição atraíam compaixão e simpatia, mas não pareciam apresentar maior potencial explicativo para a história do período. Com a abolição do cativeiro, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus. (MATTOS e RIOS, 2004, p.170)

Há, então, um novo enfoque, que, voltado para as agências negras nas últimas décadas do cativeiro e após o 13 de Maio, vem se consolidando como o campo de estudos do pós-abolição. Tal campo tem sido marcado pela busca dos sentidos políticos, sociais e culturais das ações de ex-escravizados e seus descendentes e também daquelas pessoas negras que já eram livres mesmo antes da Lei Áurea, seja individualmente ou em grupos, agora devolvidos à história como sujeitos.

A respeito da temporalidade do pós-abolição compartilhamos a compreensão de que é possível pensar numa longa duração, uma vez que

por pós-abolição entendemos a luta pela construção da equidade étnica entre negros e brancos e que, em uma sociedade cujos alicerces, vigas e cimento são fornecidos pelo racismo, tem se tornado perene e, portanto, continua nos dias de hoje. É certo que foram conquistados avanços. Porém, muito embora tenhamos diferenças entre o hoje e o “dia seguinte” à abolição, os negros ainda são a parcela mais pobre da população e as lutas

contra o racismo e por equidade ainda estão sendo travadas. (SANTOS, 2022, p.60)

Dito isso, assinalamos que nossas reflexões se delimitam ao arco temporal das vidas de Tia Ciata e do professor Hemetério e, portanto, ao período mais imediato do pós-abolição e das primeiras décadas da República.

Uma outra reflexão que nos interessa evidenciar diz respeito à crítica ao uso do termo “República Velha” para se dirigir às primeiras décadas após o 15 de Novembro. Chamando a atenção para o fato de que “periodizar, nomeando um ‘tempo’, é um ato de poder” (GOMES e ABREU, 2009, p.1), as historiadoras Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu buscam desvelar quando e quem criou o referido termo para se referir àquele período e apontam que, “não casualmente, foi imaginada e adotada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920/30” (GOMES e ABREU, 2009, p.1). Tais ideólogos pretendiam se apresentar como “o novo” marcando para isso a oposição em relação ao modelo político do período anterior descrito como sendo vazio de ideias autênticas, distante do “povo brasileiro”, em que as instituições políticas e o voto, marcados pelas fraudes, eram a expressão do fracasso das instituições liberais.

Assim como as historiadoras, não pretendemos negar as diversas táticas de fraudes eleitorais, os projetos que visavam excluir negros e pobres de direitos básicos, a mobilização de ideias pseudocientíficas para investir no embranquecimento físico e cultural do Brasil, que são importantes para compreender o período... Longe disso. Porém, como elas também apontam, essa é só uma parte da cena histórica:

Como vários estudos já demonstraram, a Primeira República está repleta de exemplos de intelectuais e políticos que, numa conjuntura marcada pelas disputas em torno dos direitos dos recém-libertos e dos trabalhadores de forma geral, investiram na construção de uma nação com traços europeizantes e condenaram – até mesmo pela força – o Brasil mestiço, africano, negro e popular. Mas isso não foi tudo! (GOMES e ABREU, 2009, p.10)

Como mencionado anteriormente, muitas pesquisas, dentro do campo do pós-abolição (mas não somente), têm voltado o olhar para os sujeitos negros como protagonistas no palco da história e demonstrado a existência de diversas formas de ação no plano das disputas políticas (entendidas aqui como se referindo não apenas à esfera das eleições). Entre essas formas de ação, estão, por exemplo, ações

individuais e coletivas disputando os sentidos de ser negro, intensos movimentos populares visando à conquista de direitos sociais e políticos e a articulação em associações e grupos que se empenharam pelo direito de se expressar e festejar livremente.

Assim, é tentando enxergar essas outras faces desse período que nos referimos a ele como Primeira República e nos debruçamos sobre as vidas de Tia Ciata do professor Hemetério dos Santos.

Nossos dois personagens chegaram ao Rio de Janeiro ainda bem jovens, na década de 1870; Tia Ciata, da Bahia, e o professor Hemetério, do Maranhão – duas províncias que, naquele momento, eram parte do “Norte” do Império.¹⁷ Ambos buscavam provavelmente na Corte (e, posteriormente, capital federal), maiores oportunidades de se estabelecerem na vida.

Sobre o mercado de trabalho do Rio de Janeiro mais de uma década depois da chegada de nossos personagens e dois anos após a abolição, o historiador Sidney Chalhoub nos apresenta o seguinte quadro:

Os dados referentes à estrutura ocupacional da cidade em 1890 mostram uma marginalização ocupacional dos não-brancos ocorrendo em parte devido à presença dos imigrantes europeus. Mais da metade dos 89 mil estrangeiros economicamente ativos trabalhava no comércio, indústria manufatureira e atividades artísticas, ou seja, os imigrantes ocupavam os setores de emprego mais dinâmico. Enquanto isso, 48% dos não-brancos economicamente ativos empregavam-se nos serviços domésticos, 17% na indústria, 16% não tinha profissão declarada e o restante encontrava-se em atividades extrativas de criação e agrícola. (CHALHOUB, 2012, p.81)

Pelo que vemos do levantamento feito pelo historiador, há uma situação desfavorável para as pessoas negras que eram preteridas em relação aos imigrantes europeus. E é com essa realidade que Hilária Batista de Almeida, a Tia Ciata, se depara.

Podemos pensar que essa situação não passava despercebida pelos sujeitos mais diretamente afetados por ela. Um indício que aponta nesse sentido nos é fornecido pelo cineasta Roberto Moura¹⁸, que nos apresenta uma entrevista com D. Carmem Teixeira da Conceição, conhecida como Carmem do Xibuca, irmã-

¹⁷ Nesse momento, o Brasil não era dividido em cinco regiões, como atualmente, e não existia a ideia de “Nordeste”.

¹⁸ Cineasta que escreveu a biografia de Tia Ciata em 1986, segundo ele, por perceber, durante um trabalho filmográfico sobre o Rio de Janeiro subalterno, que ela era a mais famosa das tias baianas. A respeito dessa biografia e de suas limitações, ver o capítulo 3 desta dissertação.

de-santo da tia Ciata no terreiro de João Alabá¹⁹. Nesse trecho, ela fala sobre a busca por trabalho no momento logo após a abolição da escravidão.

Quem trabalhava mais mesmo era o português, essa gente, espanhóis, era mais essa gente. Não era fácil, eles não gostavam de dar emprego pro pessoal preto da África, que pertencia assim à Bahia, eles tinham aquele preconceito. Mas a mulher baiana arranjava trabalho (...) elas têm assim aquelas quedas, chegavam assim, iaiá, que há? E sempre se empregavam nas casas de família pra fazer um banquete, uma coisa. Tinha fábrica (...) já tinha, mas eram os brancos que trabalhavam na fábrica. Muitas mulheres trabalhavam em casa lavando pra fora, criando as crianças delas e dos outros, mais dos outros do que delas. (MOURA, 1986, p.102)

Essa constatação de D. Carmem de que a mulher baiana conseguia encontrar trabalho relativamente com mais facilidade que os homens negros é matéria sobre a qual a historiadora Maria Clementina Pereira Cunha se debruça.

Pelo menos no Rio de Janeiro, as mulheres negras conseguiam obter mais oportunidades de renda – seja no trabalho doméstico, nos biscates, no comércio de rua ou em outras atividades paralelas –, com as quais conseguiam garantir o sustento de suas famílias de uma forma mais regular que a parcela masculina. As mulheres baianas migradas para a capital do país, ademais, traziam com elas o hábito de se apoiarem mutuamente em torno de atividades como a fabricação de doces e quitutes ou a sua venda nos tabuleiros, em uma corrente de solidariedade habitualmente presidida por laços étnicos e religiosos. (CUNHA, 2016)

Relacionando o depoimento de D. Carmem e as análises de Cunha, é possível pensarmos que Tia Ciata também lia bem a realidade na qual estava inserida. Longe de desistir de construir condições dignas para si e seus familiares, ela soube se valer de seus conhecimentos culinários para garantir sustento em meio àquele contexto. Podemos entender como exemplos desse apoio mútuo e da corrente de solidariedade de que Cunha nos fala a própria transmissão desses conhecimentos de uma geração à outra, como conta Cincinha, neta de Tia Ciata, a Moura:

Elas (as tias) todas sabem fazer doce, a gente aprende de tudo. Elas diziam pra gente: “amanhã, quando casar, se tiver um fracasso com o marido, não precisa pedir ao vizinho nem a parente, é só fazer qualquer coisa pra ganhar dinheiro”. (...) Cada um nas suas casas, os que iam nascendo não sabiam ainda e ia-se ensinando. (MOURA, 1986, p.46)

¹⁹ João Alabá foi babalorixá do terreiro de Candomblé na rua Barão de São Félix.

Um olhar mais apressado pode levar a entender a realização dessas tarefas como uma restrição da vida dessas mulheres a atividades domésticas, mas é interessante sublinhar que a fabricação e venda de doces e quitutes era, ao contrário, uma atividade que, para muitas dessas tias baianas, podia significar o exercício de uma independência financeira e a autonomia sobre sua vida, inclusive conjugal.

Não conseguimos encontrar informações sobre quanto as atividades nos tabuleiros das baianas rendiam, mas Cunha evoca um depoimento de João da Baiana (importante sambista do início do século XX, filho da baiana conhecida como Tia Perciliana, ambos frequentadores assíduos da casa de Tia Ciata), que nos ajuda a dimensionar a questão.

Minha família não era rica, mas tinha uns recursozinhos porque meus avós possuíam alguma coisa. Além disso, minha mãe fazia doces da Bahia e tinha empregados na rua. Eram 4 ou 5 tabuleiros. Portanto, a nossa condição econômica não era ruim. (MIS, 1970, p.61 apud CUNHA, 2016, nota 102)

Podemos conceber que essa também era a realidade de Tia Ciata, não só porque é plausível traçarmos um paralelo com a situação econômica da mãe de João da Baiana, como também porque encontramos reclames de jornal, como o do dia 17 de novembro de 1913²⁰, em que se anuncia a necessidade de “um empregado de boa conduta, para vender doces na rua Visconde de Itaúna, n.117”. A essa época, esse era justamente o seu endereço.

Desde que chegou ao Rio de Janeiro, de acordo com Moura, Tia Ciata, morou em pelo menos três locais; primeiro, na General Câmara; depois, na Rua da Alfândega, 304, e, por último, na Visconde de Itaúna 117, na Praça Onze, região que ficou conhecida como Pequena África²¹. Sobre esse último deslocamento, é razoável pensarmos que possa estar relacionado às políticas higienistas realizadas desde 1893 com Barata Ribeiro, que ordenou a derrubada do cortiço Cabeça-de-Porco, até a política do “bota-abaixo” de Pereira Passos, em 1904, quando as casas de cômodos da área central da cidade são demolidas. No entanto, não podemos

²⁰ O Paiz, segunda-feira, 17 de novembro de 1913.

²¹ De acordo com Nei Lopes e Antônio Simas essa “era a expressão usada pelo escritor Roberto Moura, baseado numa afirmação de Heitor dos Prazeres (‘A Praça Onze era uma África em miniatura’, cf. Alencar, 1981:20; 80), para designar a base territorial da comunidade baiana do Rio de Janeiro, estabelecida a partir dos anos 1870, na região que se estendia dos arredores da Antiga Praça Onze até as proximidades da atual Praça Mauá.”(LOPES e SIMAS, 2020, p.220)

afirmar, pois, na obra de Moura, não há precisão nas datas das mudanças²², nem explicação dos motivos.

As comidas de Tia Ciata e outras tias baianas não deviam sua produção e fama apenas aos tabuleiros, mas também estavam presentes nas festas, encontros religiosos e nas rodas de samba em sua casa. A participação de Hilária na formação do samba carioca e nas festividades do carnaval é outro aspecto interessante da sua vida. Além de sobreviver, Tia Ciata e seus amigos buscaram viver, inventar uma vida boa.

Nas obras²³ por nós pesquisadas que falam sobre Tia Ciata, a tia baiana é sempre mencionada como sendo líder e fundadora de ranchos e sujos da cidade. De acordo com o *Dicionário de História Social do Samba*, escrito por Nei Lopes e Luiz Antônio Simas, os ranchos eram “espécie de sociedade carnavalesca carioca antecessora da escola de samba, e na qual esta foi buscar alguns de seus principais elementos constitutivos” (LOPES e SIMAS, 2020, p.236). Encontramos mais detalhes sobre as formas dos ranchos no site Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira²⁴, que faz a seguinte descrição:

Grupamento de pessoas que cantam e dançam. Segundo Câmara Cascudo, o rancho prima pela variedade de vestimentas vistosas, e a sua música é o violão, a viola, o cavaquinho, o ganzá, o prato e às vezes a flauta. Cantam os seus pastores e pastoras, por toda a rua, chulas próprias da ocasião. Nos ranchos, além de pastoras, há balizas, porta-machados, porta-bandeiras, mestres-salas e ainda um ou dois personagens, que lutam com a figura principal, que dá nome ao rancho. Os ranchos carnavalescos surgiram por volta de 1872 e diferenciavam-se das grandes sociedades pela origem marcadamente popular. Sua criação sofreu influência nordestina, que se caracterizou por incorporar ao Carnaval elementos de procissões religiosas de tradição negra e de manifestações folclóricas típicas do Dia de Reis.

Pela descrição acima, os ranchos eram formas mais passíveis de vigilância, regramento e controle pelas autoridades. Em *Ecos da Folia*, Cunha percebe que a formatação descrita acima foi uma estratégia bem-sucedida dos grupos que queriam festejar, como os baianos, para promover uma maior tolerância das autoridades do que aquela que havia para com os cordões e os cucumbis²⁵. No entanto considera

²² Sabemos que a última mudança de endereço de Tia Ciata ocorreu até de 1910, pois esse foi o ano da morte de seu marido e Moura nos conta que à época ela já morava na Praça Onze. (MOURA, 1986, p.66]

²³ CUNHA, 2001 E 2015; MOURA, 1986; PEREIRA 2020.

²⁴ <https://dicionariompb.com.br/termo/rancho-carnavalesco/>, acessado em 28 de abril de 2022.

²⁵ Os Cucumbis se caracterizavam por canções, danças, instrumentos, e pessoas que enfatizavam a ascendência africana. Para saber mais, ver BRASIL, 2011.

simplista pensar que tenha havido “apoio irrestrito a essa forma de Carnaval popular e atribuir-lhe uma imagem tão amena”. (CUNHA, 2001, p.234) De acordo com a historiadora, embora os ranchos se aproximassem de tradições de Portugal e da Igreja e pudessem ser vistos como menos “africanizados”, outros fatores devem ser levados em conta para pensar sobre o quanto eles podiam ser vistos como ameaçadores, pois continuavam a ser protagonizados por negros e porque o clima de rivalidade entre os grupos era grande e por vezes levava ao confronto físico. (CUNHA, 2001, p.234-235) Além disso, organizações fundadas como ranchos podiam acabar realizando também cortejos como sujos:

Pode-se trazer mais um elemento capaz de relativizar a imagem pacificada dos ranchos (...) Além do seu desfile regulamentado e sério, pomposo e ensaiado com rigor, os ranchos – e em especial os baianos – costumavam também brincar sob uma outra forma antiga, conhecida como sujos: fantasias improvisadas ou roupas velhas, máscaras cobrindo o rosto para garantia do anonimato e o antigo recurso da alusão direta e impiedosa aos inimigos, desafetos pessoais ou sociais. (CUNHA, 2001, p.235)

Assim ocorria com as agremiações lideradas por Tia Ciata, fundadora do famoso rancho Rosa Branca e também do sujo cujo nome é bastante curioso: “O Macaco é Outro”, fundados em 1910. De acordo com Cunha, esse “sujo” saía da casa da tia baiana, na Praça Onze, e ia até o Catete. Seus integrantes trajavam fantasias simples e na cor marrom. (CUNHA, 2001, p.238) Sobre a razão desse nome, a historiadora diz o seguinte:

Na verdade, o sentido da brincadeira do Macaco é Outro (...) é explicado com muita clareza no depoimento²⁶ de um de seus membros: o ponto alto – e ele se refere, nesse caso à festa da Penha de 1916, à qual o sujo estivera presente – ocorria “quando colocávamos as mãos nas máscaras gozando a cor e o aspecto de nossa raça e dizíamos baixinho: **‘Nós somos gente’, e bem alto o grito de guerra: ‘O macaco é outro!’**”. (CUNHA, 2001, p.239)

Analisando esse episódio fica evidente que os integrantes desse sujo usavam da forma jocosa para zombar do preconceito racial que sofriam. Preconceito esse que, pelo visto, não era comumente expresso apenas contra negros mais pobres, ou afastados de círculos letrados; ao contrário, a associação racista entre pessoas negras e primatas foi amplamente utilizada contra intelectuais como Lima Barreto e dela também não escapou o professor Hemetério, como falaremos mais à frente.

²⁶ Jornal do Brasil de 16 de janeiro de 1916. Para mais informações ver nota 225 em CUNHA, 2001.

Outro espaço em que Tia Ciata marcava presença, com seus amigos sambistas e seus quitutes, era a Festa da Penha. E lá também se apresentava a disputa de sentidos do samba. Em trecho da coluna do *Jornal do Brasil* de 16 de outubro de 1916, transcrito abaixo, é possível perceber, pelas palavras do colunista, que havia muitos a quem o samba e a presença negra baiana agradava e aqueles que tentavam proibi-la ou desaboná-la.

Franqueadas as danças ao ar livre, não houve a menor alteração de ordem, desmentindo-se, portanto, os tais boatos espalhados pelos territórios de que a permissão de tais danças seria transformar a Penha num mar de sangue.

As danças deram ao arraial a nota alegre e festiva.

O primeiro grupo foi organizado em frente à barraca do rancho Macaco é Outro, onde a tia Ciata e a brejeira Pequenina haviam oferecido ao pessoal um suculento “angu à baiana” com todos os requisitos da terra do vatapá.

Quando se falou no samba, como que por um encanto surgiram os pandeiros, e os reco-recos e formou-se a roda. O Macaco é Outro rompeu o samba (...)²⁷

Essa crônica no *Jornal do Brasil* não é assinada, mas o seu provável autor é o jornalista negro Francisco Guimarães, pois, de acordo com historiador Leonardo Pereira, esse jornalista, que usava o pseudônimo de Vagalume, teve coluna diária no *Jornal do Brasil* entre 1910 e 1921, onde se dedicava a falar sobre o carnaval e os clubes dançantes do Rio de Janeiro (PEREIRA, 2015, p.22)

E é ele que, em 1933, publica um livro com o propósito de contar a história do samba, em que nos fala de outro espaço para além dos cortejos e andanças pela cidade, em que o samba de Tia Ciata se fazia presente e que ele mesmo frequentava: a casa dessa tia baiana.

Outro samba afamado era na casa da *tia* Ciata (...); si se tratava apenas de samba, ela estava dentro da roda e, quando era pelo carnaval, esquecia tudo, porque, como foliona de primeiríssima, transformava a sua casa, quer na rua da Alfândega, quer ultimamente na rua Visconde de Itaúna (onde faleceu), em verdadeira Lapinha.(...)

Os sambas na casa de Ciata, eram importantíssimos, porque, em geral, quando eles nasciam no alto do morro, na casa dela é que se tornavam conhecidos da roda. Lá é que eles se popularizavam, **lá é que eles sofriam a crítica dos «catedráticos», com a presença das sumidades do violão, do cavaquinho, do pandeiro, do reco-reco e do «tabaque»**. Foi na casa da tia Ciata, num dos seus famosos sambas, que o Donga *apanhou* o Pelo Telephone e fez aquele arranjo musical que o celebrou como o precursor da indústria (...)²⁸ (grifos nosso)

²⁷ *Jornal do Brasil*, 16 de outubro de 1916.

²⁸ VAGALUME. Na roda do samba, Rio de Janeiro, 1933, p.100.

Consideramos interessante observar que Vagalume sublinha a casa da Tia Ciata, não só como animada, mas como espaço da criação intelectual do samba, com destaque para o tabaqueria, instrumento de origem africana.

Sobre a composição de “Pelo Telefone”, existem algumas versões, como falaremos no terceiro capítulo. A ideia de que Donga “apanhou” a música na casa de Vagalume, é um indício para considerar que ela é resultado de uma criação coletiva. Nesse sentido vai a menção feita por Moura de que Hilário Jovino de Almeida e Tia Ciata chegaram a contestar juntos a autoria da música gravada por Donga. (MOURA, 1986, p.69). A partir disso, levantamos a seguinte questão: será que Tia Ciata compunha ou tocava algum instrumento? Podemos pensar que, além de anfitriã e “produtora cultural”, sua contribuição para a formação do samba também se deu no ramo da composição? Parece cabível pensarmos nisso; no entanto, não nos deparamos, nas referências sobre sua biografia, com mais indícios a esse respeito. Apesar disso acreditamos que é algo que merece ser melhor investigado.

Temos acesso a mais uma descrição dos sambas na casa de Hilária através do livro de Moura, que transcreveu um relato de João da Baiana a João Batista Borges Pereira, presente no livro *Cor, profissões em mobilidade/O negro e o rádio de São Paulo*²⁹. Na entrevista, o sambista diz que aquelas festas eram frequentadas também por brancos. As famosas rodas de samba em sua casa, o exercício de sua fé (do qual falaremos mais a seguir), os ranchos e uma outra ocupação que Tia Ciata exercia, a de confeccionar e vender fantasias, fornecia oportunidades de aproximação entre os sambistas, as tias baianas e outros grupos sociais, como estudantes, jornalistas e até autoridades. É o que também aponta Cunha

A frequência de jornalistas animados, às vésperas do carnaval, nas casas das tias, aonde iam em busca de meigas fantasias de baiana – mas naturalmente aproveitavam para ver o samba, satisfazendo a mistura de esnobismo e curiosidade que afinal resultava em formas enviesadas de proteção e compadrio. (CUNHA, 2015)

Sobre a atuação da polícia e, principalmente, dos jornalistas nessa disputa de sentidos a respeito do carnaval protagonizado por negros, nos parece interessante trazer aqui uma análise que transcende a fronteira nacional. Embora nossas reflexões se concentrem nas questões enfrentadas pela população negra do Rio de Janeiro e Brasil no pós-abolição, entendemos que as ações de homens e mulheres

²⁹ Ver MOURA, 1995, p.83.

negros na modernidade podem ser vistas como inseridas em um cenário maior, o das ações dos sujeitos da diáspora africana no “Atlântico Negro”³⁰, uma vez que esses sujeitos enfrentaram processos similares de discriminação. Uma análise transnacional das experiências de homens e mulheres negras nesse espaço histórico do Atlântico permitem notar e comparar as estratégias dos grupos políticos que visavam a subordinação dessa população, como também as estratégias dos sujeitos negros contra o racismo, tornando possível perceber semelhanças e diferenças, e mesmo identificar, em outros casos, uma circulação e compartilhamento de ideias nessa luta.

Nesse sentido, interessante análise comparativa transnacional sobre experiências de carnaval protagonizadas pela população negra foi realizada pelo historiador Eric Brasil, em sua tese “Carnavais Atlânticos: Cidadania e Cultura Negra no Pós-Abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)”, em que se debruça sobre os registros produzidos pela imprensa e pela polícia para estudar o carnaval naquelas duas cidades após a abolição em cada uma delas.

Nesses dois espaços de grande importância administrativa – o Rio de Janeiro, capital da República do Brasil, e Port-of-Spain, centro político de Trinidad, colônia do império britânico –, a figura do chefe de polícia era quem estabelecia as regras da festa, controlando a concessão de licenças para os grupos festeiros e fazendo a fiscalização das ruas. De acordo com Brasil, em ambas as cidades, as performances negras eram alvo de repressão, que se baseava na “ideologia da missão civilizadora”, um ideal adotado por grande parte dos intelectuais e membros das elites, que colocava o homem branco europeu e sua “cultura” como síntese do correto a ser seguido (BRASIL, 2016).

Além da polícia, o historiador destaca que a imprensa foi a esfera pública que mais dialogou com as expressões populares em ambas as cidades e que em sua atuação se empenhou por estabelecer “os inimigos’ do carnaval civilizado (sic)” (BRASIL, 2016, p. 281) e, conseqüentemente, o que deveria ser alvo da polícia.

Comparando a atuação da imprensa nessas duas cidades atlânticas, Eric Brasil aponta que, enquanto no Rio de Janeiro os ranchos foram escolhidos como a expressão a ser tolerada e até mesmo valorizada, em Port-of-Spain a maioria dos jornais demandou a completa extinção do carnaval. Para o historiador, isso tem a

³⁰ Expressão cunhada por Paul Gilroy, em *O Atlântico negro. Modernidade e dupla consciência*, 2001.

ver com a atuação de sujeitos negros dentro da imprensa do Rio de Janeiro, com destaque para o papel do jornalista já citado aqui, conhecido como Vagalume.

Desde o século XIX o jornalismo se apresentou como um caminho de mobilidade e ascensão social para muitos homens negros e mestiços na cidade do Rio de Janeiro. Parte significativa desses jornalistas desempenharia papel fundamental da defesa de um carnaval popular e ligado a tradições negras, sobretudo no período aqui estudado. Eduardo Granja Coutinho chama esses jornalistas que dedicaram boa parte de sua vida a registrar, apoiar e frequentar associações carnavalescas populares e negras de —Cronistas de Momo. É preciso destacar o Vagalume como o principal aliado de grupos negros na grande imprensa carioca nas décadas de 1910 e 1920. A atuação desses sujeitos contribuiu sobremaneira para que as associações carnavalescas populares e negras conquistassem espaços mais valorizados na Primeira República. (BRASIL, 2016, p.283)

De forma diferente, em *Port-of-Spain*, o autor percebe que, no período por ele analisado, entre as décadas de 1840 e 1880, as elites econômicas e intelectuais brancas dominavam a imprensa. E que uma presença negra e mestiça na arena dos periódicos só representaria reais impactos para o Carnaval a partir de 1900 e principalmente depois da Primeira Guerra Mundial (BRASIL, 2016, p.283).

Percebemos assim que “as estratégias repressivas se aproximaram mesmo em experiências de liberdade tão distintas” (BRASIL, 2016, p.286) e podemos pensar que, para além das alianças entre sujeitos negros e brancos (membros das elites), houve, no Rio de Janeiro, também uma importante participação de pessoas negras e mestiças que, ao ascenderem socialmente, usaram de seu novo lugar social para atuar no sentido do alargamento de espaços em que seriam valorizados.

Outra dimensão da vida de Tia Ciata, que inclusive atravessa a feitura de quitutes e a invenção das rodas de samba, é a sua religião: o candomblé. De acordo com Moura, quando Hilária chegou ao Rio de Janeiro, em 1876, com 22 anos, já havia sido iniciada no santo. Filha de Oxum, Tia Ciata manteve sua prática religiosa tornando-se Iyá Kekerê, Mãe Pequena, ou seja, auxiliar direta do pai-de-santo João Alabá, que tinha um importante candomblé nagô na rua Barão de São Felix, onde também ficava o cortiço Cabeça-de-Porco.

No início da Primeira República, o Estado brasileiro elabora leis para regulamentar os princípios do novo regime político, inclusive em termos de liberdade religiosa. Com o Decreto Nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, Art. 2º, o governo estabelece que “a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos

atos particulares ou públicos” e, um pouco depois, na Constituição de 1891, no artigo 11: “É vedado aos Estados, como à União: 2^o) estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos”. No entanto, não era incomum, no Rio de Janeiro, haver notícias de jornal dando conta de ações policiais interrompendo cultos de candomblé e detendo seus participantes.

Nesses casos, o que incorria como infração era a alegada “prática de magia e seus sortilégios”, prevista nos artigos 157 e 158 do Decreto 847 do Código Penal de 1890, mesmo ano do decreto sobre a liberdade de culto. Assim, é interessante notar que é promovida uma negação da legitimidade das religiões afro-brasileiras. Uma notícia que ilustra isso foi publicada pela *Gazeta de Notícias* (RJ) no dia 4 de maio de 1917.

O Candomblé de Ludgero foi por água abaixo... A polícia interrompe uma “sessão” efetuando cerca de 30 prisões. Já os jornais têm movido uma enérgica campanha contra essa casta de exploradores que vivem às custas da credence popular³¹

Essa negação da legitimidade das religiões de matriz africana se insere na lógica promovida desde a colonização, que Boaventura de Souza Santos nomeia de “pensamento abissal”, para se referir ao pensamento moderno ocidental. O sociólogo elabora uma cartografia das linhas que demarcam dois mundos e descreve a existência de um abismo entre os dois lados dessa linha³².

Na operação do pensamento moderno, o lado das antigas colônias é produzido como inexistente, invisível e ausente. Sousa caracteriza cada um dos lados como fundado em paradigmas diferentes. De um lado da linha, o dos antigos territórios coloniais, há uma dicotomia da apropriação/violência, em que as formas de conhecimento produzidas pelos sujeitos dessas áreas são tornadas invisíveis e, conseqüentemente, a suposta racionalidade que opera esse lado é a da assimilação, que tem como objetivo a adequação ao modelo europeu, ou, do contrário, autoriza toda sorte de violência em caso de não sujeição. (SANTOS, 2007).

Santos explica como o lado metropolitano da linha se relaciona com os conhecimentos provenientes das matrizes das antigas colônias.

³¹ *Gazeta de Notícias* (RJ) 4 de maio de 1917.

³² Essa é uma chave de pensamento semelhante àquela cunhada antes pelo psiquiatra Frantz Fanon, em sua obra *Pele Negra Máscaras Brancas*, quando se refere a duas zonas criadas pelo colonialismo: a zona do não ser e a zona do ser.

É inimaginável aplicar-lhes não só a distinção científica entre verdadeiro e falso, mas também as verdades inverificáveis da filosofia e da teologia, que constituem o outro conhecimento aceitável deste lado da linha. Do outro lado **não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos**, que na melhor das hipóteses podem se tornar objeto ou matéria-prima de investigações científicas. (SANTOS, 2007, p.73. **Grifo meu**)

As justificativas declaradas naquela notícia de jornal são exemplares do processo de negação da existência de conhecimentos que não provêm da matriz eurocêntrica, e que por isso são classificados como falsos.

Apesar desse cenário de frequente coerção das expressões de fé de matriz africana, Tia Ciata, pelos relatos conhecidos, não enfrentou dificuldades nesse sentido, pelo menos não de agentes do Estado.

Para tentar entender os motivos disso, Moura e Cunha fazem alusão ao fato de o marido de Tia Ciata, João Batista, ser funcionário no gabinete do chefe de polícia, posto a que teria alçado graças à retribuição de um favor religioso que Tia Ciata teria prestado ao presidente Wenceslau Brás. Essa história é narrada por Bucy, neto de Ciata no livro de Moura (Moura, 1986, p.64-65).

Eu vou contar a história. Aqui na Polícia Central tinha um sujeito que se chamava Bispo quando eu era criança. (...) Ele era investigador e chofer do chefe de polícia, esse Bispo. Então o Wenceslau Brás (...) tinha um equizema aqui na perna que os médicos na junta médica diziam não poder fechar. “Se fechar morre!” O Bispo disse pro Wenceslau Brás: “Eu tenho uma pessoa que lhe cura disso”. Era o tal Bispo, esses velhos investigadores, um senhor de bem. Ele disse: (...) “Ciata você pode deixar, ele é um bom homem, é um senhor de bem, o presidente e tal...” (...) Ela disse: “Quem precisa de caridade que venha cá”. Ele disse: “Mas ele é o presidente da República”. “Então eu também não posso ir lá, não tenho nada com isso não, não dependo dele”. “Ah, mas você tem que fazer alguma coisa, eu dei minha palavra que você ia”. (...) Aí minha prima (...) recebeu orixá, primeiro pra saber se podia curá-lo, o orixá disse: “Isso não é problema, cura facilmente, não vai acontecer nada, pode deixar”. Então foi que ele ordenou. Então ela estabeleceu: “São dessas ervas que eu faço medicamento pra ele se curar, dentro de três dias tá fechado, ele não precisa botar mais nada”. Então mandou lavar com água e sabão e botar aquela coisa em pó, torrar aquilo e botar, ficou curado. Então ele perguntou o que ela queria. Ela terminou mesmo indo porque o Bispo era pessoa didata né, tava sempre lá em casa e fez, forçou a barra, e ela foi lá fazer o serviço. Ela mesmo lavou o pé dele com água e sabão: “Não mexa, não põe nada, amanhã lava outra vez e põe esse. Três dias. Se não fechar, põe mais três dias”. E dentro de três dias estava curado. Quando ele tirou a faixa tava limpo. Agora perguntou a ela o que queria. “Não, não quero nada. Desejaria para o meu marido, o senhor pudesse melhorar a situação dele. Minha família é numerosa.” Ele disse assim: “Que que eu posso fazer? Compreende? Qual o estudo que ele tem?” Ela disse assim: “Lá na Bahia ele foi secundarista de medicina e tal”. “Ah! então eu tenho um lugar pra ele, vou botar ele aqui no gabinete do chefe de polícia”. Foi ele quem botou, foi isso, foi assim. (MOURA, 1986, p.64-65)

Não encontramos outras informações que nos ajudassem a confirmar esse episódio, mas, de todo modo, não há notícia de interrupção das celebrações em sua casa, que eram muitas, pois a tia baiana sempre celebrava seus orixás fazendo festas, conforme escreve Moura:

Nessa época Hilária já tinha empregados que se juntavam à família na feitura e venda dos doces, ou no comércio com as roupas. O dinheiro era usado no santo e nas festas que se sucediam ao longo do ano: principalmente, Cosme e Damião — uma Ibejada tradicional que não se interrompeu enquanto era viva uma de suas irmãs de santo, d. Carmem do Xibuca velha moradora de uma vila da Cidade Nova — , e Nossa Senhora da Conceição, a festa de sua Oxum. E a dos outros orixás, além dos aniversários da família e dos amigos celebrados com entusiasmo. (MOURA, 1986, p. 67).

Compondo o coro dos sujeitos negros do pós-abolição, que, de diversas formas, buscaram afirmar “nós somos gente”, estava também o professor Hemetério dos Santos. Diferentemente de Tia Ciata, há informações sobre a filiação dele. De acordo com os historiadores Luara dos Santos Silva (2015) e Aderaldo Santos (2019), ele nasceu em 1854 e era filho de Maria, uma escravizada, com o seu proprietário, o major Frederico dos Santos Marques Baptsei, e foi registrado, aos cinco anos de idade, como livre.

Assim como Hemetério, a maior parte da população de pretos e pardos era livre quando ele chegou ao Rio de Janeiro, em 1875. Isso é o que nos informam os dados do recenseamento de 1872: de 5.756.230 pretos e pardos, 4.245.428 eram livres. Observamos que as porcentagens do dado apresentado se referem ao total nacional e que há, evidentemente, diferenças regionais.

Contudo, esses dados mostram como é equivocada a imagem que congela todas as pessoas negras como sendo escravas antes da abolição. Por diversos meios, como revoltas, fugas, ações na justiça, compras de alforrias e em consequência da lei do Ventre Livre, a essa altura grande parte da população negra já havia alcançado a liberdade. Evidentemente, isso não significa que a Lei Áurea foi pouco importante; ao contrário, pois era a extinção formal para todos dessa condição jurídica, ainda que pudesse ter vindo acompanhada de outras providências que garantissem acesso pleno a direitos pelos ex-cativos.

Essas duas realidades - escravidão e liberdade – coexistiam, É o que essa fonte abaixo³³ “captura”, ao exibir, na mesma página de jornal, lado a lado, anúncios das aulas do professor Hemetério e de um escravo fugido.

Jornal do Commercio, 13 fevereiro de 1883, Edição 44, p. 5

<p>ESCRAVO FUGIDO</p> <p>Desappareceu ha dias, da rua do Cotovello n. 23, onde estava alugado, o escravo Manoel, crioulo da Bahia, tem falla de mulher e todo muito adama-do, é bonita figura, cor favela, idade 23 annos, estatura regular e muito prosa. Costuma andar pela rua da Misericordia, e dizia ter quarto alugado no becco dos Ferreiros, porque era livre. Disse a alguém que ia dar um passeio até Angra dos Reis, e disse tambem ir alugar um commodo lá para a Cidade Nova. Já esteve em Valença, no lugar chamado Creméa, casa do Dr. Torquato Villares. Roga-se a quem o descobrir o favor de o apprehender, e levar á rua de S. José n. 56, a João Pinheiro de Magalhães Bastos, que gratificará o portador e pagará mesmo a despeza que para isso tenha feito; recommenda-se á policia, e protesta-se contra quem o tiver acoutado.</p> <p>COMMODO</p> <p>Precisa-se de um bem arejado, com entrada independente: para um moço do commercio, não excedendo o aluguel de 5\$ a 10\$ mensaes; quem tiver queira deixar carta no escriptorio desta folha com as iniciais M. O. C.</p> <p>PLISSÉS</p> <p>Fazem-se por machina, sem lustro, fazem-se babados de pregas largas, até á altura de 1 metro, e tambem fazem-se babados macheados, largos e estreitos; na rua Sete de Setembro n. 27, soltrado.</p>	<p>gusto Vieira, e ficando a cargo do socio Antonio da Silva Vasconcellos todo o activo e passivo da casa. Fazem esta declaração para os effeitos legais.</p> <p>Ribeirão Preto, 30 de Janeiro de 1883. — Antonio da Silva Vasconcellos. — José Augusto Vieira.</p> <p>PEQUENO JARDIM DA INFANCIA ou ENSINO PRIMARIO INTUITIVO PROFESSADO POR HEMETERIO JOSÉ DOS SANTOS EX-EXPLICADOR PARTICULAR NO COLLEGIO D. PEDRO II</p> <p>Numero limitado: trinta alumnos de 5 a 11 annos Preferem-se meninos completamente analphabetos.</p> <p><i>Feeção</i></p> <table border="0"> <tr> <td>Por trimestre (adiantado)...</td> <td>25\$000</td> </tr> <tr> <td>Por mez (idem)</td> <td>10\$000</td> </tr> </table> <p>O Jardim tem mobilia e aparelhos proprios. As aulas se abrem a 1 de Março.</p> <p>42 RIO-COMPRIDO 42</p>	Por trimestre (adiantado)...	25\$000	Por mez (idem)	10\$000
Por trimestre (adiantado)...	25\$000				
Por mez (idem)	10\$000				

Interessante perceber, na caracterização do escravo que fugiu, que ele “dizia ter quarto alugado (...) porque era livre”. Essa situação, a bem de não termos como verificar se ele era livre ou não, também aponta para aquilo que o historiador Sidney Chalhoub chamou de “cidade esconderijo” se referindo ao Rio de Janeiro. Chalhoub explica que “havia uma dificuldade de se distinguir prontamente negros escravos de livres” (CHALHOUB, 2011), já que os escravos urbanos podiam viver “sobre si”, devendo ao senhor apenas “o jornal”.

Entre aqueles direitos que poderiam ter vindo acompanhando o 13 de Maio, está certamente o da educação. Foi investindo nela que Hemetério galgou uma realidade melhor para si e para os seus.

A respeito da educação formal de Hemetério, os historiadores Luara e Aderaldo, se baseiam em um texto de autoria de Hemetério José dos Santos, chamado “Carta aos maranhenses” em que o autor rememora sua vida escolar no Maranhão, quando estudou no Colégio Imaculada Conceição, “sob o magistério

³³ Essa fonte me foi apresentada pela pesquisadora Maria Margarete Santos Benedicto, da Universidade de São Paulo, durante o minicurso “Estão rindo do quê?! O humor sobre os negros da Belle Époque aos anos 1920 no Rio de Janeiro”, do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, 2020 (COPENE 2020).

carinhoso e severo dos padres”³⁴. Sobre esse estabelecimento de ensino Aderaldo dos Santos nos informa que “pelos registros jornalísticos encontrados, o referido colégio era de boa qualidade e deu base para Hemetério iniciar sua carreira no magistério” (SANTOS, 2019, p.393). Assim, o acesso a essa escola foi fundamental para que Hemetério tivesse condições de requerer a licença de professor.

Sobre os caminhos de Hemetério para se estabelecer como professor, Aderaldo nos conta que ele

deu aula particular em sua casa, criou curso preparatório e cavou seu espaço no campo educacional na cidade do Rio de Janeiro. (...)“Atirou” para todos os lados no que tange à profissão de professor: Jardim de Infância, Ensino Primário, Secundário e Superior. Ao final do Império, ele já era profissional reconhecido na sociedade da época. (SANTOS, 2019, p.394)

O historiador menciona ainda uma matéria de jornal muito interessante, que, por ocasião da morte do professor, em 1939, lhe presta uma homenagem fazendo uma pequena biografia exaltando os esforços do professor para se tornar docente no Rio de Janeiro.

A MORTE DO PROFESSOR HEMETÉRIO

Uma perda sensível para o magistério nacional

A morte do professor Hemetério José dos Santos, ontem ocorrida, consternou a cidade, onde aquele educador era figura bastante conhecida e estimada.

Natural do Maranhão, ainda bem moço, veio Hemetério para o Rio de Janeiro [em 1875], para a Corte, pois se sentia com ânimo e valor bastante para conquistar um lugar de realce, uma projeção maior na vida do país, difícil de conseguir na sua província (...).

Seus primeiros dias de luta, nesta capital, foram fixados por um episódio interessante: apresentado a um protetor, este lhe mandou fazer um uniforme de condutor de bonde, achando, naturalmente, que esta era a indumentária adequada ao preto humilde.

Sem se molestar, Hemetério procurou outro padrinho, Monsenhor Brito, Reitor do Colégio Pedro II, que facilitou ao jovem maranhense não só os estudos, mas ainda o lugar de professor repetente no referido educandário. Começou ali, para o jovem maranhense, uma brilhante carreira, conseguindo, a seguir, leccionar no Colégio Militar e na Escola Normal. (...)

³⁵

Essa história, nos suscita a ponderar sobre quão provável era, naquela sociedade, que um homem negro de pele escura fosse professor. Sobre isso o historiador nos fala que, tanto nas profissões de condutor de bonde, como na docência havia presença de pessoas negras. Assim, a profissão de professor era

³⁴ Carta aos Maranhenses, 1906, in SANTOS, 2015, p.61.

³⁵ O Radical de 4 de janeiro de 1939 (Edição 02241-1, 04.08.1939, p. 3).

algo passível de estar no horizonte também dessas pessoas. Recuperando trabalhos de Maria Lucia Müller, a respeito da cor do magistério, Aderaldo ressalta que

vale destacar o argumento central da **autora, que identificou um processo de *branqueamento da profissão docente a partir de 1910***, através do aumento das barreiras que as mulheres negras encontraram para ingressarem na profissão de professora primária, já por este tempo uma profissão fundamentalmente feminina. (MULLER apud SANTOS, 2019, p.81)

Refletindo sobre modos de vida e consumo entre 1930 e 1945, em capítulo de mesmo nome, a historiadora Verena Alberti analisa as relações desses modos com a questão racial. Em diálogo com Oracy Nogueira ela recupera algumas conclusões da pesquisa do sociólogo sobre as relações raciais em Itapetininga, feita em finais da década de 1940, em que ele percebe que

Nos primeiros anos em que se seguiram a abolição da escravatura, elementos de cor, tanto ingênuos quanto libertos, dominavam a esfera ocupacional dos ofícios justamente numa fase em que esses poderiam levar os que os exerciam à prosperidade econômica, devido, entre outras circunstâncias, ao incremento da urbanização e à conseqüente elevação do padrão de vida de uma considerável parte da população. Com efeito, alguns elementos de cor prosperaram e ingressaram no mundo do pequeno comércio e da indústria. (NOGUEIRA, 1998, p.176 apud ALBERTI, 2021, p. 410)

Mas, gradativamente, algumas décadas após a entrada maciça de imigrantes europeus, especialmente italianos, na cidade, a discrepância entre a situação da população negra e dos italianos e seus descendentes aumenta. O que, retomando as palavras de Nogueira, Alberti sintetiza assim:

esses fatores mostram, segundo Nogueira (1998, p75), como “a estrutura social foi permeável” à penetração dos imigrantes, “oferecendo-lhes pelo menos as mesmas oportunidades de ascensão social que se apresentavam aos descendentes dos antigos colonizadores portugueses”. O mesmo não aconteceu com a “população de cor”, cujo status, “em geral, estacionou, em comparação com o dos imigrantes e seus descendentes (NOGUEIRA, 1998, p.175). Ainda que se observassem desde o final do século XIX até o momento da pesquisa, casos de “pessoas de cor nas profissões liberais, magistério e atividades burocráticas”, sua proporção não se expandiu como sucedeu com os descendentes de imigrantes, não obstante ter sido a população de cor atingida, até certo ponto pela prosperidade econômica, que afetou quase exclusivamente os habitantes da zona urbana [...] pelo advento de instituições educacionais mais numerosas e diversificadas [...]. (ALBERTI, 2021, p.412)

Tanto as pesquisas de Muller, quanto as de Nogueira, embora em lugares diferentes, nos permitem ponderar que havia um movimento (que não pretendemos dimensionar aqui) de ascensão social das “pessoas de cor” nos primeiros anos da República, e talvez também nos últimos anos do Império, como é o caso do próprio Hemetério, que, no entanto, foi contido, não só em decorrência da entrada maciça de imigrantes europeus no país, mas do desenvolvimento de contextos sociais que negavam acesso a pessoas negras enquanto facilitavam aos brancos.

O professor Hemetério vivenciou uma negativa de acesso, por exemplo, quando seu filho, teve a matrícula recusada pelo Colégio São Vicente de Paulo, em Petrópolis. Em matéria publicada no jornal *O Exemplo*, em 1917, um importante jornal da imprensa negra do Rio Grande do Sul, se dizia:

A expulsão de um aluno por ser “de cor”
Enérgico protesto do professor Hemetério
O diretor do Colégio São Vicente de Paulo, em Petrópolis, enviou ao professor Hemetério dos Santos uma carta em que lhe comunicava a exclusão do corpo discente daquele estabelecimento, do filho do referido professor, devido a ser “de cor”³⁶

Nessa mesma edição, de 22 de abril de 1917, Aderaldo menciona que publicou artigo do advogado dr. Evaristo de Moraes (jurista muito atuante, que também era negro intitulado “Preconceito de cor”, em que ele relata diversos outros ambientes em que a presença de pessoas negras era impedida. Seguindo essa referência, encontramos a matéria.

Preconceito “de cor”
(...) Sem sair de Petrópolis, informamos que o Colégio de Sion também não admite pretas nem mulatas, salvo se essas forem muito “disfarçadas” (...).
Se o professor Hemetério quiser pasmar completamente, nós iremos além, pondo-o a par de uma extravagância ainda maior. Compreende-se (embora não se justifique) o escrúpulo interesseiro das diretoras do Colégio de Sion, destinado a gente da boa sociedade, rica ou se passando por tal. Como, porém, compreender o que sucedia há poucos anos no Instituto Profissional Feminino, casa dos pobres no qual não eram admitidas meninas pretas ou quase pretas? (...)
No mesmo sentido existe a mais deplorável seleção na Casa dos Expostos. Os trabalhos rudes, pesados são distribuídos aos educandos de cor.
Há anos levantou-se enorme grita porque na galeota do presidente da República não se admitiam marinheiros pretos.
(...) Desde muito é impossível fazer entrar para o nosso brioso Corpo de Bombeiros um só soldado de cor preta.

³⁶ *O Exemplo*, 22 de abril de 1917

Poderíamos se quiséssemos multiplicar os exemplos comprobatórios do absurdo preconceito. Bastam os que aqui ficam, pois são bem característicos. (...) ³⁷

Décadas antes (em 1890), Evaristo de Moraes e Hemetério pleitearam juntos a abertura de um curso gratuito de alfabetização na Escola Politécnica, destinado àqueles que desejassem aprender a ler para votar nas eleições seguintes (SILVA, 2015, p.136). Isso evidencia a preocupação de longa data que ambos tinham em combater a exclusão de parcelas da população do processo eleitoral. Embora não haja nenhuma menção à cor dos alunos, é possível imaginar que boa parte deles fosse negra.

A denúncia de Evaristo de Moraes, no jornal *O Exemplo*, nos chama a atenção para a questão de que a gradação no tom de pele, às vezes, podia facilitar o acesso a alguns espaços. Imaginamos o que não devia significar, em termos de obstáculos, para Hemetério, um homem negro de pele escura, frequentar círculos letrados, ambientes, como mostra a foto a seguir, de uma reunião de professores do Colégio Militar em 1908, onde havia predominância de homens brancos.

O professor Hemetério está sentado na primeira cadeira da frente à direita. ³⁸



Além da interdição direta a alguns lugares, havia uma outra forma de, em não sendo possível a primeira, dificultar a presença desses sujeitos e se dava através da ridicularização e do uso de ofensas em revistas satíricas e outros espaços. Assim, mesmo dominando os códigos sociais de comportamento, indumentária (como

³⁷ *O Exemplo*, 22 de abril de 1917

³⁸ Acervo fotográfico do Colégio Militar. Foto de 1908, in SANTOS, 2019, p.161

vemos na foto) e com as credenciais de bem formado e culto, isso não bastava para impedir que pessoas como o professor Hemetério sofressem ofensas racistas. Foi o que noticiou o jornal *O Século* em novembro de 1914⁴⁰:

Depois anunciaram que o professor Hemetério José dos Santos iria falar. Um rapaz, nessa ocasião, tirando alguns níqueis do bolso, chamou um contínuo e ordenou: - vá comprar bananas. Uma voz protestou: - “o dotô Hemetério não é macaco!” Novo sussurro, quase barulho. O senhor Hemetério não falou.

De acordo com Luara Silva, o fragmento descreve uma cena que ocorreu na posse do prefeito Rivadavia Correa, onde o professor Hemetério iria discursar. A autoria da matéria é do jornalista Orestes Barbosa, que, em outra parte do artigo, descreveu os participantes do evento, como “cafajestada”, “crioulos a gesticular capadoçalmente” e que o senador que ele chamou de “Rapadura”, ao recebê-los, parecia um “porteiro de Club Carnavalesco” (SILVA, 2014). Pelo tom das demais palavras, a comparação do senador com um anfitrião de clube carnavalesco não era elogiosa. Assim, para o jornalista parece que pessoas que frequentassem o carnaval não estavam habilitadas a presenciar a posse de um prefeito.

A ofensa feita ao professor ocorreu no ano de 1914, quando Hemetério já era um ilustre intelectual, professor do Colégio Militar, e frequentava eventos sociais de prestígio. Ainda assim, ele foi associado a um símio por alguém que, provavelmente achou que ali não era um espaço para o professor. Segundo o artigo, o desfecho da cena é algo raro: Hemetério não discursou. Talvez devido ao barulho ou talvez devido ao desgosto. O mesmo desgosto que Lima Barreto (1881-1922) experimentou em 17 de janeiro de 1905, como nos conta em seu *Diário Íntimo*:

Hoje, à noite, recebi um cartão-postal. Há nele um macaco com uma alusão a mim e, embaixo, com falta de sintaxe, há o seguinte: “**Néscios e burlescos serão aqueles que procuram acercar-se de prerrogativas que não tem.** M”. O curioso é que o cartão em si mesmo não me aborrece; o que me aborrece é lobrigar se, de qualquer maneira, o imbecil que tal escreveu tem razão. “Prerrogativas que não tenho”... Ah! Afonso! Não te dizia... **Desgosto! Desgosto que me fará grande.** (BARRETO, apud DOMINGUES E GOMES, 2011, p.8. Grifos nossos).

A ofensa racista acima vem acompanhada da sua motivação. De acordo com o agressor do escritor, ele se tornara ridículo por tentar “acercar-se de prerrogativas

⁴⁰ O século, novembro de 2014, como informa Luara Silva em seu artigo Negro, intelectual e professor: Hemetério José dos Santos e as questões raciais do seu tempo (1875-1920)

que não tem”, numa demonstração notória de incômodo com o fato de Lima Barreto ser um homem “de cor” e intelectual.

Em *Racismo Recreativo*, Adilson Moreira, especialista em direito antidiscriminatório, reflete sobre a criação de imagens e estereótipos das pessoas negras e afirma que essas ações têm o objetivo de prescrever o lugar que cada grupo pode ocupar. E, como consequência, “os estereótipos têm duas dimensões: sustentam a dinâmica de diferenças de status cultural e de status material entre negros e brancos” (MOREIRA, 2019, p.61).

Os historiadores Domingues e Gomes, na apresentação do livro *Experiências da Emancipação. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*, analisam aquele trecho do diário do escritor Lima Barreto e refletem que os “axiomas raciais essencialistas” faziam Lima Barreto sofrer “e a um só tempo, levava-o a reunir forças para continuar buscando concretizar os projetos que traçou para si. O estigma da cor consistia portanto num “desgosto” que o fazia “grande”. (DOMINGUES E GOMES, 2011, p.8)

Se o professor Hemetério não falou daquela vez, ele o fez em diversas outras oportunidades e lugares, retirando do desgosto, assim como Barreto, algo que o fez grande.

Entre esses outros lugares e oportunidades, podemos enumerar seus escritos, como *O Livro dos Meninos* e *Pretidão de Amor*, suas aulas, suas palestras em defesa da educação para as crianças negras e pobres, e os embates nos periódicos, local em que disputava os sentidos de ser negro buscando promover uma identidade positivada do mesmo.

Um embate interessante ocorreu entre o nosso professor e o intelectual Alcindo Guanabara, proprietário do periódico *A Imprensa*. De acordo com a historiadora Luara Silva, o que motivou o confronto através de artigos de jornais foi o fato de o professor Hemetério ter enviado uma carta em particular para o senador Pinheiro Machado⁴¹, “buscando tratar de questões relativas às dificuldades enfrentadas por homens negros em ocupar determinados espaços sociais e políticos” (SILVA, 2015, p.81). Ao tomar conhecimento da carta, Guanabara escreveu um artigo em seu jornal no dia 9 de setembro de 1913.

⁴¹ O referido senador era próximo a Hemetério e era, inclusive, padrinho de casamento de sua filha Coema (SANTOS, 2019, p.329).

Já de início, Alcindo abre seu texto chamando os negros de “filhos de Cam”, em referência ao mito bíblico da maldição lançada por Noé sobre esse seu filho. Segundo uma interpretação racista desse mito, os africanos descenderiam do amaldiçoado Cam. Guanabara segue dizendo que a explicação para a ausência de negros em altos postos seria a falta de qualidades necessárias nos homens de cor daquele tempo e, por fim, termina o artigo afirmando que “a razão é o definhamento da raça, consequência de um fenômeno social positivo e explicável. O que há, em suma, para o Brasil, sociologicamente falando é a ‘morte’ do negro.”⁴²

Guanabara, como vemos, estava entre aqueles que comemoravam a política de branqueamento, empreendida pelo Estado brasileiro na Primeira República através do incentivo à entrada de imigrantes europeus no país, e elogiava a miscigenação com esse fim. O intelectual também não se constrangia de manifestar um contentamento, mal disfarçado pelo termo “sociologicamente”, com a “morte do negro”.

Dois anos antes desse artigo, João Batista de Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, representava o Brasil no I Congresso Internacional das Raças e, não por acaso, a sua tese em defesa do branqueamento iniciava-se, de acordo com Lilia Schwarcz (2020, p.160), com a tela de Modesto Brocos, intitulada “A Redenção de Cam”, em que se representava a gradação de cor até o branco após três gerações.

Hemetério, como já dissemos, opôs-se com afinco a esse conjunto de ideias que inferiorizavam os africanos e seus descendentes. Para realizar com maestria essa oposição ele mobilizava, muitas vezes, seus conhecimentos de história. Como fez, no dia 20 de outubro de 1913, quando publicou artigo no jornal *Imparcial*, respondendo a Alcindo Guanabara.

Exmo. sr. senador Alcindo Guanabara, parente, correligionário e aliado
Só agora posso dar resposta às considerações, falsas e errôneas que, impolida e descortesmente fez v. ex. (...)
O negro nunca foi estúpido, fraco, imoral ou ladrão (...)
Todos sabem como o negro em pouco tempo, vinculando-se ao solo (...) adquiriu a rudimentar ciência conhecida dos seus dominadores e se tornou o único lavrador nosso, a quem na míngua e na pior qualidade dos alimentos, o inclemente sol respeitava, desenvolvendo lhe sem letras e sem livros a inteligência portentosa (...) tornando-o de cedo o só operário nosso da cidade, o abridor de roteiros, o prático de estradas de ferro, o artesão, o

⁴² Alcindo Guanabara no jornal *A Imprensa* 29/09/1913, 1ª página, Rio de Janeiro

artista, nos vários aspectos da estética cantor em desafios, repentista e tropeiro (...)

Sejamos brasileiros aumentando a herança que orgulhosamente nos deixaram os nossos maiores e não a afeiemos por imitações descabidas. Disso é que nos devemos envergonhar e não de termos sangue de negro e de africano...

Só ladrão se julga superior ao roubado, sua vítima, que por cúmulo de desgraça, morre sob as rodas do automóvel pago com o seu dinheiro...⁴³

Assim, Hemetério buscava desconstruir a ideia de uma essência negativa do negro, assinalando que esses sujeitos, quer no campo ou na cidade, lograram erguer o país. E, de forma assertiva, por meio de uma interessante metáfora, caracteriza a escravidão como roubo.

Além disso, Luara Silva nos fala que, “no desenrolar do artigo, são mencionados outros exemplos de personalidades negras, como Gonçalves Dias, Alexandre Dumas, Tobias Barreto, assim como o movimento insurgente da Balaiada para reafirmar seus argumentos” (SILVA, 2015, p.82).

Ainda repercutindo essa discussão, em novembro do mesmo ano, e também no *Imparcial*, Danton Benedicto Valladares, professor da Faculdade de Direito, publicou uma carta aberta ao professor Hemetério dos Santos, chamada “Em Defesa de uma Raça”, em que agradece ao professor “pela justiça distribuída à raça negra e quanto ao seu papel em nossa história”.⁴⁴

Com essas breves reflexões, tecidas nesse capítulo, almejamos contribuir para também fazer justiça ao papel dos sujeitos negros em nossa história. É porque queremos viabilizar um ensino mais justo sobre a agência da população negra na Primeira República que esse capítulo, em que nos dedicamos a refletir sobre as histórias de Tia Ciata e Hemetério, figura neste trabalho.

⁴³ *O Imparcial* 20/10/1913, Rio de Janeiro

⁴⁴ *O Imparcial*, “Em defesa de uma raça”, 11/11/1913, página 07

3 SABERES DOCENTES PARA ENSINAR E APRENDER COM TIA CIATA E O PROFESSOR HEMETÉRIO

3.1 Sobre o caminho

Durante a elaboração das atividades didáticas encontramos alguns percalços, repensamos escolhas, refletimos sobre esse processo e consideramos que, antes mesmo da descrição dos resultados, é parte importante dessa dissertação o compartilhamento desse caminho feito de primeiros planos, dificuldades, reflexões e replanejamentos, que certamente fazem parte da rotina do trabalho docente, mas que, frequentemente, ficam invisibilizados. Visibilizar esse caminho é um esforço no sentido de colaborar com a valorização do trabalho docente.

Em *Os professores face ao saber*, Maurice Tardif, analisa os fatores da desvalorização profissional dos professores do ensino básico e aponta que tal desvalorização tem a ver, entre outras coisas, com

a divisão social do trabalho intelectual entre produtores de saberes e formadores, entre os grupos e instituições responsáveis pelas tarefas nobres de produção e legitimação dos saberes e os grupos e instituições responsáveis pelas tarefas de formação, concebidas sob o modo desvalorizado da execução, da aplicação de técnicas pedagógicas, do saber-fazer. (TARDIF, 1991, p. 232).

Ainda, para o autor, a capacidade de objetivar a própria prática, ou seja, torná-la objeto de teorização, problematizá-la, analisá-la, resolvê-la e partilhar esse conhecimento com os pares e para fora desse grupo é importante para a transformação desse quadro.

Pode-se perguntar se o corpo docente não ganharia em liberar seus saberes da prática cotidiana e da experiência vivida de modo a submetê-los a um reconhecimento por parte dos outros grupos produtores de saberes, e impondo-se, desse modo, enquanto produtores de um saber originado em sua prática e sobre o qual poderiam reivindicar um controle socialmente legítimo. (TARDIF, 1991, p. 232)

Entre esses saberes da prática docente está certamente o planejamento das aulas. De acordo com Helenice Rocha, em seu artigo “Aula de História: Evento,

Ideia e Escrita”, em que analisa o planejamento das aulas na formação de professores de história, toda aula é composta de dois aspectos: o singular e o rotineiro. O rotineiro é tudo aquilo que se repete ao longo de um ano letivo, como a divisão em períodos, geralmente bimestres, e por aqueles momentos sempre presentes nas aulas, como: explicações, escrita no caderno, realizações de tarefas, avaliações, movimentação de alunos na saída e retorno dos intervalos, correção de atividades etc. É contando com esses momentos previsíveis, que nós, professores, imaginamos nossas aulas na hora de planejá-las.

Ao mesmo tempo, toda aula é singular, pois bem sabemos como aulas sobre um mesmo conteúdo, para alunos de mesma idade, num mesmo dia, para turmas distintas podem ser completamente diferentes.

Cada dia de aula em uma turma é único. Professores e um número expressivo de alunos realizam combinações imponderáveis de humor, disposição para estar ali, presença, aproximação ou distância biográfica dos conteúdos que serão tratados, bem como de sua abordagem. (ROCHA, 2015, p. 85)

Essa singularidade da aula, por sua vez, não implica que seja impossível planejar a aula ou que seu planejamento seja inútil. Na verdade, planejar a aula é uma forma de se organizar para atuar diante dos imprevistos.

Visando o singular e o rotineiro, a aula requer um planejamento por parte do docente que a realizará junto com seus alunos. É o professor que vai estabelecer margens ao imponderável, administrando a interação com a turma, o período da aula e os conteúdos a serem ministrados e aprendidos. E essa administração envolve planejamento e replanejamento. Como as coisas (na interação própria da aula) tendem a acontecer diferentemente do que planejamos, precisamos desenvolver a capacidade de avaliar os acertos e os erros, para replanear superando os limites que possuíamos antes e conferirmos previsibilidade ao imprevisível, na medida do possível. (ROCHA, 2015, p. 85-86)

As atividades elaboradas nesse trabalho não contam com a dimensão de avaliação e replanejamento após suas aplicações, pois ainda não foram desenvolvidas com os estudantes. Os replanejamentos e as escolhas que fizemos para a construção dessas sequências didáticas foram pensados e criados a partir de inquietações e lembranças de experiências anteriores, vividas, enquanto professora, no chão da escola pública, e, portanto, foram pensadas levando-se em consideração também a realidade, infelizmente frequente, de poucos recursos materiais. Além disso, foi levada em consideração a faixa etária provável dos alunos,

aquilo que poderia despertar maior identificação ou interesse etc. Assim, tal qual Paulo Freire, nós entendemos que:

A prática exige também seu planejamento. Planejar a prática significa ter uma ideia clara dos objetivos que queremos alcançar com ela. Significa ter um conhecimento das condições em que vamos atuar, dos instrumentos e dos meios de que dispomos. Planejar a prática significa também saber com quem contamos para executá-la. Planejar significa prever os prazos, os diferentes momentos da ação que deve estar sempre sendo avaliada⁴⁵. (FREIRE, 2011, p.99)

Por isso, essas atividades são concebidas como propostas, uma vez que, as professoras e os professores que desejarem realizá-las com suas turmas irão: considerar as especificidades das escolas em que trabalham e de seus alunos; escolher atividades que considerem mais interessantes ou viáveis; estabelecer quando utilizá-las, se em grupo (como é a nossa proposta), ou de forma individual, e em quantas aulas, e poderão avaliar os resultados dessas aplicações.

Agora que fizemos essas considerações sobre o planejamento docente e a importância de visibilizar essa parte do trabalho docente, vamos ao nosso caminho para a construção das atividades.

Desde o início da concepção da proposta vislumbramos realizar uma abordagem inserida dentro dos conteúdos curriculares programáticos, como forma de tornar visível a agência da população negra na história e de retirar esses sujeitos do lugar do “exótico” e do acessório, ainda presente em muitas práticas curriculares. E, inicialmente, havíamos pensado num universo de dez personagens, que seriam abordados conforme o quadro a seguir.

1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE
<i>Conteúdo</i> <i>1ª República</i>	<i>Conteúdo</i> <i>Era Vargas</i>	<i>Conteúdos</i> <i>Independências</i> <i>africanas e</i> <i>Luta pelos Direitos Civis</i> <i>nos EUA</i>
Tia Ciata (1854- 1924)	Antonieta de Barros	Nelson Mandela (1918-

⁴⁵ A reflexão acima, consta do Segundo Caderno de Cultura Popular, um material didático criado por Paulo Freire para ser usado na alfabetização e educação política em São Tomé. Nele, Freire falava sobre toda a prática e consideramos que serve para pensarmos também sobre a prática docente.

O Samba e o Candomblé	(1901- 1952) Continuação com sua atuação como política.	2013) Luta contra o Apartheid
Minervino de Oliveira (1891- 1956 [?]) Luta sindical e a 1ª candidatura de um operário negro a presidência	Solano Trindade (1908- 1974) A poesia e o teatro	Amílcar Cabral (1924- 1973) Luta contra o colonialismo português
Antonieta de Barros (1901-1952) A defesa do direito a educação e a luta contra o racismo	Carolina Maria de Jesus (1914-1977) A produção literária	Rosa Parks (1913-2005) Direitos civis nos EUA
	Abdias Nascimento (1914-2011) TEN, FNB, MNU	Angela Davis (1944 -) Panteras Negras

Assim, as histórias de vida seriam por nós tematizadas ao longo de todo o ano letivo, possibilitando abordar diversos conteúdos do currículo de história do 9º ano do ensino fundamental, de acordo com a BNCC.

3.2 Tia Ciata

Para seguir a ordem cronológica estabelecida, começamos então por Tia Ciata. Contudo, o processo do levantamento das fontes apresentou algumas dificuldades. Pelo levantamento bibliográfico, a referência mais conhecida sobre Tia Ciata é o livro do cineasta Roberto Moura, chamado *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro* (MOURA, 1983). Moura conta que o livro é um desdobramento de um trabalho filmográfico sobre o Rio de Janeiro “subalterno” e que, a partir do acervo de entrevistas e fotos, resolveu escrever sobre Tia Ciata, que foi percebida por ele

como a mais famosa e influente de todas as tias baianas para o surgimento do samba carioca e dos ranchos. A primeira coisa que ressaltamos é que boa parte da constituição da biografia de Tia Ciata por Moura é baseada em entrevistas de amigos e parentes dela que não foram disponibilizadas por Moura. Houve então, o cuidado de buscarmos outras referências. Porém, os historiadores em geral usam as fontes fornecidas por Moura, mesmo que para discuti-las.

Encontramos trabalhos de historiadores problematizando algumas narrativas que ganharam força a partir da obra de Moura, como a respeito da centralidade da comunidade baiana na formação cultural carioca e que também apontaram a falta de novas investigações que buscassem ouvir as vozes de outros grupos que não ligados a Tia Ciata (GOMES, 2003, e CUNHA 2016). Consideramos que a leitura desses trabalhos foi importante para não descuidarmos do rigor historiográfico e refletiu sobre a forma como decidimos abordar a vida de Tia Ciata. Por isso faremos um breve apanhado dos pontos levantados por esses historiadores.

Em “Para Além da Casa da Tia Ciata: Outras Experiências no Universo Cultural Carioca”, 1830-1930, o historiador Tiago de Melo Gomes assinala que Tia Ciata e os baianos próximos a ela foram tidos, por parte da historiografia posterior a essa obra de Moura, como um grupo fechado do qual teria se originado toda cultura urbana da capital (MELLO, 2003, p.178)⁴⁶. O autor relaciona o sucesso do livro de Moura ao contexto da década de 1980: um momento de conjunção de movimentos sociais, quando a ideia da existência de uma comunidade baiana coesa e com liderança cultural em oposição às tentativas europeizantes “cai como uma luva”, ou seja, atende às expectativas de produção de memória da época.

Em oposição a essa ideia de grupo destacado, Gomes argumenta que, “por mais importantes que possam ter sido na constituição de uma cultura popular urbana na cidade do Rio de Janeiro, necessariamente dialogaram com tradições já existentes e com outros grupos recém-chegados” (GOMES, 2003, p. 179).

A primeira questão que o historiador aponta é que a tese da centralidade baiana é baseada na ideia de que houve uma diáspora de Salvador para o Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. No entanto, ao analisar os dados relativos às migrações interprovinciais desse mesmo intervalo de tempo, assim

⁴⁶ Para Gomes, o exemplo mais enfático disso é Monica Pimenta Velloso, segundo a qual “é dessa comunidade negra que nasce o embrião da cultura popular carioca” (VELLOSO, 1988, PP.14-16). Ver notas 5 e 7 de Gomes, 2003.

como o tráfico interno de escravizados da Bahia para a capital, Gomes percebeu que eles não caracterizaram um deslocamento tão volumoso⁴⁷. Isso, contudo, como reconhece o historiador, não encerra o assunto sobre a dimensão da influência dos baianos, pois ela não precisaria estar estritamente condicionada a uma questão quantitativa. Então, o historiador segue analisando outros três pontos de apoio da ideia de centralidade de Tia Ciata e seus amigos: a tese de que a música “Pelo Telefone”, primeiro samba a fazer sucesso, foi composta na casa dessa tia baiana; a versão sobre a origem dos ranchos do Rio de Janeiro, segundo a qual o sucesso deles estaria ligado à originalidade dessa forma de festejar trazida por Hilário Jovino Ferreira, “uma das figuras de proa da diáspora baiana” (MOURA, 1983, p. 58), e a importância das tias baianas como esteio dessa comunidade.

Sobre o local de criação de “Pelo Telefone”, Gomes argumenta que, apesar dos alegados autores (Donga e Mauro de Almeida) serem frequentadores da casa de Tia Ciata, não há outros indícios seguros para afirmar que esse foi o local de sua composição. Além disso, esse samba foi cantado em diversos lugares e teve algumas versões antes de ser gravado. Sugere ainda que é possível pensar numa autoria coletiva que se deu ao longo de pelo menos três anos antes de seu registro e que a casa de Tia Ciata tenha sido “um entre os diversos espaços onde foi ouvida e criada a famosa canção” (GOMES, 2003, p. 182).

A respeito da origem dos ranchos, a obra de Moura apresenta a versão do pernambucano, criado em Salvador, Hilário Jovino Ferreira, em entrevista ao *Jornal do Brasil* em 18 de janeiro de 1913 e ao *Diário Carioca* em 27 de fevereiro de 1931 (MOURA, 1983, p. 59-60). Nessas ocasiões, Jovino conta que os ranchos teriam sido criados por ele a partir da experiência com agremiações da Bahia que saíam no dia de Reis e que ele teria feito uma adaptação transferindo os desfiles de 6 de janeiro para o Carnaval, já que a cidade do Rio de Janeiro não estaria acostumada com cortejos populares naquele período da festa natalina. É sobre esse ponto da versão de Hilário Jovino que a crítica de Gomes se acentua. Com base em importantes trabalhos da historiadora Martha Abreu, Gomes aponta que tal afirmativa é inteiramente desmentida pela farta documentação da época e que Abreu demonstra que a folia de Reis era um evento extremamente popular na Corte

⁴⁷ Para essa análise, Thiago Melo Gomes consultou as pesquisas de Douglas Graham e Sérgio Buarque de Hollanda Filho, *Migrações internas no Brasil: 1872-1970*, São Paulo, IPE-USP, 1984, pp.15-93 e a obra de Robert Slenes. “The Demography and economics of Brazilian slavery, 1880-1888” (Tese de Doutorado, Stanford University, 1976), pp.120-144.

do século XIX, sendo, no entanto, não mais que uma parte importante de um extenso calendário de festividades religiosas. (ABREU apud GOMES, 2003). Resumidamente, o que Gomes enseja não é duvidar da autoria de Jovino na criação dos ranchos cariocas, mas chamar a atenção para o fato de que, diferentemente da forma como Hilário conta, o “surgimento dos ranchos da comunidade baiana entraram em cena em um contexto rico, indicando que necessariamente deveria haver um diálogo entre as novidades trazidas por Jovino e seus amigos e o contexto no qual surgiram”. (GOMES, 2003, p.185)

Quanto à centralidade do papel desempenhado por Tia Ciata e pelas outras tias baianas na formação cultural carioca desse período, Gomes apenas salienta que é necessário aprofundar a pesquisa a respeito da atuação delas dentro e fora de sua comunidade. Ele chama a atenção para o fato de que boa parte das fontes sobre a notoriedade das casas dessas mulheres baianas é composta por depoimentos de seus descendentes. Além disso, chama a atenção para o fato de que as atividades culturais da cidade também contaram com uma forte presença de outras tias, como as cariocas, mineiras e fluminenses.

Nos primórdios das escolas de samba nota-se a presença de tias cariocas, mineiras e fluminenses, tão influentes em suas comunidades como Ciata, Amélia e Sadata o foram para as suas próprias: a Tia Ester de Osvaldo Cruz, com seu bloco carnavalesco e suas relações com “artistas de rádio” e “políticos em evidência”, que inclusive frequentavam suas festas familiares; as tias mangueirenses, como a mineira Tia Fé ou Tia Tomásia, jongueiras e mães de santo que estiveram presentes no processo de fundação da Mangueira; a jongueira e religiosa valenciana Maria Rezadeira, que trouxe para a Capital Federal práticas aprendidas na fazenda onde nasceu. (GOMES, 2003, p.197)

O artigo de Gomes tem o mérito de levantar importantes questões a respeito de como Tia Ciata e seus amigos vêm sendo tratados. O autor assevera que esses sujeitos merecem ser mais estudados e lamenta a ausência de pesquisas mais profundas a respeito desses personagens. A questão não é negar a importância desses sujeitos, mas ter o cuidado de não ter a história pronta de antemão à pesquisa.

Um outro trabalho historiográfico que também aborda a questão da comunidade baiana na região central do Rio de Janeiro no final do XIX é o da historiadora Maria Clementina Pereira Cunha, em “‘Não tá sopa’, sambas e sambistas no Rio de Janeiro de 1890 a 1930”. Nesse trabalho, Cunha concorda com as análises demográficas feitas por Gomes a respeito da suposta diáspora baiana e,

ao mesmo tempo, se apoia no seu próprio levantamento de registros policiais, para afirmar que Roberto Moura “tratou de forma um tanto hiperbólica a presença dos baianos na capital da República”. (CUNHA, 2016) Da mesma forma que o historiador, a autora reconhece que é equivocado encerrar a análise no aspecto quantitativo, no entanto, diferentemente dele, a historiadora continua seu texto apontando outras evidências que sugerem certa coesão dos baianos, contextos que ajudam a compreender a importância das tias baianas para sua comunidade e indícios que apontam para seu prestígio fora do grupo.

Assim, Cunha chama a atenção para o fato de que os baianos mais citados do período vieram quase juntos para o Rio de Janeiro e se tornaram amigos na nova cidade, ou até mesmo já se conheciam antes. Ressalta que todos esses personagens eram ligados às casas de candomblé provenientes da Bahia⁴⁸ e, portanto, estavam ligados por hierarquia e filiação religiosa (CUNHA, 2016). Destaca que muitos desses religiosos lideravam grupos festeiros como os ranchos dos quais também faziam parte seus afiliados de terreiro, amigos e vizinhos. (CUNHA, 2016).

Além desses laços culturais, Cunha analisa que é razoável considerar que as dificuldades financeiras enfrentadas por essas pessoas para garantir o funcionamento das casas de candomblé no Centro e sobretudo para assegurar o sustento de suas famílias, num contexto de pouca oferta de empregos formais, tenham estreitado laços de solidariedade entre esses baianos. E esse ponto coloca em primeiro plano o papel das mulheres baianas que lograram obter sustento, com mais estabilidade que a parcela masculina, através da fabricação e venda de comidas, doces e vestimentas. (CUNHA, 2016)

Sobre as experiências fora da própria comunidade, a historiadora percebe que as atividades mencionadas acima, bem como as festas nas casas das tias baianas e seus papéis como líderes religiosas contribuíram para pôr essas mulheres em contato com acadêmicos, jornalistas, intelectuais e políticos, figuras às quais, conforme alguns relatos mostram, era possível recorrer para obter alguma ajuda na dificuldade⁴⁹, sendo viável pensarmos que, ao menos algumas dessas tias baianas, tiveram sim destaque fora de seu grupo.

⁴⁸ Para mais informações sobre uma expansão dos pais de santo oriundos da Bahia para a capital, ver as notas 69 e 81 de Cunha, 2016.

⁴⁹ Ver notas, 108, 109 e 110 em Cunha, 2016, para os exemplos sobre Sabina das Laranjas, Tia Ciata e Tia Tereza.

Quando, lá no início desse levantamento bibliográfico, nos deparamos com as inconsistências da biografia de Tia Ciata escrita por Moura, vislumbramos as dificuldades que poderiam se colocar na construção do material didático e cogitamos desistir de tematizar sua história de vida nesse trabalho. No entanto, decidimos continuar, por considerarmos que há um grande potencial de identificação dos nossos alunos com a história dessa tia baiana, uma mulher cujo sustento é possível pensar que foi garantido, em boa parte, por sua habilidade culinária. Quantas mulheres hoje também não se valem de seus conhecimentos na produção de quitutes para garantir renda e sustento de suas famílias em meio a oportunidades escassas no mercado formal de trabalho? A imagem da venda de bombons, bolos de pote, cuscuz doce etc. nas portas e até pelos corredores das escolas, feitos por mães e tias de alunos não é nada incomum. Aqui sobreveio um desejo: o de que os nossos alunos percebam que, se aquelas tias baianas, como Ciata, com sua atividade, se tornaram figuras históricas, as tias e mães da atualidade também podem ser vistas assim. Talvez algum aluno possa pensar: “minha mãe, também faz história”.

A partir dos apontamentos de Cunha foi possível escolher eventos plausíveis da vida de tia Ciata para tematizarmos. Então, elegemos alguns que possibilitam analisar as relações sociais e raciais de sua época, como o trabalho com a venda de quitutes, a sua fé de matriz africana, as festas em sua casa e a participação ativa nos ranchos de carnaval. Além disso, com essas histórias, também desejamos refletir sobre as mudanças e continuidades, semelhanças e diferenças no que se refere às relações sociais e raciais hoje, como falaremos melhor mais adiante, na descrição das atividades.

Ao mesmo tempo, atentando para as questões trazidas por Gomes, a elaboração das atividades e o levantamento de fontes demandou mais pesquisa, uma vez que buscamos não nos apoiarmos exclusivamente nas entrevistas que constam no livro de Moura, mas sim as utilizarmos em conjunto com outras fontes, como dados demográficos e analíticos sobre mercado de trabalho no período, a partir de historiadores como Sidney Chalhoub e Maria Clementina Pereira Cunha; consultas a acervos jornalísticos, como a hemeroteca da Biblioteca Nacional, em busca de menções à Tia Ciata, seus ranchos e suas festas; livros escritos por contemporâneos de Tia Ciata sobre o samba; análise do ordenamento jurídico sobre

liberdade religiosa e o tratamento dispensado a religiões de matriz africana, para tentar nos aproximar do contexto vivido por Tia Ciata.

Todo esse processo acabou levando mais tempo do que esperávamos e decidimos, então, reduzir a relação de biografados, limitando a proposição ao conteúdo do primeiro bimestre do 9º ano e a dois personagens apenas, em prol da acuidade histórica que envolve a escolha apropriada das fontes – o que requer muito tempo e trabalho – e de garantir a aplicabilidade das propostas em sala de aula, levando em consideração o tempo e o cuidado necessários, sem renunciar à abordagem atrelada ao conteúdo programático.

3.3 Hemetério dos Santos

O nosso segundo personagem selecionado, como sabemos, é o professor Hemetério José dos Santos. O seu nome foi sugerido pelo professor Amilcar Pereira durante a qualificação e logo a ideia nos pareceu interessante. Escolhemos Hemetério pois o arco temporal de sua vida (1858-1939) se situa na mesma temporalidade de Tia Ciata (1854-1924), o que nos permite seguir abordando os temas curriculares do Pós-Abolição e Primeira República. Também por tratar-se de um intelectual negro, que participou ativamente de debates sobre a questão racial escrevendo em jornais e publicando livros antirracistas, foi professor do Colégio Pedro II, do Colégio Militar e do Instituto de Educação. Portanto, esse personagem foge dos estereótipos sobre a população negra, o que nos permite evidenciar a diversidade dos sujeitos negros, objetivo que, desde o início dessa proposta, nos é caro. Hemetério nos ajuda a romper com perspectivas que consideram apenas alguns papéis e lugares para os sujeitos negros, ou nos termos de outra intelectual, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, nos possibilita romper com “uma história única”⁵⁰ sobre os homens e mulheres negros.

Ao mesmo tempo que é interessante educar o olhar para a diversidade das experiências de ser negro no tempo de Tia Ciata e Hemetério, suas experiências,

⁵⁰ Em sua palestra “Os Perigos da História Única”, proferida em 2009 e que se tornou livro em 2019, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, reflete sobre como reduzir povos a determinadas histórias contribui para a desumanização dos sujeitos.

assim em par, não deixam de nos contar e nos permitir refletir sobre como os desafios enfrentados por nossos personagens têm muitas semelhanças, devido ao contexto em que estão inseridas as suas vidas.

Para conhecermos a biografia de Hemetério, nos apoiamos principalmente em dois trabalhos historiográficos recentes sobre esse personagem: a dissertação de Luara dos Santos Silva, “‘Etymologias Preto’: Hemetério José Dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920)”, de 2015 e a tese de Aderaldo Pereira dos Santos, “Arma da Educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870 – 1930)”, de 2019.

Em sua dissertação, Silva analisa de que forma o professor Hemetério mobilizou seus recursos intelectuais para confrontar o racismo científico do seu tempo. Ela percebe o papel de destaque que os conhecimentos de história e filologia tiveram em seus embates discursivos, especialmente travados nos periódicos. Além disso, se preocupa em refletir sobre o que significou, para Hemetério e seus familiares, o investimento feito em ocupar um lugar de prestígio intelectual naquela sociedade. O recorte temporal investigado nessa obra é o imediato pós-abolição (1888), até 1920.

Já a tese de Santos se dedica a pensar as experiências de Hemetério ainda desde o contexto do Império. O historiador analisa a importância das redes de sociabilidade tecidas pelo professor, seu caminho profissional, a forma como combateu o racismo através de suas obras, especialmente seus livros, e reflete sobre como Hemetério via na educação uma “arma” para os mais pobres acessarem a cidadania.

Depois da leitura dessas pesquisas ficou bastante evidente que o combate direto ao racismo foi uma postura política central assumida por Hemetério e, portanto, não podia ficar de fora das nossas atividades.

Outro tema que escolhemos abordar foi a simultaneidade de experiências de escravidão e liberdade, na década de 1880, a partir do próprio exemplo de Hemetério professor. Nosso objetivo com essa oficina é romper com uma certa ideia esquemática que concebe a realidade da população negra antes da abolição como monolítica, marcada apenas pela escravidão.

Além disso, elegemos visibilizar a agência de Hemetério, que conseguiu se destacar através da educação tornando-se um intelectual reconhecido, e refletir sobre as prováveis dificuldades que o nosso personagem deve ter enfrentado nesse

caminho. Por fim, após alguma hesitação, conforme explicaremos na descrição da atividade, tratamos também da permanência, hoje, de certos ataques racistas dos quais Hemetério foi alvo, e de sua filiação de longa duração com os discursos raciais do século XIX.

A vida de Hemetério foi repleta de eventos interessantes do ponto de vista da análise histórica⁵¹. Diferentemente das dificuldades que enfrentamos para abordar de forma rigorosa as histórias de vida de Tia Ciata, que têm a ver com a ausência de uma biografia mais acurada, existem até o momento dois trabalhos cuidadosos sobre Hemetério, de que falaremos à frente, e uma grande quantidade de fontes sobre o professor, disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Assim, é bastante curioso que, apesar disso, sua biografia só recentemente tenha se tornado objeto de pesquisas e que ainda seja pouco conhecida...

Com essa breve exposição do caminho que percorremos até as nossas escolhas desejamos colocar em evidência a importância de nós, docentes da educação básica, termos assegurado o direito ao tempo de planejamento fora de sala para que consigamos, entre outras coisas, nos atualizar sobre as discussões historiográficas e para que possamos pesquisar e produzir materiais de aula com qualidade.

3.4 O que guia nossas propostas

Além de, muitas vezes, precisarmos lidar com o pouco tempo disponível para o planejamento das aulas, existem outros desafios com os quais nós, professores e professoras, nos deparamos. Entre eles está o de abordar de forma segura, acertada e fecunda alguns temas em história. São temas que geram debates acalorados entre os alunos, ou desagradam aos responsáveis, ou, ainda, que

⁵¹ Entre os aspectos interessantes de sua vida estão as escolhas de Hemetério em sua prática docente. Uma dessas escolhas foi a de, em 1885, utilizar o Quilombo dos Palmares em sala de aula, analisando-o como sendo o mais belo, o mais heroico de todos os exemplos históricos de protesto do escravo (MARTINS, 1920/1880, p. 64, apud Santos, 2019, p. 205). Apesar dessa descoberta revelada pela pesquisa de Aderaldo dos Santos nos chamar bastante a atenção, acabamos por não tematizá-la em nossa proposição. Pode ser que as escolhas didáticas do professor Hemetério interessem estudantes da educação básica. Assim, elaborar uma proposta com esse material pode ser também eficaz. No caso da formação inicial e continuada de professores é, sem dúvida, um tema de “mão cheia”.

podem gerar algum constrangimento em algum desses atores ou no próprio docente. São os temas sensíveis.

Para pensar a questão, Alberti apresenta a definição de temas sensíveis e controversos da Associação de História da Inglaterra:

Um relatório da Associação de História da Inglaterra sobre o ensino de temas sensíveis ou controversos afirma que tais temas envolvem a ideia de que injustiças foram cometidas no passado contra pessoas ou grupos, podendo levar a disparidades entre o que é ensinado nas aulas de história e o que é transmitido nas histórias familiares ou comunitárias. Observa-se que estamos no terreno das memórias em disputa, que tem na escola um de seus palcos políticos talvez mais evidentes. (ALBERTI, 2014)

Notadamente podemos perceber os temas que fazem parte desse trabalho como temas sensíveis, pois falar do processo histórico de construção e atualização do racismo a partir das teorias raciais do século XIX, dos impactos sociais e culturais disso para a população negra no século XIX e na atualidade envolve, muitas vezes, ter que lidar com a tentativa de negação do racismo e a desqualificação de sua denúncia, além de manifestações de intolerância religiosa contra as religiões matriz africana, ou seja, disputas muito presentes na nossa sociedade.

Uma outra questão importante e que esteve presente nas nossas preocupações durante a construção das atividades é que trabalhar os temas sensíveis envolve riscos, como o de ser confrontado por responsáveis, líderes religiosos e até por agentes do Estado e, naturalmente, o risco pode gerar medo.

Sobre o isso, queremos trazer aqui algumas reflexões de Paulo Freire feitas no livro *Medo e Ousadia - O Cotidiano do Professor*. Nessa obra, Freire nos fala do direito do professor sentir medo e do que significa um professor que almeja uma pedagogia libertadora sentir medo.

O medo existe em você, precisamente porque você tem o sonho. Se seu sonho fosse o de preservar o status quo, então o que você teria a temer? (...) Você está vendo? Então você não precisa negar o seu medo. (FREIRE, 2021, p.97)

Entendemos que, se queremos combater o racismo e estamos numa sociedade estruturada sobre ele, certamente teremos oposições pelo caminho e os riscos e o medo são precisamente decorrentes do cenário em que nos encontramos; portanto, não devemos nos constranger por senti-lo.

Mais adiante, Freire nos fala que é importante que o professor, no entanto, busque não ser paralisado pelo medo, uma vez que isso seria renunciar ao sonho. E nos aponta um caminho:

Isso faz com que o professor adote uma atitude muito experimental em suas aulas. A atitude experimental é comum a todas as políticas de transformação. Você poderia dizer que a política dentro e fora de sala de aula exige pesquisa constante. Você pesquisa seu campo de ação para ver os resultados e os limites de suas intervenções. (FREIRE, 2021, p.101)

Essa atitude experimental de que Freire nos fala não é uma novidade na rotina de professores, que testam formas e conteúdo em aula e muitas vezes compartilham essas ideias com os pares na sala de professores. O interessante é sublinhá-la como pesquisa.

Nesse caso não basta estarmos bem preparados em termos de atualização dos debates historiográficos. É igualmente importante pensarmos sobre quem são nossos alunos e qual pode ser uma boa maneira de viabilizar o conhecimento a respeito do tema, promovendo uma reflexão ética sobre as questões do presente.

Em acordo com as ponderações de Freire, avaliamos que vale a pena enfrentar o medo e, ao mesmo tempo, é possível pensarmos em algumas estratégias e encontrarmos brechas para agir. Entre essas brechas estão as já mencionadas nesse trabalho, as leis 10.639/2003 e 11.645/08, que foram conquistas dos movimentos negro e indígena e que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio, e também a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena. Podemos nos valer dessas leis para embasar nossos planejamentos e para nos defendermos de acusações persecutórias.

Como já falamos no começo desse capítulo, planejar é uma forma de se organizar para garantir alguma previsibilidade às dinâmicas de aula, o que é especialmente importante em se tratando de temas que têm o potencial de se transformarem em mote de polêmicas e embates em sala de aula (e fora dela). Pensando nisso, retornamos às reflexões feitas por Verena Alberti. A historiadora, preocupada também com a questão de conseguirmos a empatia dos nossos alunos e em cuidar para que as divergências não se tornem obstáculo ao aprendizado, nos apresenta quatro providências importantes para lidarmos com esses temas.

Primeiramente, é necessário garantir um ambiente seguro para que os alunos e professores se sintam à vontade para se expressarem. Para garantir esse ponto, consideramos que o apoio da escola é primordial. Em segundo lugar, a abordagem não deve se concentrar em buscar que os alunos concordem conosco, mas em instrumentalizá-los para que formem opiniões embasadas e, para isso, deve-se trabalhar com os temas em contexto de investigação. (ALBERTI, 2016, p. 40) Essa estratégia também é apontada por Carmem Zeli de Vargas Gil e Jonas Camargo Eugenio no artigo “Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas”. Os autores defendem que é insuficiente abordar os temas de forma apenas expositiva; é necessário ancorar as discussões no conjunto de conhecimentos da própria disciplina. Nesse sentido é importante que as análises dos alunos sejam baseadas na interpretação de evidências (documentos). (EUGENIO e GIL, 2018, p. 144).

Retomando as providências relacionadas por Alberti, a terceira é o uso de fontes efetivas, atraentes e estimulantes, que provoquem o engajamento dos alunos pelo tema. Também é interessante “que essas fontes, na medida do possível, surpreendam e coloquem em xeque ideias preconcebidas ou lugares comuns” (ALBERTI, 2014 p.3). Em nossa atividade chamada “Hemetério e as diferentes realidades dos negros no Brasil do final do século XIX”, trouxemos dados do recenseamento de 1872 para desconstruir a ideia presente no senso comum sobre o período, de que a maioria dos negros só obteve a liberdade com a Lei Áurea.

Sobre como abordar os documentos, recorreremos ao seu verbete “Fontes”, do *Dicionário de Ensino de História*. Nele, Alberti preconiza que todo documento precisa ser identificado, o que significa saber quem o produziu, quando, onde e como; é preciso buscar saber com que intenção o documento foi preservado ou recuperado, levando em conta a ideia de Le Goff de “documento/monumento”; além da importância de perguntar o que a fonte efetivamente documenta, o que ela não diz e relacionar essas perguntas com a intenção de seus autores (ALBERTI, 2019). Nas atividades que criamos, levamos esses pontos sobre o trabalho com as fontes em consideração, de forma que buscamos suscitar a atenção dos estudantes para quem as produziu e em que contexto. Além disso, nos empenhamos em trabalhar com fontes de várias naturezas (oficiais, jornalísticas, iconográficas, orais) e que, de alguma forma, despertassem o interesse, ou, ao menos, a curiosidade dos estudantes, ao mesmo tempo em que buscamos suscitar questões que

possibilitassem ao aluno perceber as ações dos sujeitos negros sem, contudo, negligenciar a denúncia das estruturas sociais calcadas no racismo.

Aqui queremos fazer um comentário. Mesmo com todos os nossos esforços sabemos que alguns temas podem ser fortemente rechaçados de pronto. Exemplificando com aquele que nos parece o “mais” sensível tema entre os que selecionamos para abordar: o candomblé na vida de Tia Ciata e, evidentemente, na atualidade. Vislumbramos que provavelmente haja muita resistência ao assunto em algumas comunidades escolares; no entanto, insistimos em criar a atividade por entendermos que, além de ser central na vida de Tia Ciata, é fundamental abordarmos com naturalidade outras experiências religiosas além do cristianismo, em sala de aula. Não negamos o nosso receio, mas resistimos à autocensura. Evidentemente, voltando às reflexões de Paulo Freire, compreendemos que caberá a cada professor decidir quando e como desenvolvê-la com seus alunos e alunas.

A quarta providência é sistematizar o conhecimento propondo ir da sensibilização à elaboração de reflexões históricas.

o ensino de questões sensíveis e controversas não tem como objetivo chocar ou apenas dar a conhecer eventos chocantes do passado. O objetivo é suscitar a reflexão dos alunos. É preciso saber passar de fase, nesse jogo: da sensibilização para a reflexão (ALBERTI, 2014, p.3)

Tendo em conta esse aspecto, incluímos sempre questões que ajudassem a relacionar as histórias analisadas ao seu contexto histórico e ainda ao presente.

Além desses cuidados, que envolvem os temas sensíveis, a nossa proposição se inspira em alguns princípios defendidos pela escritora e professora estadunidense bel hooks. Em seu livro *Ensinando Pensamento Crítico - Sabedoria Prática*, hooks reflete sobre como transformar a sala de aula em um lugar de engajamento forte e aprendizado intenso (hooks, 2020, p.28). A autora preza pelo entusiasmo em sala de aula e aponta possibilidades.

O aspecto mais empolgante do pensamento crítico na sala de aula é que ele pede a iniciativa de todas as pessoas, convidando ativamente todos os estudantes a pensar com intensidade e compartilhar ideias de forma intensa e aberta. Quando todas as pessoas na sala de aula, professores e estudantes, reconhecem que são responsáveis por criar juntos uma comunidade de aprendizagem, o aprendizado atinge o máximo de sentido e utilidade.

Dialogamos com esses objetivos e concebemos atividades para serem feitas em grupo, e assim, facilitar as trocas entre os alunos. Entendemos que atividades em que os alunos conversam mais entre si, podem facilitar o engajamento deles nas tarefas. Além disso, prevemos para a maioria das atividades um momento de síntese e apresentação dos resultados para toda a turma, assim precisam se esforçar para comunicar o que entenderam a toda turma e ao professor ou professora.

3.5 Descrevendo a proposição

Essas reflexões resultaram na nossa proposição didática, que consiste em dez oficinas, com várias atividades cada, tematizando as histórias de vida de Tia Ciata e do professor Hemetério.

A partir das fontes sobre esses personagens, os estudantes precisam responder às questões levantadas. Assim, pretendemos aproximar os alunos daquele contexto histórico – o Rio de Janeiro das primeiras décadas do pós-abolição e da República, refletir sobre a relação entre indivíduo e sociedade e visibilizar a agência negra no período.

Sugestão de etapas para a realização das oficinas

1. Na semana anterior às oficinas apresentar o nome do sujeito histórico a ser trabalhado e pedir que os alunos pesquisem a sua biografia (com a indicação de alguns *sites*⁵² e outros meios confiáveis), em momento fora da aula.

2. Dividir a turma em grupos. Estimamos que sejam necessários dois tempos de aula para que os alunos realizem a análise das fontes e respondam às perguntas. Cada grupo ficará com uma oficina diferente. Ao final da maioria das oficinas há uma proposta de produção de síntese e socialização dos aprendizados pelos alunos, que pode ser em forma de mural, esquete de teatro, música etc., a serem apresentadas à turma na última aula sobre cada personagem tematizado.

⁵² Alguns sites que sugerimos: <https://www.tiaciata.org.br/tia-ciata/biografia>, Tia Ciata - O Legislativo para crianças - Câmara dos Deputados (plenarinho.leg.br), <https://www.geledes.org.br/hemeterio-jose-dos-santos-o-primeiro-professor-negro-do-instituto-de-educacao/> e <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2020/07/a-historia-do-professor-negro-e-antirracista-que-ensinou-durante-a-escravidao.shtml>

3. Para a construção e a apresentação dessas atividades de síntese sugerimos mais 2 tempos de aula.

4. Sugerimos que as oficinas sejam realizadas em duas etapas: primeiro, as referentes à Tia Ciata e, em outra etapa, aquelas sobre o professor Hemetério.

Como mostraremos nas descrições a seguir, três oficinas não propõem atividade síntese, pois ou sua realização já consiste em produzir uma periodização que vai ficar visível para todos, ou porque se trata da audição e interpretação de um samba enredo. Essas, sugerimos que sejam feitas por toda a turma.

3.6 As Oficinas

A primeira oficina sobre Tia Ciata chama-se **Varal do tempo da vida de Tia Ciata** e sugerimos que seja feita por toda a turma. Ela consiste em construir com os alunos e as alunas uma linha do tempo em que estejam presentes os acontecimentos da vida de Tia Ciata e eventos históricos considerados relevantes da história nacional e internacional, que ocorreram dentro do arco temporal de sua vida, ou seja, de 1854 até 1924. Nomeamos a atividade como “varal do tempo” porque a linha será construída com barbante e pregadores, de modo que ficará semelhante a um varal de roupas.

Serão distribuídas, de forma aleatória, 5 a 6 fichas/eventos para cada grupo observar e em seguida colocar, de forma cronologicamente ordenada, no varal. Conforme cada grupo for incluir suas fichas/eventos, pode alterar a arrumação do grupo anterior com vistas a obedecer ao critério cronológico. Aos alunos será permitido escolher usar ou não todas as fichas e também acrescentar outras com eventos que não tenham sido mencionados. Para isso, vão precisar pensar sobre a relevância de cada acontecimento, o que querem destacar ou não e por quê.

Os estudantes também poderão dispor os eventos de forma vertical, quando notarem simultaneidade. A intenção aqui é possibilitar que os alunos percebam aquilo que a historiada Juliana Teixeira chama a atenção em seu verbete Cronologia, no *Dicionário de Ensino de História*: há limitações na forma linear de representação do tempo, pois os acontecimentos não apenas se sucedem como também se sobrepõem e se imbricam (TEIXEIRA, 2019, p.125)

Ao final, a turma deve observar a linha do tempo e analisar se é possível agrupar os eventos dentro de períodos ou marcar eventos que sinalizem grandes mudanças ou até rupturas. Essa parte da atividade foi pensada a partir da reflexão realizada em outro verbete do mesmo dicionário mencionado acima, Periodização, pela historiadora Marcia Gonçalves.

Uma premissa fundamental: o ato de instituir uma periodização possui também história, sendo válido afirmar que, antes de apresentar periodizações prontas e acabadas como nortes dos sentidos das histórias de coletividades, caberia realizar indagações sobre como e por quais critérios periodizações são feitas de uma forma e não de outra.(GONÇALVES, 2019, p. 187)

Dessa forma, queremos evidenciar aos alunos que os períodos históricos e os seus marcos são resultado das escolhas feitas pelos historiadores e que isso contribui para a construção de sentido sobre os eventos.

A segunda oficina intitulamos de **Tia Ciata, Uma História Sem Rosto**. Com essa oficina pretendemos problematizar a ausência de imagens de Tia Ciata e discutir por que determinados personagens históricos têm vários registros de sua imagem e outros, não. Para isso trabalhamos com uma fotografia que é frequentemente utilizada em sites para representar Tia Ciata⁵³ e fotografias de outras mulheres baianas feitas entre o final do século XIX e início do XX.



IMAGEM1

Acervo Da Organização
Cultural Remanescentes De Tia Ciata

⁵³ Um entre esses sites é a página da Casa de Tia Ciata, que se define como sede da Organização dos Remanescentes da Tia Ciata (ORTC) e espaço cultural para manter viva a memória da Matriarca do samba. Ver mais informações em <https://www.tiaciata.org.br>



IMAGEM 2

Negra Baiana. 1909.
Postal Da Coleção Antonio Marcelino.
Funarte, Núcleo De Fotografia. 1982.



IMAGEM 3

Mulher Negra Da Bahia
Marc Ferrez (1885)

Na oficina são levantadas questões para que os alunos comparem as imagens, pensem em como provavelmente ela seria, em motivos para a escolha daquela imagem para representá-la e levantem hipóteses para explicar a ausência de um registro seguro de sua imagem.

Nossa terceira oficina tematiza um entre aqueles três aspectos que consideramos centrais na vida de Tia Ciata – suas habilidades culinárias e o trabalho com a venda de quitutes. Por isso nomeamos a oficina de Saberes e Sabores de Tia Ciata. Começamos propondo que os alunos reflitam sobre as mudanças e continuidades entre o cenário da vida adulta de Tia Ciata e o período anterior à Lei Áurea. Assim, trouxemos uma litografia de Debret, de 1835 chamada "Negras livres vivendo de suas atividades", que é uma representação que tematiza mulheres negras livres, vendendo quitutes nas praças do Rio de Janeiro, antes mesmo da abolição. Com isso, buscamos desfazer certa imagem esquemática que coloca todos os negros como escravizados antes de 1888.

Outro objetivo dessa oficina, talvez o principal, é o de visibilizar a agência de mulheres negras que, no Rio de Janeiro do final do XIX e início do XX, mobilizaram seus conhecimentos culinários, aprendidos com as suas ancestrais, para garantir o próprio sustento e de seus familiares. Ao mesmo tempo queremos ensejar comparações com o contexto atual de precarização do trabalho, em que muitas mulheres obtém renda através da venda informal de doces e bolos. Destacamos abaixo o relato de Cincinha, neta de Tia Ciata, retirado do livro de Roberto Moura,

que tem a ver com essas questões e que disponibilizamos para análise pelos alunos.

Elas (as tias) todas sabem fazer doce, a gente aprende de tudo. Elas diziam para a gente: “amanhã, quando casar, se tiver um fracasso com o marido, não precisa pedir ao vizinho nem a parente, é só fazer qualquer coisa pra ganhar dinheiro”. (...) Cada um nas suas casas, os que iam nascendo não sabiam ainda e ia-se ensinando.”⁵⁴

Disponibilizamos também trechos de depoimentos de personagens que frequentavam a casa de Tia Ciata, como Tia Carmem e o sambista João da Baiana e um anúncio de jornal, onde Tia Ciata oferece emprego na venda de doces de tabuleiro, para que os alunos dimensionem a importância daquela atividade na vida econômica de nossa personagem.

E, para ajudar na compreensão dos fatores estruturais, ou seja, do contexto enfrentado por Tia Ciata, e por tantos homens e mulheres negros daquele período, de preterimento em relação aos brancos, disponibilizamos também dados sobre o mercado de trabalho apresentados pelo historiador Sidney Chalhoub.

As animadas festas na casa de Tia Ciata e a sua contribuição na formação do samba são os temas da quarta oficina: Tia Ciata e a Formação do Samba Carioca. Além de evidenciarmos a matriz africana do samba, temos o objetivo de promover uma reflexão sobre as hierarquizações culturais como expressão do racismo em diversas temporalidades, comparando com certos tratamentos dados ao funk na atualidade.

Para as atividades dessa oficina apresentamos depoimentos de contemporâneos de Tia Ciata sobre as festas em sua casa, notícia de jornal comentando visões positivas e negativas sobre o samba e o rancho de Tia Ciata na Festa da Penha, e depoimento de João da Baiana sobre perseguições ao ritmo e a quem portasse pandeiro. Através dessas, buscamos evidenciar como aqueles sambistas se sentiam e como havia uma disputa de sentidos sobre o samba.

Além disso, trazemos a discussão para a atualidade refletindo sobre a inferiorização do funk e suas relações com o racismo. Nessa parte da oficina os estudantes deverão analisar a Ideia Legislativa nº. 65.513, encaminhada ao Senado, de criminalização do funk.

⁵⁴ Depoimento adaptado de Tia Cincinha, neta de Tia Ciata in MOURA, Roberto. Tia Ciata e A Pequena África no Rio de Janeiro, 1986.

Essa oficina tem duas propostas de atividade síntese: uma carta resposta ao autor da Ideia Legislativa e a composição de uma paródia do samba Pelo Telefone, tematizando o que aprenderam com as atividades. Como todas as propostas aqui, salientamos que fica a critério do docente utilizar as duas ou optar apenas por uma delas.

A nossa quinta oficina se chama A fé de Tia Ciata. Nossos objetivos com esse tema são: evidenciar as ambiguidades do processo de laicização do Estado brasileiro no início da República, a partir da Constituição de 1891 e do Código Penal de 1890; problematizar a negação da legitimidade de existência das religiões afro-brasileiras no início do século XX e visibilizar as ações de tia Ciata para garantir o exercício de sua fé.

As primeiras atividades dessa oficina dizem respeito à análise do ordenamento jurídico da Primeira República sobre a questão da religião, a saber: o Decreto nº 119-a, de 7 de janeiro de 1890, preconizando liberdade de culto; o artigo 11 da Constituição de 1891, garantindo o mesmo, em comparação com o Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 (Código Penal) que estabelecia o que chamava de “espiritismo, a magia e seus sortilégios”⁵⁵ como crimes contra a saúde pública. Através da confrontação dessas leis, temos o objetivo de possibilitar ao aluno perceber que o Estado brasileiro preconizava liberdade de culto, ao mesmo tempo em que perseguia o Candomblé, pois o enquadrava como algo inferior, tido como indigno de ser tratado como religião.

A última fonte da oficina é um depoimento de Bucy Moreira (neto de Tia Ciata) a Roberto Moura, em que ele conta como sua avó havia curado uma doença do então presidente da República, Wenceslau Brás, se valendo de sua fé e conhecimentos de ervas medicinais. Em troca, segundo o relato, Tia Ciata obteve um emprego para seu marido e angariou a simpatia do presidente. Devido a poucas fontes sobre esse episódio, não entramos no mérito de discutir a veracidade da história, optamos por apenas refletir sobre o que poderia significar aquela simpatia no dia a dia de Tia Ciata. E, como atividade síntese, propomos a confecção de cartazes comparando a situação dos adeptos de religiões de matriz africana nos tempos de Tia Ciata e na atualidade ou uma pesquisa sobre o uso de ervas medicinais.

⁵⁵ Para os textos das leis, ver os documentos disponibilizados na oficina A Fé de Tia Ciata.

A sexta e última oficina sobre Tia Ciata se chama Resumo do Samba. Atribuímos esse nome em referência a expressão “resumo da ópera”. Assim como quando usamos a expressão, essa atividade serve como marco final das oficinas sobre Tia Ciata, além de possibilitar um apanhado do que foi trabalhado até então.

Como forma de promover a valorização do samba, decidimos realizar uma oficina que envolvesse a audição e a interpretação de um samba enredo. Ao pesquisar letras que falassem de Tia Ciata, nos deparamos com o enredo da Acadêmicos de Vigário Geral, que coincidentemente é um dos bairros onde leciono e onde reside meu aluno J., que fez a pergunta inquietante que impulsionou essa pesquisa,. O samba enredo 2021/2022⁵⁶ chama-se “‘Pequena África’: da escravidão ao pertencimento, camadas de memórias entre o mar e o morro”.

As atividades consistem em identificar personagens como Tia Ciata e seus contemporâneos (Donga, Pixinguinha, entre outros) mencionados no samba; relacionar algumas palavras que são de origem africana com os seus significados (como Oxum – orixá das águas doces e alabê - tocador de tambores líder no terreiro); identificar momentos da história dos africanos e seus descendentes no Brasil narrados na música; e perceber as críticas ao racismo religioso, feitas no samba.

Assim como a primeira oficina, sugerimos que essa seja realizada por toda a turma e não apenas por um grupo.

Sobre o professor Hemetério, elaboramos cinco oficinas e a primeira se chama Linha do tempo da vida de Tia Ciata e Hemetério e consiste em incluir eventos da vida do professor Hemetério dos Santos no “varal de Tia Ciata”, criando, assim, uma linha do tempo das vidas de ambos os personagens. Os objetivos dessa atividade são contextualizar os eventos da vida do professor Hemetério e observar as vidas de Tia Ciata e Hemetério simultaneamente.

Hemetério e as diferentes realidades dos negros no Brasil do final do século XIX é o nome da segunda oficina sobre o professor. Entre os objetivos dela, listamos novamente o de desfazer o senso comum de que a maioria da população negra era escravizada na década de 1870 e 1880. Para isso, disponibilizamos os dados do censo de 1872 em formato de duas tabelas:

⁵⁶ O enredo é 2021/2022 porque foi composto para ser exibido no desfile de 2021, o que não ocorreu devido às restrições a aglomerações decorrentes da pandemia de covid-19. Assim o enredo foi mantido para ser apresentado na avenida em 2022.

POPULAÇÃO BRASILEIRA EM 1872				
Branços	Pretos e Pardos livres	Pretos e pardos escravizados	Caboclos*	Total
3.787.289	4.245.428	1.510.802	386.955	9.930.474

PRETOS E PARDOS		
Livres	Escravizados	Total
4.245.428	1.510.802	5.756.230

Após a leitura atenta da tabela, pedimos aos alunos que transformem os dados em percentuais, para, em seguida, construir um gráfico (em formato de pizza) a respeito da população do Brasil em que apareçam os percentuais de brancos, pretos e pardos livres, pretos e pardos escravizados e caboclos⁵⁷. Assim e com as perguntas levantadas, queremos facilitar que os alunos percebam que a maioria da população de pretos e pardos já era livre àquela altura e que ela era numericamente maior que a população branca.

A outra fonte é um recorte de jornal muito interessante que nos foi apresentado por Maria Margarete Santos Benedicto, da Universidade de São Paulo, durante o minicurso “Estão rindo do quê?! O humor sobre os negros da Belle Époque aos anos 1920 no Rio de Janeiro”, do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, 2020 (COPENE 2020). Trata-se de uma página do Jornal do Commercio de 13 de fevereiro de 1883 em que aparecem, quase lado a lado, um anúncio de “procura-se” escravo fugido e um anúncio das aulas do professor Hemetério. Em momento posterior ao minicurso, durante a construção dessa oficina, consultamos a hemeroteca digital e encontramos mais algumas ocorrências de oferta de recompensa a quem desse notícia de escravos fugidos aparecendo em mesma página de ofertas de aulas do professor ou sobre seu colégio (Froebel), porém figurando graficamente distantes um do outro na página⁵⁸. Por isso, decidimos utilizar aquele recorte apresentado por Benedicto, devido à disposição bem próxima dos dois anúncios, que aparecem, como já dissemos,

⁵⁷ Não perder de vista que, durante o Império, os indígenas eram classificados como caboclos e essa denominação era uma forma de retirar dos indígenas suas identidades étnicas, tornando-os “brasileiros pobres”, ou seja, “caboclos”. Há autores que se referem, nesse contexto, a uma “caboclicização” dos indígenas, nesse processo.

⁵⁸ São exemplos disso: Jornal do Comércio (RJ) de 3 de janeiro de 1885, Edição 3, p.5 e Jornal do Comércio (RJ) de 10 de janeiro de 1886, Edição 10, p.5.

quase lado a lado, o que facilita o uso em sala de aula. Nessa parte da oficina, pedimos que os alunos, depois de observarem a fonte, identifiquem essas duas realidades de ser negro naquele período.

Para concluir, a atividade síntese proposta é apresentar o gráfico produzido para a turma explicando essas realidades da população negra e contando onde Hemetério se inseria.

Nomeamos a terceira oficina de Hemetério contra o racismo de sua época. Com as atividades dessa oficina pretendemos analisar o contexto em que nosso professor viveu e evidenciar o discurso e a política de embranquecimento promovidos pelo Estado brasileiro nos primeiros anos da República. Para isso propomos a análise do decreto n. 528 de 28 de junho de 1890, que regulamentava a introdução de imigrantes no Brasil e também do quadro de Modesto Brocos, “A Redenção de Cam”, de 1895.

Por meio da análise dos embates que o professor Hemetério travou, nos periódicos da época, contra a discriminação dos sujeitos negros, temos o objetivo de visibilizar as disputas na construção de sentidos de ser negro naquele momento. Queremos evidenciar também a agência de Hemetério, que mobilizou sua erudição e seus conhecimentos de história para fomentar uma imagem positiva de homens e mulheres negras e o orgulho de uma herança africana na população brasileira. Ou, como descreveu Danton Benedicto Valladares, seu amigo e pai de alguns de seus alunos, Hemetério fez justiça à raça negra e ao seu papel em nossa história⁵⁹.

Em Defesa de uma Raça

Li sua excelente carta ao ilustre senador Alcindo Guanabara (...). Venho apenas felicitá-lo pela erudição histórica e sociológica que revelou em sua carta que li hoje no Imparcial. Não somente por isso, como pela justiça (e a justiça edifica sempre) que distribuiu à raça negra e quanto ao seu papel em nossa história, venho aplaudir e corroborar o seu trabalho. Aí se construiu um padrão de glória ao negro, pela sua energia, pelo seu trabalho frutuoso, e pelo predicado da bondade de coração. (...)

Sob o ponto de vista do caldeamento de sangue com o da raça branca, ele se fez em extensíssima escala, estendeu-se por quase toda camada da sociedade brasileira. Assim, sempre galhofeiro dizia Luiz Gama “que bem poucos no Brasil poderiam percorrer a linha ascendente sem esbarrar nalgum tronco vindo da costa africana”.

De tais expoentes temos uma galeria digna da pena de Plutarco. Nela figuram varões distintíssimos: artistas, poetas, sábios, cientistas, escritores, publicistas, jornalistas, historiadores, advogados, magistrados, estadistas, médicos, professores eméritos, em cujo quadro figura o amigo, a quem com

⁵⁹ O Imparcial, “Em defesa de uma raça”. Danton Benedicto Valadares, professor da Faculdade Livre de Direito, 04/11/1913

muito proveito confiei, no incêndio da questão abolicionista, a educação literária de dois filhos meus hoje formados. (...)
Do amigo, Benedicto Valladares.⁶⁰

Como síntese, os estudantes vão elaborar uma forma de apresentação (pode ser esquete, música, jogral ou outra) que sintetize o projeto do Estado brasileiro de embranquecimento da população e como o professor se opôs ao racismo de sua época.

Os estereótipos e lugares “destinados” às pessoas negras são os motes da quarta oficina que nomeamos de Lugar de Negro e de Branco?. Os nossos objetivos com as atividades desenvolvidas nessa parte são: refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas negras para acessarem espaços educacionais e de prestígio social no tempo de Hemetério; comparar essas dificuldades do tempo de Hemetério com as dificuldades enfrentadas hoje pela população negra e visibilizar o sucesso profissional de Hemetério como prestigioso professor e sua luta pela igualdade de acesso à educação.

Para atender a esses objetivos disponibilizamos matérias de jornais e a fotografia abaixo, em que Hemetério aparece em primeiro plano entre os professores do Colégio Militar.



61

Os temas das fontes jornalísticas são: uma biografia de Hemetério, realizada pelo jornal O Radical, por ocasião da morte do professor em 1939. Nessa matéria,

⁶⁰ Idem nota 12.

⁶¹ Acervo fotográfico do Colégio Militar. Foto de 1908

que lhe prestava uma homenagem, o periodista narra que, nos primeiros dias de nosso personagem na capital, alguém que lhe dava acolhida, ofereceu-lhe um uniforme de condutor de bonde, o que Hemetério recusou. Utilizamos também uma matéria do jornal Extra, de 2017, que narra o episódio em que uma professora de história é abordada na rua por uma mulher que lhe pergunta se ela faz faxina. Trazemos outra matéria, de 1917, de um jornal da imprensa negra do Rio Grande do Sul, O Exemplo, sobre a expulsão de um dos filhos de Hemetério, do Colégio São Vicente de Paulo em Petrópolis em razão de sua cor, e uma quarta, do mesmo ano, em que o jurista negro Evaristo de Moraes enumera locais que excluem negros de suas dependências.

A partir dessas fontes são levantadas questões sobre quais eram os trabalhos tidos como mais prováveis de serem realizados por sujeitos negros e, ao mesmo tempo, sobre as estratégias de Hemetério para tornar-se professor. Propomos reflexões a respeito de quais “uniformes” ainda são oferecidos para a população negra do Brasil atual.

A atividade síntese dessa oficina é apresentar para a turma, através de uma pequena peça, as conclusões a respeito das reflexões acima.

Nossa última oficina é a mais curta e recebe o nome de As Teorias Raciais e as Ofensas Racistas. Como já dissemos em outro momento, hesitamos em realizá-la por temermos gerar constrangimento nos alunos. A fonte utilizada é uma notícia do jornal O Século, de 1914, que conta que ofereceram bananas ao professor Hemetério, momentos antes de ele discursar na posse do prefeito Rivadávia Correa, e que ele acaba desistindo de falar.

Decidimos seguir, pois atentamos para o fato de que cenas semelhantes se repetem com frequência, ainda hoje, notadamente com jogadores de futebol, e precisam ser problematizadas. Então, tomamos o cuidado de fornecer, na mesma atividade, uma fonte secundária que ajuda a relacionar essa ofensa com a hierarquização das raças daquele contexto histórico.

Por fim, para não abandonar a denúncia e ao mesmo tempo promover um esforço de síntese do que foi analisado, propusemos que os alunos escrevam uma resposta de Hemetério àquela ofensa.

Apesar de todas essas ponderações, nos parece importante lembrar, mais uma vez, que cabe ao docente analisar se é oportuno usar a atividade com seus alunos. Concordamos com a máxima de Ilmar Mattos, ao afirmar que o “professor é

autor” e a aula, seu texto. De acordo com Ilmar Mattos, ler a produção historiográfica é uma condição para quem ensina história se tornar autor. A leitura está relacionada à busca de novas informações e abordagens, mas ela não representa uma busca pela aula pronta, que seria impossível, pois o professor, autor da aula que é, sempre fará escolhas, e a aula, nesse sentido, nunca será a mera repetição do texto escrito.

os professores de história parecemos seguir a sugestão de um outro escritor, que, em seus romances, parecia, muitas vezes, escrever e reescrever a história do Segundo Reinado, conforme já foi observado por um historiador. “Pode ir buscar a especiaria alheia, mas há de ser para temperá-la com molho de sua fábrica”, sugeria Machado de Assis, pondo em destaque uma inversão intrigante e instigante. A “especiaria alheia”, isto é a produção historiográfica, em suas múltiplas referências teóricas e metodológicas e em suas diversas dimensões: livros, artigos, teses, revistas de história de cunho acadêmico e revistas destinadas ao grande público, coletânea de documentos, cadernos jornalísticos, filmes, vídeos e outros suportes contêm textos ou apresentam novos problemas, novas abordagens e novos objetos, ou revelam uma abertura para o diferente e um deslocamento em direção às margens. [...] As razões por que, como professores, contamos uma história, razões que são exclusivamente nossas, orientam a busca da “especiaria alheia”, as escolhas que fazemos dos textos que se nos oferecem. (MATTOS, 2006, p. 12-13)

Bem sabemos que o professor não só escolhe a “especiaria alheia” que irá buscar, como também escolhe as formas de usá-la em suas aulas e que, no trabalho de produção das aulas, o aluno e a relação entre professores e alunos têm um lugar central nas motivações e na forma como viabilizamos o conhecimento sobre o passado. E, portanto, caberá ao professor avaliar as adaptações e escolhas a partir da realidade da sua escola, dos seus alunos e da relação com eles. Assim, o que ambicionamos é construir e deixar aqui uma abordagem metodológica através de biografias de sujeitos negros que possa ser apropriada por professores, como a “especiaria alheia” de que nos fala Machado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No meio de uma rotina com manifestações, mais ou menos frequentes e mais ou menos veladas, de racismo, uma cena expôs à luz uma série de inquietações a respeito da minha atividade docente e da necessidade de realização de um ensino de história antirracista.

A cena toda é resumida pela pergunta desconcertante do aluno J.: “Professora, e se eu fosse branco?” O eco dessa pergunta nos acompanhou, de modo latente, ao longo desse trabalho e foi um importante motor para a escolha que fiz de utilizar biografias no ensino de história.

Para J., que é um adolescente negro, está claro que viver como adolescente negro é diferente de viver como um adolescente branco. Os dados sobre pobreza, acesso à educação e sobre a violência policial não deixam dúvidas a esse respeito. Meu aluno sabe, pela (pouca) experiência de vida, que não está em uma democracia racial. Mas como será que ele entende a que se deve isso? Como a escola e, mais especificamente, as aulas de história, podem contribuir para que ele formule as explicações sobre sua realidade? Que imagens sobre a população negra têm sido reforçadas durante as aulas de história?

A disciplina história tem o importante papel de possibilitar ao aluno perceber que a realidade, tal como se apresenta hoje, foi socialmente construída, e que, portanto, a desigualdade racial existente não decorre do acaso, muito menos de características da população negra.

É uma importante frente de luta do movimento negro, que nos aponta um caminho: é necessário fazer uma “reavaliação do papel do negro na nossa história”. Assim, é importante evidenciarmos que homens e mulheres negros são vítimas de todo um sistema de subalternização, mas, para além disso, é primordial visibilizar que esses sujeitos foram e são capazes de lutar das mais diversas formas, por melhores condições de vida para si e seus semelhantes. Indo além, nos parece importante evidenciar que suas realizações políticas, culturais e intelectuais são dignas de admiração, tal como as realizações de outros grupos.

Foi apostando nesse caminho que investimos no uso das histórias de Tia Ciata e do professor Hemetério, dois sujeitos negros inseridos no pós-abolição, cujas vidas nos aproximam de experiências da população negra que nada têm a ver

com a ideia de passividade dessa população frente às estruturas. Buscamos compreender o modo como esses sujeitos perceberam e agiram diante das estruturas dos seus tempos, vislumbrando possibilitar aos alunos notarem que eles também se relacionam com um contexto.

Tia Ciata foi uma mulher negra e baiana que, em 1876, com 22 anos, chegou ao Rio de Janeiro, então Corte, e, com seu ofício de quituteira, conseguiu garantir sustento para si e sua família; participou de forma importante da formação do samba e do carnaval do Rio de Janeiro. Além disso, exerceu sua fé e se tornou uma reconhecida mãe de santo em um contexto de perseguições ao candomblé.

O professor Hemetério foi um intelectual negro e maranhense, que chegou ao Rio de Janeiro ainda mais jovem, aos 17 anos, em 1875. Filho de Maria, uma mulher escravizada e do proprietário dela, o fazendeiro e major Frederico dos Santos Marques, obteve boa educação escolar em sua província de origem e utilizou-se dela para construir uma carreira de professor. Na Corte – e, depois, Distrito Federal –, tornou-se professor do Colégio Pedro II, da Escola Normal e do Colégio Militar onde obteve a patente de tenente coronel do Exército. Publicou diversos livros e travou intensos debates públicos, especialmente nos periódicos, onde combatia o racismo científico da sua época e onde também se empenhava por afirmar uma imagem positiva da população negra.

Escolhemos abordar a Primeira República a partir de suas biografias, pois elas nos mostram outras faces da história desse período, que não se resume ao controle da política pelas oligarquias. Além disso, entendemos que não existe uma história da população negra “à parte”, ou “complementar” à “história do Brasil”. Relegar a participação dos sujeitos negros a um segundo plano é uma incorreção histórica e uma escolha política de apagamento, que faz parte do processo de subalternização da maior parte da população, o qual queremos enfrentar.

As dificuldades encontradas ao longo do caminho de construção das atividades nos fizeram refletir sobre a natureza do trabalho docente na educação básica e sobre como é importante reconhecer o professor como intelectual e não mero aplicador de ideias produzidas em outros lugares. Destacamos que é primordial que os docentes sejam valorizados, tendo tempo de planejamento respeitado.

As atividades aqui desenvolvidas foram resultado de um processo de pesquisa bibliográfica e de seleção de documentos que suscitavam reflexões, que,

por sua vez, resultaram em novas escolhas e enquadramentos... Certamente muitos outros aspectos das vidas de nossos personagens e da história da Primeira República podem ainda ser tematizados por outros trabalhos, mas aqui precisamos fazer escolhas e, por ora, pôr um ponto final ao trabalho.

Esperamos que as reflexões e o material didático construído e disponibilizado aqui possam ser apropriados por professores e ajudem os estudantes a perceberem os homens e mulheres negros agindo em meio ao contexto da Primeira República e a se perceberem também como inseridos em um contexto, e também capazes de agir sobre ele.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.21, n.41, jan.-jun. 2008. p.6.

ALBERTI, Verena. Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 1, p. 61-88, 2012

_____. "Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira". In: PEREIRA, Amilcar Araújo e MONTEIRO, Ana Maria (org.). *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p.27-55.

_____. *O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas*. Palestra proferida no IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, realizado no Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Caicó (RN), de 17 a 21 de novembro de 2014.

_____. Dois temas sensíveis ao ensino de História e as possibilidades de História Oral: a questão racial e a ditadura no Brasil. In: RODEGHERO, Carla Simone; GRINBERG, Lúcia; FROTSCHER, Méri (org.). *História oral e práticas educacionais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. P 35-59.

_____. Fontes. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. P.103-112.

_____. Ditadura militar brasileira nas aulas de História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0102, maio/ago. 2021.
<http://dx.doi.org/10.5965/2175180313332021e0102>

_____. "Modos de vida e consumo entre 1930 e 1945". In: Vannucchi, Marco Aurélio; Abreu, Luciano Aronne de. (org.) *A era Vargas (1930-1945)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2021, v. 2, p. 385-429 (Série História; 88). ISBN 978-65-5623-205-8 (v.2)

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*. Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2010.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In.: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, pp. 183-192.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Não tá sopa: Sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930*, Rio de Janeiro: Coleção Históri@ Ilustrada, Editora Unicamp, 2016.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. em três artigos que se completam. 51.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 15.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2021.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GILROY, P. *O Atlântico negro*. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. "A nova 'Velha' República: um pouco de história da historiografia". *Revista Tempo*, v. 13, n. 26, jan. 2009.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03*. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.

_____. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, set. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 20 de setembro de 2020.

GOMES, Thiago de Melo. *Para além da casa da Tia Ciata: Outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930*. Afro-Ásia. (2003), 175-198.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. "A morte e a morte da biografia". In: OLIVEIRA, Rodrigo Perez; SILVA, Daniel Pinha (orgs.). *Tempos de crise: ensaios de história política*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HALL, Stuart. *Que negro é esse na cultura negra?* In: HALL, Stuart. Da diáspora, identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: representação da Unesco no Brasil, 2003.

HOOKS, bell. Pedagogia engajada. In: HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013. pp. 09-36.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1996.

BRASIL, Eric. Carnaval Crioulo ? Cucumbis no Rio de Janeiro (década de 1880). In: XXVI Simpósio Nacional de História - Anpuh: 50 anos, 2011, São Paulo.

_____. Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-Of-Spain, Trinidad (1838-1920). Niterói: UFF, 2016. (tese de doutorado).

PEREIRA, Amilcar A. *O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1975)*. Tese (Doutoramento em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2010

_____. “Por uma autêntica democracia racial”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. *Revista História Hoje*, ANPUH, v.1, n. 1, 2012.

PEREIRA, Leonardo. No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904-1933). *Revista Brasileira de História*. 35. 13-33, 2015.

SANTOS, Aderaldo Pereira. *A arma da educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930)*. Tese de doutorado. (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Ronaldo Jorge dos. *Representação sem protagonismo: o movimento negro nos livros de história do PNL 2020*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. Capítulos 1 e 2.

SILVA, Kalina V. "Biografias". In.: PINSKY, Carla B. (org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 13-28.

SILVA, Luara dos Santos. Negro, intelectual e professor: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1875 –1920). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16., 2014.

SILVA, Luara dos Santos. *Etymologias, preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (PPRER-CEFET/RJ), Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2015.

WALSH, C. Notas pedagógicas a partir das brechas decoloniais. In: CANDAU, V. M. (Org.). *Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação outra?* 1. Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

ANEXO - Oficinas didáticas sobre a biografia de Tia Ciata e do professor Hemetério

SUMÁRIO		
	Introdução	77
Tia Ciata		
1	Varal do Tempo de Tia Ciata	79
2	Uma história sem rosto	81
3	Saberes e Sabores de Tia Ciata	83
4	Tia Ciata na formação do samba carioca	91
5	A fé de Tia Ciata	98
6	Resumo do Samba	104
Professor Hemetério dos Santos		
1	Linha do tempo da vida de Tia Ciata e Hemetério	108
2	Hemetério e as diferentes realidades dos negros no Brasil do século XIX	110
3	Hemetério contra o racismo de sua época	115
4	Lugar de negro de branco (?)	122
5	As teorias raciais e as ofensas racistas	127

INTRODUÇÃO

O material produzido e disponibilizado a seguir, visa colaborar com a realização de uma educação antirracista nas aulas de história do ensino básico. A lei 10639/2003, importante conquista da luta do movimento negro, estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte do currículo dos Ensinos Fundamental e Médio e esse material pretende ser mais um instrumento para colaborar com a efetivação dessa lei na prática docente.

Através de atividades que se debruçam sobre as biografias de Tia Ciata(1854-1924) e do Professor Hemetério dos Santos (1858- 1939), dois sujeitos históricos negros, que viveram em finais do século XIX e início do século XX , as oficinas aqui propostas possibilitam estudar o pós-abolição.

Conhecida como Tia Ciata, Hilária Batista de Almeida foi uma mulher negra, que nasceu em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, viveu até os 22 anos em Salvador quando veio para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e depois, da República. Filha de Oxum, na capital tornou-se Mãe Pequena, no famoso terreiro de João Alabá. Produzia quitutes e vendia no Centro da cidade, Tornou-se muito famosa pelas rodas de samba que aconteciam em sua casa e também pelos ranchos e sujos que fundou. Conhecer melhor suas histórias de vida, nos permite pensar sobre as formas de sociabilidade de homens e mulheres negras livres do período, que viviam no Rio de Janeiro e na formação cultural do samba, hoje reconhecido como importante patrimônio cultural do Brasil.

Hemetério José dos Santos, nasceu livre, em Codó, na província do Maranhão. Mudou-se para o Rio de Janeiro aos 17 anos, e na capital se estabeleceu como professor. Lecionou em escolas particulares, no Colégio Pedro II, no Instituto de Educação e no Colégio Militar. Tornou-se um intelectual muito conhecido e frequentava os círculos letrados da época. Jamais abriu mão de denunciar o racismo do seu tempo e de divulgar uma imagem positiva da população negra. Suas histórias de vida nos ajudam a analisar os discursos raciais vigentes na sua época e o que significava ser um intelectual negro nesse contexto.

Através da visibilização das histórias de vida de Tia Ciata e do professor Hemetério, esperamos que outras imagens e histórias sobre a população negra no Brasil possam estar presentes em sala de aula, para além das imagens do cativo,

e ajudar os estudantes a conhecerem de forma mais justa a participação dos negros na História do Brasil.

O conjunto de atividades a seguir são sugestões e podem ser adaptadas e selecionadas para o melhor proveito em sala de aula de acordo com a autonomia pedagógica do professor. Em todas as oficinas há uma proposta no final de atividade síntese a ser feita e apresentada pelos alunos ao restante da turma.

Bom trabalho!

Varal do tempo da vida de Tia Ciata

Apresentação: Nessa atividade os estudantes vão selecionar eventos da vida de Tia Ciata e outros eventos da história do Brasil e do mundo para ordenar numa sequência cronológica. Com isso espera-se que eles possam definir critérios para a seleção do que deve entrar no “varal do tempo” e assim estabelecer sentidos entre os eventos, e desenvolver na prática, a compreensão de noções mais abstratas de história como sincronia, duração etc. E, que após a construção do varal, consigam visualizar a inserção de Tia Ciata em seu contexto histórico, ou seja a relação dos eventos de sua vida com os acontecimentos do Rio de Janeiro, do Brasil e do mundo.

Objetivos

- Analisar como os fatos da vida de Tia Ciata estão localizados no contexto da época.
- Perceber que outros eventos ocorriam simultaneamente.
- Possibilitar ao estudantes perceberem as relações entre os eventos do âmbito nacional, local e a vida de Tia Ciata.

Materiais

- Barbante e pregadores
- Fichas com os eventos, contendo registros da data e do evento.

Orientação para a atividade

Essa atividade consiste em construir com os alunos e as alunas uma linha do tempo da vida de Tia Ciata contendo os principais eventos históricos já estudados no 8º e no 9º anos, acrescidos de outros considerados relevantes para a atividade que aconteceram nesse período, ou seja, de 1854 até 1924. A atividade se chama “Varal do tempo” porque a linha será construída com barbante e pregadores de roupa, de modo que ficará semelhante a um varal.

Serão distribuídos, de forma aleatória, 5 a 6 fichas/eventos para cada grupo observar e, em seguida, colocar, de forma cronologicamente ordenada, no varal. Os grupos podem escolher se deverão utilizar todas as fichas/eventos ou não e para isso devem observar o que consideram relevante. Podem também acrescentar eventos que não constem das fichas.

Conforme cada grupo for incluir suas fichas/eventos no varal, pode alterar a arrumação do grupo anterior com vistas a obedecer ao critério cronológico.

É importante orientar os alunos para a possibilidade de, a partir da linha horizontal, também puxar linhas verticais para colar eventos que percebam como simultâneos.

Por fim, a turma deve observar se é possível agrupar eventos, ou seja, estabelecer marcos, como “escravidão”, “pós-abolição”, “Primeira República” etc. Nesse momento é interessante que o professor ou a professora oriente a atividade indagando a turma sobre o que ela nota como mudanças, continuidades, rupturas e comente que esse procedimento é realizado por historiadores quando realizam a divisão da história em períodos.

Após a confecção do varal, ele deve ficar exposto em local visível para todos na sala de aula durante as próximas atividades sobre Tia Ciata.

Eventos para confecção das fichas

- 1854- Nascimento de Tia Ciata em Santo Amaro da Purificação, na Bahia.
- 1871- Lei do Ventre Livre
- 1876- Tia Ciata muda-se para o Rio de Janeiro
- 1885- Lei dos Sexagenários
- 1888- Abolição da Escravidão
- 1889- Proclamação da República do Brasil
- 1893- Prefeito Barata Ribeiro manda derrubar o famoso cortiço Cabeça de Porco
- 1903-1906 - Política de Pereira Passos conhecida como “bota-abaixo”.
- No período das reformas de Pereira Passos (em data exata desconhecida) - Tia Ciata se muda da rua da Alfândega para a rua Visconde de Itaúna, na Cidade Nova.
- 1904 - Revolta da Vacina, Rio de Janeiro
- 1906 - Greve dos trabalhadores da União dos Estivadores e da Resistência dos Trabalhadores de Trapiche e Café, no Rio de Janeiro.
- 1910- Revolta da Chibata, Rio de Janeiro.
- 1910- Primeiro desfile, no Carnaval, do rancho de Tia Ciata, chamado “Macaco é Outro”.
- Julho de 1914 - Início da Primeira Guerra Mundial.
- Novembro de 1916 - Donga registra a música “Pelo telefone”, marco do nascimento do samba como gênero musical.
- 1917- Revolução Russa
- 1918 - Fim da Primeira Guerra Mundial
- Fevereiro de 1922- Semana de Arte Moderna, em São Paulo.
- Julho de 1922- Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana, Rio de Janeiro.
- 1924 - Falecimento de Tia Ciata, Rio de Janeiro.

TIA CIATA, UMA HISTÓRIA SEM ROSTO

Apresentação: Nessa atividade os estudantes irão refletir sobre a escassez de imagens de Tia Ciata e problematizar porque alguns personagens históricos têm muita oferta de registros e representações de sua imagem e outros não. Espera-se que os estudantes possam levantar questões como as condições econômicas para se tirar fotografias na época e também sobre o interesse em preservar e divulgar registros de sua imagem no passado e na atualidade.

Objetivos

- Problematizar a ausência de imagens de Tia Ciata.
- Discutir por que determinados personagens históricos têm vários registros de sua imagem e outros, não.
- Contribuir para desenvolver nos alunos a capacidade de interpretar a própria oferta de fontes.

Orientação para a atividade

A partir das fontes disponibilizadas, os alunos irão responder as questões levantadas.

Materiais: fotografias.



IMAGEM1

ACERVO DA ORGANIZAÇÃO
CULTURAL REMANESCENTES DE TIA CIATA

**IMAGEM 2**

Negra Baiana. 1909.
postal da coleção Antonio Marcelino.
Funarte, núcleo de fotografia. 1982.

**IMAGEM 3**

Mulher negra da Bahia
Marc Ferrez (1885)

1. Compare as imagens e descreva-as.
2. A fotografia 1 é muito utilizada para representar a Tia Ciata; no entanto, não sabemos ao certo se essa imagem é realmente dela, pois, nos locais em que é utilizada, não constam informações sobre a origem do retrato. Compare com as demais fotografias e tente apontar prováveis motivos para essa imagem ser relacionada a Tia Ciata.
3. Aponte alguns motivos prováveis para que não tenhamos imagens de Tia Ciata.
- 4 Reflita e responda: por que determinados personagens históricos têm vários registros de sua imagem e outros, não?

Atividade síntese

5. Elabore uma representação de Tia Ciata, que pode ser feita em desenho ou com colagens. Explícite para a turma os motivos de tê-la representado de tal forma.

Saberes e sabores de Tia Ciata

Apresentação: Nessa atividade os alunos vão analisar uma variedade de fontes sobre a feitura de doces e quitutes no século XIX, como: litografia de Debret, depoimentos de parentes e amigos que frequentavam a casa de Tia Ciata contando sobre a atividade quituteira, dados historiográficos sobre mercado de trabalho e anúncios de jornal sobre vaga para vender doces em tabuleiros no Centro do Rio de Janeiro. A partir da leitura atenta das fontes, e das provocações e relações levantadas pelas perguntas das atividades, espera-se que os estudantes compreendam a importância dessa atividade como forma de garantir sustento e dignidade de muitas famílias negras, como a de Tia Ciata, protagonizadas pela atividade quituteira das mulheres negras. E que identifiquem também o conhecimento culinário como algo transmitido e valorizado por essas pessoas.

Objetivos

- Visibilizar a agência de mulheres negras no Brasil do final do XIX e início do XX.
- Valorizar os saberes das tias baianas quituteiras.
- Trabalhar com os conceitos de mudanças e permanências em relação ao período anterior à abolição.
- Trabalhar a crítica das fontes de naturezas diversas (depoimentos, iconográficas, secundárias)

Orientação para a atividade

A partir das fontes disponibilizadas, os alunos irão responder as questões levantadas e preencher a tabela de organização das fontes.

Materiais

Fontes primárias:

- Litografia "Negras livres vivendo de suas atividades", de Jean Baptiste Debret, de 1835.
- Trechos de depoimentos de personagens que frequentavam a casa de Tia Ciata (Tia Carmem e o sambista João da Baiana).
- Trechos de depoimento de Cincinha, neta de Tia Ciata.
- Anúncio de emprego no jornal *O Paiz* de 17 de novembro de 1913.

Fontes secundárias:

- Dados apresentados pelo historiador Sidney Chalhoub, 1986.
- Comentário da historiadora Maria Clementina Pereira Cunha, 2016
- Resumo das informações do artigo da Biblioteca Nacional (BN) sobre a importância do jornal *O Paiz*

FONTE 1

Jean-Baptiste Debret (1768-1848) foi um pintor francês que deixou um acervo muito importante para o estudo da história do país. Ele foi pintor oficial da Coroa Portuguesa no Brasil e continuou no país depois da independência. Debret fez várias ilustrações representando o cotidiano do Brasil no século XIX. Veja essa litografia de 1835.

2^e Partie.

Pl. 52



NEGRESSES LIBRES, VIVANT DE LEUR TRAVAIL.



J.B. Debret del.

Lith. de Thierry Frères, Succ^s de Engelmann & C^o

NEGRESSES MARCHANDES, DE SONHOS, MANOÉ, ALOÁ.

Negras livres vivendo do seu trabalho. Debret, Jean-Baptiste. 1835

FONTE 2

Em 1983, o cineasta Roberto Moura escreveu um livro sobre a vida de Tia Ciata, reunindo, para isso, diversas entrevistas com pessoas próximas a ela, como D. **Carmem Teixeira da Conceição**, conhecida como **Carmem** do Xibuca, irmã-de-santo da tia Ciata no terreiro de João Alabá. Leia o que ela disse sobre a busca por trabalho no momento logo após a abolição da escravidão.

“quem trabalhava mais mesmo era o português, essa gente, espanhóis, era mais essa gente. Não era fácil, eles não gostavam de dar emprego pro pessoal preto da África, que pertencia assim à Bahia, eles tinham aquele preconceito. Mas a mulher baiana arranjava trabalho (...) elas têm assim aquelas quedas, chegavam assim, iaiá, que há? E sempre se empregavam nas casas de família pra fazer um banquete, uma coisa. Tinha fábrica (...) já tinha, mas eram os brancos que trabalhavam na fábrica. Muitas mulheres trabalhavam em casa lavando pra fora, criando as crianças delas e dos outros, mais dos outros do que delas ... ”

Depoimento de Carmem Teixeira da Conceição, Tia Carmem, arquivo Corisco Filmes in MOURA, Roberto. Tia Ciata e A Pequena África no Rio de Janeiro, 1986, p. 102)

FONTE 3

O historiador Sidney Chalhoub, em seu livro *Lar e botequim*, escreveu o seguinte sobre os trabalhadores no Rio de Janeiro do final do século XIX:

“Esses eram os números sobre a estrutura ocupacional da cidade em 1890:
 Havia 89 mil **estrangeiros** economicamente ativos.
 Mais da metade dos **estrangeiros** economicamente ativos trabalhava no comércio, na indústria manufatureira e em atividades artísticas.
 48% dos **não brancos** economicamente ativos eram empregados de serviços domésticos.
 17% dos **não brancos** economicamente ativos eram empregados na indústria,
 16% dos **não brancos** economicamente ativos não tinham profissão declarada.
 E os 19% restantes dos **não brancos** economicamente ativos encontravam-se em atividades extrativas, de criação e agrícolas”

Texto adaptado de CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Ed. Unicamp, [1986, p. 89].

FONTE 4:

Leia o relato de Cincinha, neta de Tia Ciata, também retirado do livro de Roberto Moura sobre a vida de Tia Ciata:

“Elas (as tias) todas sabem fazer doce, a gente aprende de tudo. Elas diziam pra gente: “amanhã, quando casar, se tiver um fracasso com o marido, não precisa pedir ao vizinho nem a parente, é só fazer qualquer coisa pra ganhar dinheiro”. (...) Cada um nas suas casas, os que iam nascendo não sabiam ainda e ia-se ensinando.”

(*Depoimento adaptado de Tia Cincinha in MOURA, Roberto. Tia Ciata e A Pequena África no Rio de Janeiro, 1986*).

FONTE 5:

Veja o que Maria Clementina Pereira Cunha, historiadora, escreveu sobre as mulheres e as atividades de fabricação de doces, em seu livro *Sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930*:

“Pelo menos no Rio de Janeiro, as mulheres negras conseguiam obter mais oportunidades de renda – seja no trabalho doméstico, nos biscates, no comércio de rua ou em outras atividades paralelas –, com as quais conseguiam garantir o sustento de suas famílias de uma forma mais regular que a parcela masculina. As mulheres baianas migradas para a capital do país, ademais, traziam com elas o hábito de se apoiarem mutuamente em torno de atividades como a fabricação de doces e quitutes ou a sua venda nos tabuleiros, em uma corrente de solidariedade habitualmente presidida por laços étnicos e religiosos”.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **"Não tá sopa": Sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930**. 1.ed. São Paulo. Ed. Unicamp, 2016. E-Book. ISBN 9788526813694.

FONTE 6:

João da Baiana foi um importante sambista do início do século XX, filho da baiana conhecida como Tia Perciliana, que frequentava o mesmo terreiro que Tia Ciata, sendo que ele mesmo também frequentava a casa de Tia Ciata. Veja o que ele disse na década de 1970, em entrevista ao Museu da Imagem e do Som, sobre as condições financeiras de sua família:

“Minha família não era rica, mas tinha uns recursozinhos porque meus avós possuíam alguma coisa. Além disso, minha mãe fazia doces da Bahia e tinha empregados na rua. Eram 4 ou 5 tabuleiros. Portanto, a nossa condição econômica não era ruim”.

(Em 1, Rio de Janeiro, MIS, 1970, p.61 apud Maria Clementina Pereira Cunha nota 102 de Não Tá Sopa.)

FONTE 7

O anúncio abaixo foi retirado do jornal *O Paiz*, de 17 de novembro de 1913, quando o endereço indicado no anúncio era o endereço de Tia Ciata.

PRECISA-SE de um empregado de boa conduta, para vender doces; na rua Visconde de Itauna n. 117.

Anúncio de emprego no jornal O Paiz, segunda-feira, 17 de novembro de 1913.

FONTE 8

O Paiz foi um jornal de grande expressão e circulação, publicado no Rio de Janeiro, que durou de 1º de outubro de 1884 até 18 de novembro de 1934. Nos seus primeiros anos, que corresponderam aos anos finais do Segundo Reinado, esse jornal esteve fortemente associado às campanhas abolicionista e republicana e teve como primeiro redator-chefe Rui Barbosa. Durante a República passou por diferentes donos e administrações, mas todas mantiveram apoio aos governos vigentes. Um interessante exemplo desse governismo foi a edição de 27 de novembro de 1910, em que *O Paiz* condenou a Revolta da Chibata e João Cândido, apontando-o como “um homem que violentou a História”.

Fonte: resumo do artigo da Biblioteca Nacional, de 05 de Abril de 2015, sobre a importância do jornal *O Paiz*, disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>. Acessado em 07/10/2020.

Organizando as fontes

Sobre os tipos de fontes⁶² e as informações que se pode obter através delas, preencha a tabela abaixo.

	Época de produção da fonte	Tipo de fonte	Sobre o que trata a fonte?
Fonte 1			
Fonte 2			
Fonte 3			
Fonte 4			
Fonte 5			
Fonte 6			
Fonte 7			
Fonte 8			

Depois que vocês preencherem a tabela, respondam às perguntas a seguir.

1. Veja atentamente a fonte 1 e responda

- a) Qual o tema da litografia feita por Debret?
- b) Descreva o que você vê nessa imagem.
- c) Você conhece ou já ouviu falar nos alimentos presentes na gravura de Debret?
- d) Pesquise e diga de que são feitos esses alimentos.

2. Veja atentamente as fontes 1 e 4. Sobre quais tempos diferentes essas fontes falam? É possível apontar continuidades e/ou mudanças entre os diferentes momentos das fontes? Explique.

⁶² Essa questão dos tipos de fonte deve já ter sido discutida na turma em outros momentos, ou pode ser discutida agora.

3. Compare o depoimento da fonte 2, com os dados da fonte 3. O que essas fontes apontam a respeito das diferenças de acesso a trabalho por negros e estrangeiros no Rio de Janeiro daquela época?

4. Veja atentamente a fonte 7. Como a informação dessa fonte se relaciona com as informações obtidas nas fontes 5 e 6?

5. Qual foi a estratégia adotada por Tia Ciata e Tia Perciliana, para conseguirem garantir seu sustento e de sua família? De que conhecimentos elas se valeram? Esses conhecimentos também são utilizados hoje, como forma de garantir sustento?

Apresentando as conclusões

6. Como forma de sintetizar os aprendizados, os grupos irão escolher uma forma de apresentar suas conclusões a respeito da Tia Ciata e do trabalho no Rio de Janeiro do final do XIX e início do XX, através da representação de cenas de teatro, esquete ou mímica.

Tia Ciata E A Formação Do Samba Carioca

Apresentação: Nessa atividade os estudantes irão se debruçar sobre fontes a respeito da atividade cultural do samba no final do século XIX e início do XX, no Rio de Janeiro e sobre a participação de Tia Ciata em sua produção. São trechos de livros de contemporâneos de tia Ciata, depoimento do sambista João da Baiana, artigo de jornal sobre a então famosa Festa da Penha e os sambas na barraca de Tia Ciata. A partir da leitura dessas fontes e das perguntas levantadas nas atividades, espera-se que os estudantes percebam a fama de Tia Ciata no universo do samba e como foi importante para a realização dos eventos de samba da sua época. No momento seguinte, é disponibilizada, para análise pelos alunos, uma proposta de lei, de 2017, que visava criminalizar o funk. A partir dessa fonte propomos uma reflexão em que os alunos comparem os processos de hierarquização cultural sofridos pelo samba nos tempos de Tia Ciata e o funk na contemporaneidade.

Objetivos

- Evidenciar a efervescência musical de matriz africana no Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX
- Analisar características da formação, através da contribuição e aspectos da vida de Tia Ciata.
- Refletir sobre as hierarquizações culturais como expressão do racismo em diversas temporalidades, comparando com o caso recente do projeto de lei de criminalização do funk, em 2017.

Orientação para a atividade

A partir das fontes disponibilizadas, os alunos irão responder as questões levantadas

Materiais: fontes jornalísticas, depoimentos, música.

FONTE 1

Trecho do livro *Na roda do samba*, de Francisco Guimarães (1880-1946), pseudônimo Vagalume. Ele foi um jornalista negro contemporâneo de Tia Ciata. Era frequentador das rodas de samba na casa dela e tinha uma coluna sobre notícias do

carnaval no *Jornal do Brasil*. Nesse livro, escrito em 1933, ele pretendia contar a história do samba.

“Outro samba afamado era na casa da *tia* Ciata, que nestes últimos tempos foi, sem dúvida, a baiana de maior nome aqui na baía de Guanabara. (...) Vendeu doces toda a sua vida de moça e durante a sua velhice. Trabalhou, trabalhou muito, para ajudar seu marido, o popularíssimo João Baptista, da Imprensa Nacional, que, nos dias de samba, candomblé ou carnaval, ficava doido e não contava com a esposa, porque, se se tratava de *candomblé*, ela, como «Mãe de Santo» que era e das boas, ia ver arriar os orixás e então levava em sua companhia as filhas: Isabel, Pequena e Mariquita; (...); si se tratava apenas de samba, ela estava dentro da roda e, quando era pelo carnaval, esquecia tudo, porque, como foliona de primeiríssima, transformava a sua casa, quer na rua da Alfândega, quer ultimamente na rua Visconde de Itaúna (onde faleceu), em verdadeira Lapinha. Rancho que saísse e não fosse à casa da Ciata não era tomado em consideração, era o mesmo que não ter saído. Os sambas na casa de Ciata, eram importantíssimos, porque, em geral, quando eles nasciam no alto do morro, na casa dela é que se tornavam conhecidos da roda. Lá é que eles se popularizavam, lá é que eles sofriam a crítica dos «*catedráticos*», com a presença das sumidades do violão, do cavaquinho, do pandeiro, do reco-reco e do «*tabaque*». Foi na casa da tia Ciata, num dos seus famosos sambas, que o Donga *apanhou* o Pelo Telephone e fez aquele arranjo musical que o celebrizou como o precursor da indústria (...).”

Fonte: Na roda do samba, Rio de Janeiro, 1933, p.100.Adaptado

- Tia Ciata viveu no Rio de Janeiro de 1872 até sua morte, em 1924. Esse foi um momento de deslocamentos de moradia da população, especialmente negra e pobre, pela cidade. Encontre na fonte informações sobre os deslocamentos de Tia Ciata. Podemos supor que os motivos para essa mudança se relacionam com o contexto da época? Explique.⁶³
- Segundo Vagalume, qual era a importância de Tia Ciata e de sua casa para os sambistas da época?

⁶³ Aqui se espera que os alunos abordem as reformas sanitaristas que afastaram os pobres e negros das regiões mais centrais da cidade. Para que alunos e as alunas saibam que a Visconde de Itaúna ficava afastada, e a rua da Alfândega fica no Centro pode-se trabalhar isso antes usando recursos como mapas da região.

FONTE 2

Em 12 de Janeiro de 1936, quando já era um músico reconhecido, João da Baiana deu uma entrevista ao jornal *Diário Carioca* sobre os primórdios do samba. Veja o que ele diz:

“Sofri muito por causa do pandeiro. Preso diversas vezes no decorrer da intensa campanha que as autoridades moveram contra o samba. Nunca desanimei.”

- Como João da Baiana descreve que era o tratamento dado pela polícia aos sambistas?

FONTE 3

No início do século XX, a Festa da Igreja da Penha era uma importante festa popular do Rio de Janeiro. A festa católica foi, aos poucos, incorporando elementos da cultura afro-brasileira. Leia abaixo a descrição de uma dessas festas, publicada pelo *Jornal do Brasil* em 16 de outubro de 1916:

Sambas e batuques – Os bailes ao ar livre –

O povo divertiu-se a valer – Grupos e choros

Foi um domingo cheio o de ontem.

O senhor Dr. Aurelino Leal permitiu que os romeiros se divertissem à vontade. Felizmente foram bem aceitas pelo Sr. Exc. as ponderações feitas pelo “Jornal do Brasil” pois ninguém acreditaria que a uma festa campestre pudesse um dia ser proibido o samba e o batuque.

É que o Exc. foi vítima de um mal informante.

Os adeptos desse gênero de diversão nunca chegaram ao extremo do assassinio e, enquanto eles se entregam às delícias do samba e do batuque, não abusam dos excessos do álcool.

Ninguém melhor do que o Sr. Dr. Aurelino Leal conhece as grandes festas campestres da Bahia, onde o samba e o batuque chegam ao auge sem que concorram para desordens e grande conflito.

A prova do que afirmamos tivemos-la ontem.

Franqueadas as danças ao ar livre, não houve a menor alteração de ordem, desmentindo-se, portanto, os tais boatos espalhados pelos territórios de que a permissão de tais danças seria transformar a Penha num mar de sangue.

As danças deram ao arraial a nota alegre e festiva.

O primeiro grupo foi organizado em frente à barraca do rancho Macaco é Outro, onde a tia Ciata e a brejeira Pequenina haviam oferecido ao pessoal um suculento “angu à baiana” com todos os requisitos da terra do vatapá.

Quando se falou no samba, como que por um encanto surgiram os pandeiros, e os reco-recos e formou-se a roda. O Macaco é Outro rompeu o samba:

O doutor Chefe de Polícia
Mandou me chamar
Só para me dizer
Que já se pode sambar.

Samba, minha gente
Aqui neste arraial
Vamos dar o nosso viva
Ao Dr Aurelino Leal

Quem tiver disposição
Comigo sambar venha
Porque cá tenho afilhado
De Nossa Senhora da Penha

O seu Chefe da Polícia
Mandou me chamar
Cheguei lá ele me disse:
- Meu moreno vais sambar.

Viva o chefe da Polícia
Que é homem bom e de paz
Viva o seu Dr. Calvet
E o doutor Wenceslau Braz.

Esse grupo deixou depois a barraca da tia Ciata e passou a percorrer o arraial acompanhado de dezenas de foliões (...).

Jornal do Brasil, 16 de outubro de 1916

- Pesquise⁶⁴ quem era Dr Aurelino Leal.
- O que o jornal está agradecendo ao Dr Aurelino Leal?
- Aponte duas visões diferentes sobre o samba na época, possíveis de perceber pela fonte.
- Qual visão sobre o samba é defendida nesse artigo de jornal?
- Que elementos da cultura afro brasileira estão presentes na festa?
- Sobre o que a letra do samba fala?

FONTE 4:

Em janeiro de 2017, um cidadão chamado Marcelo Alonso propôs, através do *site* do Senado, a criação de uma lei para tornar o funk crime. A Comissão de Direitos Humanos debateu e decidiu não transformar a sugestão em projeto de lei, visto que a comissão entendeu ser a matéria contrária à cláusula pétrea da Constituição Federal que garante a livre manifestação de pensamento. Veja abaixo o que Marcelo Alonso afirmou em sua proposta, sobre o funk, e que obteve 20.296 apoios contabilizados.

Ideia Legislativa nº. 65.513

TÍTULO

Criminalização do funk como crime de saúde pública a criança, aos adolescentes e a família

DESCRIÇÃO

É fato e de conhecimento dos Brasileiros difundido inclusive por diversos veículos de comunicação de mídia e internet com conteúdo podre alertando a população o poder público do crime contra a criança, o menor adolescentes e a família. Crime de saúde pública desta "falsa cultura" denominada "funk". (*sic*)

MAIS DETALHES

⁶⁴ Para essa pesquisa sugerimos consultar LEAL, Aurelino.pdf (fgv.br) [rever essa referência; colocar a referência na lista ao final;

Os chamados bailes de "pancadões" são somente um recrutamento organizado nas redes sociais por e para atender criminosos, estupradores e pedófilos à prática de crime contra a criança e o menor adolescentes ao uso, venda e consumo de álcool e drogas, agenciamento, orgia e exploração sexual, estupro e sexo grupal entre crianças e adolescentes, pornografia, pedofilia, arruaça, sequestro, roubo e etc. (*sic*)

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Nome: Marcelo Alonso

E-MAIL: (...)

UF: São Paulo

PÁGINA DA IDEIA

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=65513>

DADOS DE CONTROLE DO E-CIDADANIA:

Data da publicação da ideia: 24/01/2017

Data de alcance dos apoios necessários: 16/05/2017

Total de apoios contabilizados até a presente data: 20.296

Opções de atividade de síntese e apresentação de conclusões à turma

Opção 1

- Vimos, na fonte 4, que Vagalume escreveu no *Jornal do Brasil* defendendo o samba e os sambistas frente às acusações que eram feitas a eles à época. Agora, imagine que você tem uma coluna no jornal e escreva uma carta aberta de resposta ao Sr Marcelo Alonso, expondo suas reflexões e se posicionando a respeito desse projeto de criminalização do funk.⁶⁵

Opção 2

O centenário do samba foi comemorado em 27 de novembro de 2016, em referência à data em que, 100 anos antes, Donga registrou o samba “*Pelo telefone*” na Biblioteca Nacional. Esse registro é considerado o marco formal do nascimento desse estilo musical. Vamos ouvir e ler abaixo uma das várias versões da letra de “Pelo telefone”

Pelo telefone

O chefe da polícia pelo telefone manda me avisar

⁶⁵ Sugerimos que essa atividade seja realizada após uma discussão com os alunos sobre as possíveis motivações para as tentativas de criminalização das expressões culturais de matriz africana e de cunho popular, seja por parte de algumas pessoas seja do Estado, levantando questões como racismo e vigilância.

Que na Carioca tem uma roleta para se jogar
O chefe da polícia pelo telefone manda me avisar

Que na Carioca tem uma roleta para se jogar

Ai, ai, ai,

Deixa as mágoas para trás, ó rapaz

Ai, ai, ai,

Fica triste se és capaz, e verás.

Ai, ai, ai,

Deixa as mágoas para trás, ó rapaz

Ai, ai, ai,

Fica triste se és capaz, e verás.

Tomara que tu apanhes

Pra nunca mais fazer isso

Roubar amores dos outros

E depois fazer feitiço.

Ai, a rolinha / Sinhô, Sinhô

Se embaraçou / Sinhô, Sinhô

Caiu no laço / Sinhô, Sinhô

Do nosso amor / Sinhô, Sinhô

Porque esse samba, /Sinhô, Sinhô

É de arrepiar, /Sinhô, Sinhô

Põe a perna bamba / Sinhô, Sinhô

Mas faz gozar / Sinhô, Sinhô

O "Peru" me disse

Se o "Morcego" visse

Não fazer tolice,

Que eu então...

Fonte: <https://www.diariofm.com.br/letras/pelo-telefone>

- Conte o que você aprendeu sobre a vida da Tia Ciata e sua participação na formação do samba em forma de paródia da música Pelo Telefone.

A fé de Tia Ciata

Apresentação: Nessa atividade os estudantes irão se debruçar sobre o ordenamento jurídico sobre a liberdade religiosa do início da Primeira República e com notícias de perseguição ao candomblé e seus fiéis. A partir das questões levantadas nas atividades, espera-se que os estudantes percebam as ambiguidades nas leis e na sociedade que facilitavam a perseguição ao culto de matriz africana, por não reconhecer a legitimidade dessa fé. Além disso, os alunos terão contato com fontes sobre como Tia Ciata conseguiu exercer o direito a sua prática religiosa. Com isso, esperamos que os alunos reflitam sobre as estratégias de Tia Ciata frente as dificuldades do seu tempo.

Objetivos

- Evidenciar as ambiguidades do processo de laicização do Estado brasileiro no início da República, a partir da Constituição de 1891 e do Código Penal de 1890;
- Problematizar a negação da legitimidade de existência das religiões afro-brasileiras no início do século XX;
- Visibilizar as ações de tia Ciata no exercício de sua fé.
- Discutir o racismo religioso na atualidade

Orientação para a atividade

A partir das fontes disponibilizadas os alunos irão responder às questões levantadas

Materiais: fontes jornalísticas, leis e depoimentos

FONTE 1

Com a Proclamação da República, novas leis foram elaboradas para regulamentar os princípios do novo regime político. Veja o Decreto 119-A abaixo, que instituiu a separação entre a Igreja e o Estado

DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, DECRETA:

Art. 1º É proibido à autoridade federal, assim como à dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas.

Art. 2º A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos atos individuais, senão também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.

(...)

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões do Governo Provisório, 7 de janeiro de 1890, 2º da República.

- Pesquise e responda: o que significa Estado laico?
- De acordo com esse decreto, a liberdade religiosa é assegurada? Explique.

FONTE 2

A Constituição é o conjunto de leis fundamentais que organiza e rege o funcionamento de um país. É a lei que determina como devem ser produzidas as demais e serve como garantia de direitos e deveres. Veja abaixo o artigo 11 da Primeira Constituição da República do Brasil

CONSTITUIÇÃO DE 1891 (24 de fevereiro de 1891)

Art. 11 - É vedado aos Estados, como à União:

2º) estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos;

- O que a Primeira Constituição da República do Brasil garantia em seu artigo 11?

FONTE 3

O Código Penal é um conjunto de regras sistemáticas com caráter punitivo. Tem como objetivo estabelecer os delitos e prever as sanções. Leia abaixo os artigos 157 e 158 do Decreto 847 do Código Penal de 1890.

Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 (Promulga o Código Penal).

DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública. [...]

Penas - de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000 (de cem mil a quinhentos mil réis)

Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro.

Penas - de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000 (de cem mil a quinhentos mil réis).

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 (Promulga o Código Penal). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20/07/2020

FONTE 4

**O "Candomblé" do Ludgero
foi por agua abaixo...**

A policia interrompe uma "sessão" effectuando cerca de trinta prisões



Um grupo de crentes na delegacia do 6º distrito

Já os jornaes têm movido uma energica campanha contra essa casta de exploradores que vive á custa da credence popular. Esses espartalhões, que de quando em vez ajustam contas com a nossa policia, continuam a manter os seus antros, onde o incauto ali vai deixar o dinheiro ganho a custo, em troca de meia duzia de palavras baiofas e de outros tantos passes que de *magicos* só têm o nome.

É assim, os adivinhos de meia tijela, armam as suas tendas e ali esperam, confiantes, o cliente que na maioria dos casos, e pela sua propria ignorancia, se convencido de que tudo "aquillo" é verdade.

A concorrência augmenta, os "magicos" sorriem de contentes, pelo resultado obtido, e é esse o "negocio" de que muitos individuos desoccupados vivem, prejudicando innumerous outros.

Contra esses é que precisa agir, sem restricções, a nosa policia, e o que fizeram hontem, nesse sentido, as autoridades do 6º distrito, é digno de menção.

Sabia a policia, por denuncia, que ha pouco fóra installado um *consultorio* de adivinhos, á rua Cardoso Junior n. 157.

Hontem, á noite, o commissario Vital, de serviço na delegacia, dirigiu-se á tal casa, acompanhado do agente Januario, de guardas-civis e praças.

Ao chegar ao *consultorio*, a autoridade ficou surpresa em ver tanta gente ali, em silencio quasi religioso. Eram cerca de 30 *crentes*, que ouviam, pasmados, boquiabertos, a palavra do *magico* Ludgero Marques da Silva, bahiano, de cor preta e que na *sessão* estava com umas vestes de cor avermelhada.

Ludgero, pois, bem installado com o seu *candomblé*, tinha ao lado seu secretario — o Perciliano da Silva. Por todos os cantos viam-se bugangas: passaros, armas, pinturas de toda a sorte.

—Parem com Isso! gritou a autoridade.

Foi um susto e um reboliço. Todos se levantaram a um só tempo. O *magico* Ludgero olhava surpreso para o secretario, como que a indagar:

—Que diabo vem a ser isso, a estas horas?...

Mas o commissario Vital, *estrapou* a *sessão*, convidando todos a acompanhá-lo até a delegacia.

A comitiva partiu, chamando a attenção de meio mundo.

Ludgero e seu *secretario* foram autoados e mettidos no cadrez, enquanto que os *fieis* ficavam detidos por algumas horas, para ver se tomavam mais juizo...

YORK cigarro-mistura
Uma delicia da casa VEADO
300 REIS

A legação da Belgica
A datar do dia 10 do corrente a legação da Belgica será transferida da rua Barão de Petropolis n. 681, em Santa Thereza, onde funciona actualmente, para a rua Nossa Senhora de Copacabana numero 995.

Gazeta de Notícias (RJ) 4 de maio de 1917

- Depois de ler as fontes 3 e 4, responda: por que, apesar de a Constituição proibir que o Estado atrapalhe (embarace) o exercício de cultos religiosos, a policia reprimiu o Candomblé de Ludgero?
- Qual lei era usada para justificar a repressão policial ao Candomblé?

FONTE 5

Bucy Moreira era neto de Tia Ciata, tendo vivido com ela até os seus 15 anos, quando ela veio a falecer, em 1924. Veja abaixo o que ele contou sobre Wenceslau Braz, presidente do Brasil entre 1914 e 1918, em entrevista concedida ao cineasta Roberto Moura, autor do livro sobre a tia baiana, *Tia Ciata e a Pequena África*.

“Eu vou contar a história. Aqui na Polícia Central tinha um sujeito que se chamava Bispo quando eu era criança. (...) Ele era investigador e chofer do chefe de polícia, esse Bispo. Então o Wenceslau Brás (...) tinha um equizema aqui na perna que os médicos na junta médica diziam não poder fechar. “Se fechar morre!” O Bispo disse pro Wenceslau Brás: “Eu tenho uma pessoa que lhe cura disso”. Era o tal Bispo, esses velhos investigadores, um senhor de bem. Ele disse: (...) “Ciata você pode deixar, ele é um bom homem, é um senhor de bem, o presidente e tal...” (...) Ela disse: “Quem precisa de caridade que venha cá”. Ele disse: “Mas ele é o presidente da República”. “Então eu também não posso ir lá, não tenho nada com isso não, não dependo dele”. “Ah, mas você tem que fazer alguma coisa, eu dei minha palavra que você ia”. (...) Aí ela (...) recebeu orixá, primeiro pra saber se podia curá-lo, o orixá disse: “Isso não é problema, cura facilmente, não vai acontecer nada, pode deixar”. Então foi que ele ordenou. Então ela estabeleceu: “São dessas ervas que eu faço medicamento pra ele se curar, dentro de três dias tá fechado, ele não precisa botar mais nada”. Então mandou lavar com água e sabão e botar aquela coisa em pó, torrar aquilo e botar, ficou curado. Então ele perguntou o que ela queria. Ela terminou mesmo indo porque o Bispo (...) tava sempre lá em casa e fez, forçou a barra, e ela foi lá fazer o serviço. Ela mesmo lavou o pé dele com água e sabão: “Não mexa, não põe nada, amanhã lava outra vez e põe esse. Três dias. Se não fechar, põe mais três dias”. E dentro de três dias estava curado. Quando ele tirou a faixa tava limpo. Agora perguntou a ela o que queria. “Não, não quero nada. Desejaria para o meu marido, o senhor pudesse melhorar a situação dele. Minha família é numerosa.” Ele disse assim: “Que que eu posso fazer? Compreende? Qual o estudo que ele tem?” Ela disse assim: “Lá na Bahia ele foi secundarista de medicina e tal”. “Ah! então eu tenho um lugar pra ele, vou botar ele aqui no gabinete do chefe de polícia”. Foi ele quem botou, foi isso, foi assim” (Depoimento de Bucy Moreira a Roberto Moura, adaptado).

- Levando em consideração o cenário de perseguição policial aos cultos de matriz africana, o que poderia significar para Tia Ciata que o seu marido trabalhasse no gabinete do chefe de polícia?
- De que conhecimentos Tia Ciata se valeu para ajudar o presidente Wenceslau Brás?

Escolha uma das opções de atividade síntese abaixo, para realizar e apresentar à turma

Opção 1: Vimos que as pessoas que professavam religiões de matriz africana enfrentavam dificuldades para exercer sua fé nos primeiros anos da República. Situações semelhantes ainda ocorrem hoje? Faça um cartaz em que aponte as semelhanças e/ou diferenças entre a situação dos adeptos de religiões de matriz africana nos tempos de Tia Ciata e na atualidade.

Opção 2: Pergunte a duas pessoas da sua família ou vizinhança sobre chás ou outra receita com ervas que são utilizados para os problemas de saúde listados abaixo e anote as respostas. Pode acrescentar problemas à lista, se necessário.

Problema de saúde	Entrevistado 1	Entrevistado 2
a) resfriado		
b) ansiedade		
c) febre		
d) tosse		
e) diarreia		

Resumo do Samba⁶⁶

Apresentação: Essa atividade foi elaborada para ser realizada por todos os alunos, como forma de concluir a pesquisa sobre as histórias de vida de Tia Ciata. Depois de estudarem sobre a importância de Tia Ciata na formação do samba, consideramos interessante trazer a experiência de ouvir e analisar um samba-enredo em aula. O samba escolhido é o Samba-enredo da escola Acadêmicos de Vigário Geral 2021, chamado: *“Pequena África”: da escravidão ao pertencimento, camadas de memórias entre o mar e o morro*, que narra momentos históricos da população africana e seus descendentes no Rio de Janeiro, desde a escravização, até a formação do samba e menciona personagens como João da Baiana e Tia Ciata, com os quais, a essa altura, os alunos devem estar mais familiarizados. As questões levantadas têm o objetivo de tornar termos das religiões de matriz africana mais conhecidos pelos alunos. Além disso, as questões também solicitam que os alunos identifiquem os personagens estudados que aparecem na música. Com isso, pretende-se retomar conhecimentos desenvolvidos nas oficinas anteriores e celebrar o samba.

Objetivos

- Valorizar o samba como expressão cultural de matriz africana
- Conhecer palavras de origem africana e seus significados
- Identificar personagens importantes para a formação do samba.

Orientação para a atividade

A partir das fontes disponibilizadas, os alunos irão responder as questões levantadas

Materiais

Áudio e letra do samba-enredo da Acadêmicos de Vigário Geral 2021

<p>Samba-enredo da escola Acadêmicos de Vigário Geral 2021</p> <p>“Pequena África”: da escravidão ao pertencimento, camadas de memórias entre o mar e o morro</p> <p>Carnavalescos: Lino, Marcus do Val e Alexandre</p>

⁶⁶ Em referência a expressão “resumo da ópera”.

Intérprete: Tem-Tem, participação especial: Xande de Pilares

Autores: Júnior Fionda, Fagundinho, Luis Carlos D'avenida, Marcelinho Santos, Domenil Santos, Robert Farrow, Luiz Pião, Gigi Da Estiva, Fadico, Romeu, Felipe Revelação, Silvana, Rodrigo Shumacher E Carlinho Ousadia

Sou o filho do cativoiro

Vento de balançar maré (ô maré)

O clamor que vem dos **tumbeiros**

Fiz do Largo do Passo **Axé**

A candeia de Angola, Moçambique e do Congo

Fui o cais da esperança

A pujança do **Valongo**

Pretos novos acuados

Feito ratos de armazém

Suplicavam piedade

Aos senhores do vintém

"Donde" vem essa voz seu moço

É um canto de oração

Lerê lerê vem do Morro da Conceição

"Donde" vem esse canto **forro**

Ecoa de norte a sul

É Alabá da falange de **omolu**

Iyá kekerê foi Ciata d'**Oxum**

Quilombo da arte, **cangira vodum**

Prazeres por Heitor que deu o nome

Onde Donga ao telefone fez a jura pro sinhô

Eu vi brotar João e Pixinguinha

No terreiro das baianas...

De Gandhi fui herdeiro do **agogô**

Sou o fim de todo açoite

Cria da favela

Onde guardam nossa origem

Sou vigário sentinela

Aos rebanhos de pastores que me queiram destruir

Da estiva sou patente
Negro ruim de desistir

Atabaque evocou **orixá** no **ilê**
E o ponto firmou no toque do **alabê**
Pequena África... Raiz cultural
O samba resiste na **Pedra do Sal**

<https://www.caminhosdoriorio.net/site/noticias/carnaval/carnaval-2021-gres-academicos-de-vigario-geral-samba-enredo/>

1. Relacione as palavras em negrito com o seu significado, descrito abaixo.⁶⁷

- a) Instrumento de percussão feito de sinos que marcam o toque dos Orixás.
- b) Navio que fazia o transporte de africanos escravizados para as Américas em péssimas condições.
- c) Força vital que dá vida a todas as coisas, presente especialmente em objetos ou seres sagrados, também nome de objeto sagrado. Expressão utilizada para passar força espiritual. Pode ser ainda o mesmo que “amém”, “assim seja”.
- d) Região portuária carioca que foi porta de entrada de africanos escravizados.
- e) Casa de Candomblé.
- f) O mesmo que Mãe Pequena, uma função importante dentro do candomblé.
- g) Orixá de natureza guerreira que tem o poder de combater as doenças.
- h) Entidade do culto Jêje, correspondente aos orixás iorubás.

⁶⁷ Professora/professor, havendo possibilidade material, sugerimos confeccionar cartões com as palavras em negrito e outros cartões com os significados e pedir ao alunos para associarem os cartões corretamente, formando pares de palavra- significado.

i) Africanos que morriam antes de desembarcarem ou imediatamente depois do desembarque, antes de serem escravizados.

j) Quem recebeu alforria, ou seja, liberto; alforriado.

k) Lugar que ficava bem próximo ao mar, servia como ponto de embarque e desembarque de sal e que, desde o século XX, adquiriu especial importância para a cultura afro-carioca e para os amantes do samba.

l) Lugar onde são realizadas as danças

m) Tocador de tambores líder no terreiro. Aquele que canta pontos de Candomblé.

n) Uma região do Rio de Janeiro compreendida pela zona portuária, Gamboa e Saúde, que teve forte presença africana e onde se desenvolveu o samba carioca.

o) Orixá que é a rainha da água doce, dona dos rios e cachoeiras, cultuada no candomblé e também na umbanda.

2. Identifique no texto e transcreva abaixo trechos em que se fala sobre:

a) Locais da África de onde muitos negros trazidos ao Brasil vieram

b) Tia Ciata e sua religião

c) Diferentes situações vividas pelos africanos e seus descendentes no Brasil.

3. Leia o texto do artigo “Donga, um dos inventores do samba”, publicado no site da Fundação Cultural Palmares (<https://www.palmares.gov.br/?p=41345>) e, em seguida, identifique personagens importantes para a formação do samba, que são mencionados na letra da música.

PROFESSOR HEMETÉRIO

Linha do tempo da vida de Tia Ciata e Hemetério

Apresentação: Essa atividade é uma continuação do “Varal da Tia Ciata”. De forma semelhante a atividade do varal, os estudantes vão escolher eventos da história de vida, só que dessa vez de Hemetério dos Santos e incluí-los na sequência cronológica já feita anteriormente. Ao fazer isso, os estudantes vão precisar repensar as escolhas anteriores, se mantêm ou não. Consideramos interessante incluir essa atividade, para que os alunos também possam localizar Hemetério dos Santos no seu contexto histórico e perceber também aquelas relações entre os eventos de sua vida com os acontecimentos do Rio de Janeiro, do Brasil e do mundo. E, agora, também em comparação com Tia Ciata.

Objetivos

- Contextualizar os eventos da vida do professor Hemetério.
- Observar as vidas de tia Ciata e Hemetério simultaneamente.

Materiais

- Barbante e pregadores
- Fichas com os eventos, contendo registros da data e do evento.

Orientação para a atividade

Essa atividade consiste em incluir eventos da vida do professor Hemetério dos Santos no “varal de Tia Ciata”, criando, assim, uma linha do tempo das vidas de Tia Ciata e do professor Hemetério.

De forma semelhante à atividade do varal, serão distribuídos, aleatoriamente entre os grupos de estudantes, fichas/eventos para cada grupo observar e, em seguida, colocar, de forma cronologicamente ordenada, no varal. Conforme cada grupo for incluir suas fichas/eventos no varal, pode alterar a arrumação do grupo anterior com vistas a obedecer ao critério cronológico.

É importante orientar os alunos para a possibilidade de, a partir da linha horizontal, também puxar linhas verticais para colar eventos que percebam como simultâneos.

Eventos para confecção das fichas

- 1858- Nascimento de Hemetério dos Santos, em Codó, Maranhão.
- 1875- Chegada de Hemetério no Rio de Janeiro
- 1878- Hemetério tornou-se professor no Colégio de Pedro II
- 1885- Hemetério casou-se com Rufina Vaz de Carvalho
- 1888 (outubro) -Nascimento da primeira filha de Hemetério: Coema.
- 1889 (maio)- Hemetério é nomeado, pelo imperador, como professor do Colégio Militar.
- 1897- Hemetério torna-se professor da Escola Normal do Distrito Federal
- 1919- Hemetério, como professor do Colégio Militar, recebe a patente de tenente coronel honorário do Exército.
- 1930- Hemetério aposentou-se.
- 1939 - Falecimento do professor Hemetério, Rio de Janeiro.

Hemetério e as diferentes realidades dos negros no Brasil do final do século

XIX

Apresentação: Nessa atividade os alunos vão se debruçar sobre os dados do recenseamento de 1872 a respeito da situação da população livre no Brasil, disponibilizados em formato de tabela, para melhor compreensão pelos estudantes. Esses dados mostram que em 1872 a maioria da população de pretos e pardos já era livre. Depois, os alunos vão analisar uma imagem de jornal que mostra na mesma página o anúncio de “procura-se escravo fugido” e uma oferta de aulas na escola do Professor Hemetério, um homem visivelmente preto, como mostra a fonte 3. Através da leitura atenta das fontes e das questões propostas, espera-se que os alunos possam compreender a variedade de experiências de ser negro em fins do século XIX, mesmo antes da abolição. Almejamos possibilitar romper com certa visão esquemática, segundo a qual toda população negra só conheceu a liberdade após a Lei Áurea.

Objetivos

- Identificar as diferentes realidades dos negros no Brasil, no final do século XIX.
- Contextualizar a situação da população negra no início da carreira de Hemetério como professor;
- Desenvolver habilidades interdisciplinares entre matemática (conjunto, porcentagem e construção de gráficos) e história.
- Trabalhar a compreensão de dados demográficos.

Duração: 1 tempo de aula

Fonte 1

A tabela abaixo contém alguns dados sobre a população brasileira em 1872, de acordo com o censo daquele ano

POPULAÇÃO BRASILEIRA EM 1872				
Branços	Pretos e Pardos livres	Pretos e pardos escravizados	Caboclos*	Total
3.787.289	4.245.428	1.510.802	386.955	9.930.474

*Durante o Império os indígenas eram classificados como “caboclos”

Fonte 2

E essa outra tabela mostra a situação da população preta e parda do Brasil nas últimas décadas da escravidão, também de acordo com o censo de 1872. Veja:

PRETOS E PARDOS		
Livres	Escravizados	Total
4.245.428	1.510.802	5.756.230

(Censo de 1872, disponíveis em

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf)

- 1) Qual era a porcentagem de pretos e pardos no Brasil, de acordo com o censo de 1872?
- 2) Qual a porcentagem da população preta ou parda que era livre em 1872, de acordo com o recenseamento?
- 3) Quantos anos antes da abolição esse censo foi feito?
- 4) Faça um gráfico (pode ser em formato de bastão ou pizza) com os seguintes dados da população brasileira de 1872: brancos, pretos e pardos livres, pretos e pardos escravizados e caboclos.
- 5) Quais informações sobre a população livre no Brasil de 1872 podemos observar no gráfico construído na atividade anterior?

Fonte 3

Foto de Hemetério José dos Santos (Fonte: Biblioteca Nacional)

Fonte 4

<p align="center">ESCRAVO FUGIDO</p> <p>Desappareceu ha dias, da rua do Cotovello n. 23, onde estava alugado, o escravo Manoel, crioulo da Bahia, tem falla de mulher e todo muito adamado. é bonita figura, cõr fãla, idade 23 annos, estatura regular e muito prosa. Costuma andar pela rua da Misericordia, e dizia ter quarto alugado no becco dos Ferreiros, porque era livre. Disse a alguem que ia dar um passeio até Angra dos Reis, e disse tambem ir alugar um commodo lá para a Cidade Nova. Já esteve em Valença, no lugar chamado Cremã, casa do Dr. Torquato Villares. Roga-se a quem o descobrir o favor de o apprehender, e levar á rua de S. José n. 56, a João Pinheiro de Magalhães Bastos, que gratificará o portador e pagará mesmo a despeza que para isso tenha feito; recommenda-se á policia, e protesta-se contra quem o tiver acontado.</p>	<p>gusto Vieira, e ficando a cargo do socio Antonio da Silva Vasconcellos todo o activo e passivo da casa. Fazem esta declaração para os effeitos legais.</p> <p>Ribeirão Preto, 30 de Janeiro de 1883. — Antonio da Silva Vasconcellos. — José Augusto Vieira.</p>				
<p align="center">COMMODO</p> <p>Precisa-se de um bem arejado, com entrada independente: para um moço do commercio, não excedendo o aluguel de 5\$ a 10\$ mensaes; quem tiver queira deixar carta no escriptorio desta folha com as iniciais M. O. C.</p>	<p align="center">PEQUENO JARDIM DA INFANCIA OU ENSINO PRIMARIO INTUITIVO PROFESSADO POR HEMETERIO JOSÉ DOS SANTOS EX-EXPLICADOR PARTICULAR NO COLLEGIO D. PEDRO II</p>				
<p align="center">PLISSÉS</p> <p>Fazem-se por machina, sem lustro, fazem-se babados de pregas largas, até á altura de 1 metro, e tambem fazem-se babados macheados, largos e estreitos; na rua Sete de Setembro n. 27, sobrado.</p>	<p>Numero limitado: trinta alumnos de 5 a 11 annos Preferem-se meninos completamente analphabetos.</p> <p align="center"><i>Pensão</i></p> <table border="0"> <tr> <td>Por trimestre (adiantado)</td> <td>25\$000</td> </tr> <tr> <td>Por mez (idem)</td> <td>10\$000</td> </tr> </table> <p>O Jardim tem mobilia e apparatus proprios. As aulas se abrem a 1 de Março.</p> <p align="center">42 RIO-COMPRIDO 42</p>	Por trimestre (adiantado)	25\$000	Por mez (idem)	10\$000
Por trimestre (adiantado)	25\$000				
Por mez (idem)	10\$000				

Jornal do Commercio, 13 fevereiro de 1883, Edição 44, p. 5.

1. A fonte acima é uma página de anúncios do *Jornal do Commercio*, um importante jornal da capital do Império do Brasil, de 13 de fevereiro de 1883. Quais anúncios podemos ver nessa parte da página?

2. Após observar as fontes 3 e 4, aponte que anúncios da fonte 4 mostram duas pessoas negras com realidades bem diferentes?

Professora ou professor, caso haja conexão com a internet, sugerimos que a edição do jornal seja consultada diretamente pelos estudantes no acervo da BN, através do link: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/7419, de forma que seja possível

“folhear” as várias páginas dessa edição. Nesse caso podem ser propostas as seguintes questões:

1. Encontre, no mesmo jornal, anúncios de mercadorias com preço. O que 10 mil-réis poderiam comprar (o preço mensal no curso de Hemetério) ou mesmo os 25 mil-réis (o preço trimestral)?
2. Se as crianças alunas de Hemetério eram pessoas pobres, o que significava, para os pais/mães, pagarem 10 mil-réis por mês?

Atividade síntese

Após o trabalho com as fontes, elaborem uma forma de apresentação em grupo para contar à turma o que vocês entenderam sobre a realidade da população negra na década de 1880.

Hemetério contra o racismo de sua época

Apresentação: Nessa oficina os estudantes irão refletir sobre a política de embranquecimento da população empreendida pelo Estado brasileiro na Primeira República e analisar o discurso do racismo científico vigente no final do XIX e início do XX, no qual se baseava essa política. Para isso, irão ler as fontes: Decreto n. 528 - de 28 de junho de 1890, que regularizava o serviço da introdução de imigrantes no Brasil e o quadro “A Redenção de Cam”, de 1895. Além disso, vão refletir sobre os embates públicos que o professor Hemetério dos Santos travou com figuras proeminentes da época, e como mobilizou seus conhecimentos de história contrapondo-se a idéia de inferioridade no negro e afirmando uma imagem positiva para essa população. Nessa parte da oficina os estudantes terão contato com algumas das cartas públicas de Hemetério e seus oponentes publicadas em jornais, como *A Imprensa*, *O Imparcial* e *O Exemplo*.

Objetivos

- Identificar o discurso e a política de embranquecimento promovidos pelo Estado brasileiro nos primeiros anos da República.
- Visibilizar disputas pela construção dos sentidos de ser negro na Primeira República e as ações do professor Hemetério dos Santos nesse sentido.

Fontes:

- Decreto n. 528 - de 28 de junho de 1890, que regularizava o serviço da introdução de imigrantes no Brasil.
- Quadro “A Redenção de Cam”, de 1895.
- Artigo de Alcindo Guanabara no jornal *A Imprensa* 29/09/1913, 1ª página, Rio de Janeiro, em que ataca Hemetério.
- Resposta de Hemetério em *O Imparcial* de 20/10/1913
- Carta aberta ao professor Hemetério dos Santos de autoria de Benedicto Valladares, em *O Imparcial* de 04 de novembro de 1913.
- Carta de Hemetério dos Santos “Porque não votamos no sr. Ruy”, publicada em 09/03/1919 no jornal *O Exemplo*.

Fonte 1

Em 28 de junho de 1890, o governo da recém-proclamada República publica o Decreto n. 528, que regularizava o serviço da introdução de imigrantes no Brasil. Leia parte desse decreto abaixo.

DECRETO N. 528 - DE 28 DE JUNHO DE 1890

Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil.

O Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação:

- Considerando a conveniência de regularizar o serviço da imigração na República, de modo que os imigrantes tenham segura garantia da efetividade dos auxílios que lhes forem prometidos para o seu estabelecimento;
 - Considerando que da adopção de medidas adequadas e tendentes a demonstrar o empenho e as intenções do Governo, relativamente à imigração, depende o desenvolvimento da corrente imigratória e a segura aplicação dos subsídios destinados àquele serviço, ao qual se acha intimamente ligado o progresso da Nação;
 - Considerando que a proteção dada aos imigrantes e as medidas que assegurarem a sua pronta e conveniente colocação concorrem eficazmente para interessá-los na prosperidade dos estabelecimentos em que forem localizados;
- (...)

**DECRETA:
PARTE PRIMEIRA
CAPÍTULO I**

DA INTRODUÇÃO DE IMMIGRANTES

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, exceptuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas.

Art. 2º Os agentes diplomáticos e consulares dos Estados Unidos do Brasil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos imigrantes daqueles continentes, comunicando imediatamente ao Governo Federal pelo telégrafo quando não o puderem evitar.

Art. 3º A polícia dos portos da República impedirá o desembarque de tais indivíduos, bem como dos mendigos e indigentes.

(...)

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

1. Identifique os indivíduos que, de acordo com esse decreto, não teriam livre entrada no Brasil.
2. Qual seria o objetivo de se restringir a entrada desses grupos?

3. Destaque no texto trechos que apontem que o governo iria investir na vinda de determinados imigrantes.

Fonte 2

O quadro “A Redenção de Cam”, pintado em 1895 por Modesto Brocos e premiado em sua época, é considerado uma representação visual do projeto racial para o Brasil daquele momento. O título da obra é uma referência à história bíblica da maldição lançada por Noé sobre seu filho Cam. Diz a passagem que Noé dormiu embriagado de vinho. Cam, seu filho, riu da nudez do pai. Ao acordar, o pai então amaldiçoou Canaã, filho de Cam, a ser “servo dos servos”. E há interpretações desse texto que compreendem Canaã e os descendentes de Cam como africanos.



1. Descreva o que você vê nesse quadro.
2. Como já dissemos, esse quadro é considerado uma representação visual do projeto racial para o Brasil daquele momento. Que projeto racial era esse? Explique.

Fonte 3

Em 1913 o professor Hemetério dos Santos escreveu uma carta ao então senador Pinheiro Machado tratando das dificuldades encontradas por homens negros em ocupar determinados espaços sociais e políticos. Ao tomar conhecimento das queixas de Hemetério, outro senador, Alcindo Guanabara, fez os seguintes comentários a esse respeito, em seu jornal *A Imprensa*.

Os filhos de Cam pedem piedade. Arroga-se a falar por eles um representante da raça **malsinada**, que é aliás um culto espírito e uma inteligência respeitável. Referimo-nos ao sr. professor Hemetério dos Santos. (...)

Preconceito de raça, má vontade contra o negro, ódio ao negro, repulsão ao negro? Nada disso se verifica na sociedade brasileira. Jamais um negro de valor sofreu entre nós a contrariedade sistemática, oposta pelos homens brancos (...) Hoje (...) já são raros os negros de inteligência, energia e saber querer capazes de abrir o caminho da vitória e da felicidade. Por quê? Por um fenômeno social, talvez já notado mais de uma vez; porque a raça definha absorvidos os seus melhores elementos pela raça branca, mais numerosa e possuidora de melhores qualidades para a luta (...)

Não. Decididamente não é o preconceito de cor a razão de escassearem os homens negros nos altos postos da República, nas artes e nas letras. A razão é o definhamento da raça, consequência de um fenômeno social positivo e explicável. O que há, em suma, para o Brasil, sociologicamente falando é a “morte” do negro.

(Alcindo Guanabara no jornal *A Imprensa* 29/09/1913, 1ª página, Rio de Janeiro)

Glossário

Malsinado: o mesmo que caluniado

1. A quem Alcindo Guanabara se refere como os filhos de Cam e por quê?
2. Como o autor explica a escassa presença dos negros nos altos postos da República?
3. Identifique no texto influências das teorias raciais da época.
4. O que Alcindo Guanabara está chamando de “fenômeno social positivo e explicável”?

Fonte 4

Quase um mês após a publicação do artigo de Alcindo Guanabara, Hemetério escreve uma resposta, que é publicada no jornal *O Imparcial* de 20/10/1913. Vejamos abaixo.

Exmo. sr. senador Alcindo Guanabara, parente, correligionário e aliado
 Só agora posso dar resposta às considerações, falsas e errôneas que, impolida e descortesmente fez v. ex. (...)
 O negro nunca foi estúpido, fraco, imoral ou ladrão (...)
 Todos sabem como o negro em pouco tempo, vinculando-se ao solo (...) adquiriu a rudimentar ciência conhecida dos seus dominadores e se tornou o único lavrador nosso, a quem na míngua e na pior qualidade dos alimentos, o inclemente sol respeitava, desenvolvendo lhe sem letras e sem livros a inteligência portentosa (...) tornando-o de cedo o só operário nosso da cidade, o abridor de roteiros, o prático de estradas de ferro, o artesão, o artista, nos vários aspectos da estética cantor em desafios, repentista e tropeiro (...)
 Sejamos brasileiros aumentando a herança que orgulhosamente nos deixaram os nossos maiores e não a afeiemos por imitações descabidas. Disso é que nos devemos envergonhar e não de termos sangue de negro e de africano...
 Só ladrão se julga superior ao roubado, sua vítima, que por cúmulo de desgraça, morre sob as rodas do automóvel pago com o seu dinheiro...
 (Hemetério dos Santos no jornal *O Imparcial* 20/10/1913, Rio de Janeiro)

1. Nesse texto, como Hemetério descreve a importância dos negros para o Brasil?
2. O que Hemetério aponta que deveria ser motivo de vergonha para os brasileiros?
3. Explique a metáfora usada por Hemetério ao final do texto: “Só o ladrão se julga superior ao roubado, sua vítima, que por cúmulo de desgraça, morre sob as rodas do automóvel pago com o seu dinheiro”.

Fonte 5

Esse debate envolvendo o professor Hemetério a respeito das qualidades e da importância dos negros continuou aparecendo nos jornais. Em 4 de novembro de 1913, Danton Benedicto Valladares, professor da Faculdade de Direito, publicou uma carta aberta ao professor Hemetério dos Santos, chamada *Em Defesa de uma Raça*. Leia trechos abaixo.

Em Defesa de uma Raça

Li sua excelente carta ao ilustre senador Alcindo Guanabara (...). Venho apenas felicitá-lo pela erudição histórica e sociológica que revelou em sua carta que li hoje no *Imparcial*. Não somente por isso, como pela justiça (e a justiça edifica sempre) que distribuiu à raça negra e quanto ao seu papel em nossa história, venho aplaudir e corroborar o seu trabalho. Aí se construiu um padrão de glória ao negro, pela sua energia, pelo seu trabalho frutuoso, e pelo predicado da bondade de coração. (...)

Sob o ponto de vista do caldeamento de sangue com o da raça branca, ele se fez em extensíssima escala, estendeu-se por quase toda camada da sociedade brasileira. Assim, sempre galhofeiro dizia Luiz Gama “que bem poucos no Brasil poderiam percorrer a linha ascendente sem esbarrar nalgum tronco vindo da costa africana”.

De tais expoentes temos uma galeria digna da pena de Plutarco. Nela figuram varões distintíssimos: artistas, poetas, sábios, cientistas, escritores, publicistas, jornalistas, historiadores, advogados, magistrados, estadistas, médicos, professores eméritos, em cujo quadro figura o amigo, a quem com muito proveito confiei, no incêndio da questão abolicionista, a educação literária de dois filhos meus hoje formados. (...)

Do amigo, Benedicto Valladares.

O *Imparcial*, 04 de novembro de 1913. Rio de Janeiro

1. Que injustiças cometidas contra os negros podemos identificar pelas falas de Hemetério dos Santos e Benedicto Valladares?
2. Quem foi Luiz Gama, citado por Benedicto Valladares?
3. Qual foi o objetivo de Valladares ao citar a frase de Luiz Gama, “bem poucos no Brasil poderiam percorrer a linha ascendente sem esbarrar nalgum tronco vindo da costa africana”?
4. A fonte 4 nos fornece informações sobre a vida profissional de Hemetério? Explique.

Fonte 6

Em 9 de março de 1919, um jornal da imprensa negra do Rio Grande do Sul, chamado *O Exemplo*, publicou uma carta escrita por Hemetério dos Santos a respeito do então candidato à presidência da República, Ruy Barbosa. Leia, abaixo, trechos dessa carta.

Por que não votamos no sr. Ruy

O que sabemos e temos de memória, é o trecho da conferência realizada na Faculdade de Direito de Buenos Aires, em 14 de julho de 1916. Nesse templo da ciência, onde só sentenças de justiça e de reivindicações humanas se deveriam dizer, o sr. Ruy, trazendo à discussão descabidas e pagãs questões de raça, proferiu o seguinte: “A América tem nas veias o sangue, a inteligência e a riqueza dos seus antepassados, que não são os apaches, os guaranis, ou os africanos, mas ingleses, e os iberos, os saxônicos e os latinos cuja substância vivente, cujas tradições, cujas ideias, cujos capitães nos criaram, nos educaram, nos opulentaram, até sermos o que hoje somos”. Por este pedaço de ouro vernáculo, (...) o eminente sr. Ruy, claramente, francamente, repudiou o sangue africano da nossa formação (o negro tem sido atrozmente ferido, por haver de graça trabalhado na civilização ocidental), e jeitosamente suprimiu o esforçado e venturoso português, incluindo-o, com disfarce e manha, na erudita expressão de ibéro. Eloquente e profundo sabedor da filologia portuguesa, o sr. Ruy, mais do que todos excelente no talento verbal, não desconhece que ibérico, ibérino, ibéro, - é espanhol, pertence à Espanha ou Iberia. Assim, os que repudiam, desgraçadamente, as suas origens portuguesas, africanas e guaranis, votem no sr. Ruy, que nós não o podemos fazer.

1. Aponte o motivo pelo qual Hemeitério declarou que não votaria em Ruy Barbosa.
2. Identifique na fala de Ruy Barbosa uma evidência do racismo científico muito presente naquele momento.

Atividade síntese

Após o trabalho com as fontes, elaborem uma forma de apresentação em grupo (pode ser esquete, música, jogral ou outra) que sintetize uma das formas pelas quais o professor se opôs ao racismo de sua época.

Lugar de negro e de branco

Apresentação: Nessa atividade os alunos irão refletir sobre, como mesmo sem uma lei restringindo os lugares de negros e brancos, alguns mecanismos dificultavam (no pós-abolição e ainda hoje) o acesso e a permanência de pessoas negras em espaços de prestígio social, como escolas e determinadas profissões. Para isso, os estudantes vão analisar fontes, como relatos em jornais, de casos de racismo que ocorriam no tempo de Hemetério, (como o que sofreu o seu próprio filho), e a fotografia do professor Hemetério dos Santos junto ao corpo docente do Colégio Militar. Além disso, também irão se debruçar sobre o relato da professora a quem ofereceram fazer faxina. Após a análise das fontes e das reflexões suscitadas pelas perguntas, espera-se que os estudantes percebam as semelhanças entre o passado e o presente e percebam a agência de Hemetério enfrentando os obstáculos do seu tempo.

Objetivos

- Analisar as dificuldades encontradas por sujeitos negros, no pós-abolição, para terem acesso a espaços de prestígio social.
- Visibilizar a agência de Hemetério por direitos, frente a essas dificuldades.
- Comparar as dificuldades enfrentadas pela população negra no tempo de Hemetério para acessar determinados lugares com as dificuldades enfrentadas por essa população na atualidade.

Fonte 1

No dia 4 de agosto de 1939, um dia após a morte de Hemetério dos Santos, o jornal *O Radical* do Rio de Janeiro publicou uma matéria comentando o assunto e fazendo uma pequena biografia de Hemetério dos Santos. Leia um trecho dessa matéria abaixo.

A MORTE DO PROFESSOR HEMETÉRIO Uma perda sensível para o magistério nacional

A morte do professor Hemetério José dos Santos, ontem ocorrida, consternou a cidade, onde aquele educador era figura bastante conhecida e estimada.

Natural do Maranhão, ainda bem moço, veio Hemetério para o Rio de Janeiro [em 1875], para a Corte, pois se sentia com ânimo e valor bastante para conquistar um lugar de realce, uma projeção maior na vida do país, difícil de conseguir na sua província (...).

Seus primeiros dias de luta, nesta capital, foram fixados por um episódio interessante: apresentado a um protetor, este lhe mandou fazer um uniforme de

condutor de **bonde**, achando, naturalmente, que esta era a indumentária adequada ao preto humilde.

Sem se molestar, Hemetério procurou outro padrinho, Monsenhor Brito, Reitor do Colégio Pedro II, que facilitou ao jovem maranhense não só os estudos, mas ainda o lugar de **professor repetente** no referido educandário.

Começou ali, para o jovem maranhense, uma brilhante carreira, conseguindo, a seguir, leccionar no Colégio Militar e na Escola Normal. (...)

Matéria publicada no jornal *O Radical* (Edição 02241-1, 04.08.1939, p. 3)

Glossário

Bonde: veículo movido a eletricidade, que se desloca sobre trilhos

Professor repetente: um professor auxiliar, uma espécie de monitor de alunos

Fonte 2

Abaixo temos uma foto do corpo docente do Colégio Militar feita em 1908. Esse Colégio, criado em 1889, era voltado prioritariamente para a educação dos filhos e netos de oficiais do Exército. Na foto vemos o professor Hemetério dos Santos sentado na primeira cadeira da frente à direita. Ele foi professor deste colégio de 1889 até o fim de sua vida.



(Fonte: Acervo fotográfico do Colégio Militar. Foto de 1908)

1. Após ler e observar atentamente as fontes 1 e 2, responda: o professor Hemetério dos Santos foi uma pessoa de reconhecida importância? Justifique sua resposta com elementos das fontes.

2. Após analisar a foto da fonte 2, descreva o grupo de professores do Colégio Militar daquele momento.

3. Considerando o contexto da época e as fontes 1 e 2, aponte possíveis razões para que o “primeiro protetor” de Hemetério tenha considerado a profissão de condutor de bonde uma profissão mais viável para Hemetério.

4. Ainda de acordo com a matéria, como Hemetério reagiu a essa oferta?

Fonte 3

Leia abaixo uma matéria publicada no jornal *Extra*, também do Rio de Janeiro, em 21/07/2017.

Professora é vítima de preconceito racial: 'Você faz faxina?'

A historiadora e professora Luana Tolentino, de 33 anos, foi mais uma vítima do preconceito racial. Na última terça-feira, ela seguia para o trabalho, em Belo Horizonte, Minas Gerais, por volta das 6h30, quando foi surpreendida por uma mulher e uma pergunta: "Você faz faxina?". Espantada com a abordagem, Luana respondeu: "Não. Faço mestrado. Sou professora". Com a resposta, a mulher, que a historiadora jamais tinha visto, seguiu adiante. (...)

- Eu já fui faxineira e acho uma profissão muito digna. Não fiquei ofendida. Algumas pessoas falaram para mim, "ah, mas só porque ela achou que era faxina?" Não é isso. É um sentimento de "poxa vida, por que ela tem que achar que eu só posso ser faxineira? É um descontentamento. Por que me abordar e falar isso? É o que me dói, é as pessoas me lerem dessa forma, por ser negra. Foi muito invasivo" - disse. (...)

“No imaginário social está arraigada a ideia de que nós negros devemos ocupar somente funções de baixa remuneração e que exigem pouca escolaridade. Quando se trata das mulheres negras, espera-se que o nosso lugar seja o da empregada doméstica, da faxineira, dos serviços gerais, da babá, da catadora de papel”.

Extra, 21/07/17.

1. Identifique semelhanças e diferenças entre as situações narradas na fonte 1 e na fonte 3.

2. Para Hemetério foi oferecido um uniforme de condutor de bonde. De forma metafórica, podemos identificar que, para Luana, foi oferecido um uniforme de faxineira...Que outros uniformes ainda são “oferecidos”, ou seja, vistos como únicos possíveis, para as pessoas negras na atualidade?

Fonte 4

Em 22 de abril de 1917, o jornal *O Exemplo*, um importante jornal da imprensa negra do Rio Grande do Sul, repercutiu matéria de um outro jornal, *A Federação*, também do Rio Grande do Sul, que nos conta um episódio ocorrido com um dos filhos do professor Hemetério. Veja abaixo.

A expulsão de um aluno por ser “de cor” Enérgico protesto do professor Hemetério

O diretor do Colégio São Vicente de Paulo, em Petrópolis, enviou ao professor Hemetério dos Santos uma carta em que lhe comunicava a exclusão do corpo discente daquele estabelecimento, do filho do referido professor, devido a ser “de cor”.

Num gesto de indignação, o professor Hemetério representou contra esse ato aos srs. presidente da República e ministro do Interior e enviou àquele diretor o seguinte protesto:

Ilmo. e Revmo. sr. padre mestre C. Guilherme Adriannus, diretor do Colégio São Vicente de Paula – Petrópolis. Acabo de receber a carta de v. revdma., tão pagã e farisaica na forma e no fundo que me força a não me conformar com a sua resolução final. Não se trata apenas do meu filho (...) a coisa é mais séria, vejo ferida a civilização e a cultura da minha pátria, por estrangeiros e sacerdotes que eu supunha piedosos (...)

Não, não me posso conformar e assim já levei ao conhecimento das altas autoridades da nação (...).

(O Exemplo, 22 de abril de 1917)

Fonte 5

Nessa mesma edição, de 22 de abril de 1917, *O Exemplo* publicou artigo do advogado dr. Evaristo de Moraes (jurista muito atuante, que também era negro) intitulado “Preconceito de cor”. Leia alguns trechos, abaixo.

Preconceito “de cor”

(...) Sem sair de Petrópolis, informamos que o Colégio de Sion também não admite pretas nem mulatas, salvo se essas forem muito “disfarçadas” (...).

Se o professor Hemetério quiser pasmar completamente, nós iremos além, pondo-o a par de uma extravagância ainda maior. Compreende-se (embora não se justifique) o escrúpulo interesseiro das diretoras do Colégio de Sion, destinado a gente da boa sociedade, rica ou se passando por tal. Como, porém, compreender o que sucedia há poucos anos no Instituto Profissional Feminino, casa dos pobres no qual não eram admitidas meninas pretas ou quase pretas? (...)

No mesmo sentido existe a mais deplorável seleção na **Casa dos Expostos**. Os trabalhos rudes, pesados são distribuídos aos educandos de cor.

Há anos levantou-se enorme grita porque na galeota do presidente da República não se admitiam marinheiros pretos.

(...) Desde muito é impossível fazer entrar para o nosso brioso Corpo de Bombeiros um só soldado de cor preta.

Poderíamos se quiséssemos multiplicar os exemplos comprobatórios do absurdo preconceito. Bastam os que aqui ficam, pois são bem característicos. (...)

(O Exemplo, 22 de abril de 1917)

Glossário

Casa dos Expostos: instituição que recebia crianças deixadas pelos genitores para serem criada pela caridade pública

1. As fontes 4 e 5 apontam para uma dificuldade enfrentada pela população negra na segunda década do século XX. Que dificuldade era essa?
2. Aponte diferenças e semelhanças com a situação do acesso à educação e a determinados trabalhos pela população negra na atualidade.

Atividade síntese: apresentar para a turma, usando cartaz, música ou uma pequena peça, as conclusões a respeito das dificuldades enfrentadas pela população negra para acessar determinados lugares no tempo de Hemetério e na atualidade.

As Teorias Raciais e as Ofensas Racistas

Apresentação: Nessa atividade os alunos vão analisar uma fonte de jornal que narra um episódio de racismo direto contra o professor Hemetério dos Santos. Nesse episódio o professor é associado a um macaco. Na fonte seguinte é disponibilizada uma reflexão do historiador Aderaldo dos Santos, analisando a origem dessa associação racista às teorias pseudocientíficas de hierarquização das raças. Com essa atividade, que aborda um tema muito sensível, espera-se que os estudantes compreendam o mecanismo de inferiorização presente nessa ofensa grave, reflitam a esse respeito e elaborem ao final uma carta denúncia contra esse racismo. Contudo, convém ponderar que cabe ao professor, avaliar a viabilidade da realização dessa oficina com seus alunos.

Objetivos

- Identificar efeitos das teorias raciais na população negra no início do século XX e na atualidade.
- Identificar o processo de longa duração da produção de determinada ofensa racista.
- Sensibilizar os alunos para o enfrentamento ao racismo que se manifesta nessa prática.

Fonte 1

O professor Hemetério dos Santos frequentemente ministrava palestras e conferências, e o trecho abaixo, publicado no jornal *O Século* em novembro de 1914, relata sua participação na cerimônia de posse do novo prefeito do Rio de Janeiro à época, Rivadávia Correa.

Depois [de o prefeito ser empossado] anunciaram que o professor Hemetério José dos Santos iria falar. Um rapaz, nessa ocasião, tirando alguns níqueis do bolso, chamou um contínuo e ordenou: - vá comprar bananas. Uma voz protestou: - “o dotô Hemetério não é macaco!” Novo sussurro, quase barulho. O senhor Hemetério não falou.

(Jornal *O Século*, novembro de 1914, parte do artigo “A posse do sr. Rivadavia - sussurros e cafajestadas na prefeitura”)

Fonte 2

O historiador Aderaldo Pereira dos Santos pesquisou a vida do professor Hemetério e fez a seguinte análise sobre o episódio abordado na fonte anterior.

“A teoria da hierarquização das raças, que atribuiu ao negro, de acordo com a referida classificação, o lugar mais baixo desta hierarquia (e, portanto, mais próximo dos animais irracionais), é que produziu a velha prática racista de comparar o negro ao macaco. (...) Mesmo reconhecendo que cada sociedade produz o seu tipo de racismo ou preconceito racial, a se considerar o exemplo em que Hemetério sofrera a ofensa de uma pessoa que mandara comprar bananas para ele, de modo a compará-lo ao macaco, a cultura política deste preconceito racial é produto de um processo de longa duração e está presente em diversas sociedades.”
[Aderaldo Pereira dos Santos, 2019 em: Arma Da Educação: Cultura Política, Cidadania E Antirracismo Nas Experiências Do Professor Hemetério José Dos Santos (1870 – 1930)]

1. Identifique, na análise do historiador Aderaldo dos Santos, a teoria “científica” da época, que contribuiu para a prática de utilizar essa ofensa racista.
2. O historiador afirma que essa prática é resultado de um processo de longa duração e está presente em diversas sociedades. Você acha que essa prática está presente na nossa sociedade até hoje? Justifique sua resposta, contando, se for o caso, algum exemplo.
3. De acordo com o jornal, o professor acabou não falando após ser ofendido. Como imagina que Hemetério poderia responder? Escreva um pequeno discurso que pudesse ser usado como resposta pelo professor Hemetério dos Santos.

Atividade síntese: O professor Hemetério, ao que parece, não discursou. Coloque-se no lugar do professor Hemetério dos Santos e escreva um pequeno discurso denunciando a gravidade dessa ofensa racista e, se possível leia ou exponha para a turma.